

INFORMAÇÃO ANUAL 2009

INDICADORES FINANCEIROS

T.1

€

Contas Consolidadas	2009	2008	2007
Margem Financeira	11.918.085	9.690.611	9.500.662
Comissões Líquidas	6.430.921	13.216.461	17.268.203
Resultados de Operações Financeiras (Líqu.)	17.885.323	1.368.063	8.342.999
Outros Resultados Exploração	289.242	72.368	-1.092.006
Produto Bancário	36.523.571	24.347.503	34.019.858
Custos com Pessoal	-11.043.138	-8.357.235	-13.170.237
Outros Gastos Administrativos	-5.495.786	-4.361.652	-5.481.828
Custos de Funcionamento	-16.538.924	-12.718.887	-18.652.065
Cash Flow Operacional	19.984.647	11.628.616	15.367.793
Amortizações	-1.248.472	-1.141.907	-1.163.283
Provisões	-12.480	1.795	-184.021
Imparidades	-3.115.429	-1.242.555	-46.504
Outros Custos	0	0	0
Resultados Operacionais	15.608.264	9.245.949	13.973.985
Resultados de Associadas	-792.932	-404.110	51.127
Resultados antes de Imposto	14.815.332	8.841.839	14.025.112
Impostos Correntes	-2.723.286	-2.453.172	-3.508.301
Impostos Diferidos	237.056	37.263	751.454
Resultado Líquido	12.329.102	6.425.930	11.268.265

Contas Individuais	2009	2008	2007
Resultado Líquido	12.314.862	7.172.217	11.026.678

Activos e Fundos Próprios	2009	2008	2007
Total de Activos Líquidos	703.349.940	563.068.380	524.999.642
Capitais Próprios	128.685.719	107.369.380	102.406.985
Activos sob Supervisão*	1.264.422.249	1.031.417.800	1.409.769.843

*Activos sob Gestão, sob Custódia e Depósitos de Clientes

Rendibilidade	2009	2008	2007
Rendibilidade dos Activos Médios (ROA)	1,95%	1,18%	2,41%
Rendibilidade dos Capitais Próprios Médios (ROE)	10,45%	6,13%	11,40%
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	5,77%	4,48%	7,28%
NPA* / Activo Total	0,018%	0,020%	0,022%

*Non performing Assets

Solvência	2009	2008	2007
CORE TIER 1	35,70%	32,70%	34,70%
Rácio de Solvabilidade	32,80%	31,00%	35,50%

Eficiência	2009	2008	2007
Margem Financeira / Activo Remunerado	1,82%	1,94%	2,07%
Custos Transformação / Produto Bancário	48,70%	56,93%	58,25%
Custos Pessoal / Produto Bancário	30,24%	34,32%	38,71%

Indicadores Financeiros

Relatório do Conselho de Administração

Introdução
Organização
Resultado das Operações
Controlo Interno
Anexos

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Demonstrações Consolidadas dos Resultados
Demonstração Consolidada do Rendimento Geral
Balanço Consolidado
Demonstração Consolidada de Alterações no Capital Próprio
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

INTRODUÇÃO

O nosso negócio

O Banco de Investimento Global, SA (BiG, Banco BiG ou Banco), é uma instituição financeira especializada, detida integralmente por investidores privados, com sede em Lisboa, autorizada a operar em todas as áreas de negócio abertas ao sector bancário em Portugal.

O negócio do Banco concentra-se em serviços de poupança, de investimento e de aconselhamento com base em comissões para Clientes institucionais e de retalho, bem como serviços de crédito especializado para segmentos específicos de Clientes. Além dos serviços bancários tradicionais, o Banco proporciona ainda aos seus Clientes plataformas de negociação com acesso aos mercados globais, por via das quais disponibiliza um acesso fácil a aforradores e investidores ao conjunto dos principais mercados regulamentados e a produtos negociados em mercado de balcão. Os principais produtos e serviços do Banco incluem produtos de poupança, corretagem, custódia, gestão de patrimónios, serviços bancários gerais e de pagamentos para Clientes particulares, e gestão de risco de mercado, tesouraria e aconselhamento empresarial, incluindo dívida e *equity finance* para Clientes empresariais e institucionais. O nosso negócio de tesouraria e mercado de capitais concentra-se na gestão de liquidez do balanço. Desempenha um papel central na nossa cultura de gestão de riscos relacionados com o mercado. O Banco também oferece cartões de crédito, produtos de crédito especializado ao consumo e soluções de crédito *wholesale*.

O Banco gera a maior parte das suas receitas em Portugal e interage com os seus Clientes através de vários canais integrados.

Os Clientes de retalho são servidos por uma plataforma de investimento *online*, **www.bigonline.pt** e por *financial advisors* baseados em 11 locais chave, centrais e regionais, enquanto as equipas de produto e de vendas baseadas em Lisboa e no Porto trabalham com Clientes institucionais.

O Banco é membro da NYSE Euronext e mantém parcerias com fornecedores globais de serviços financeiros de modo a proporcionar aos Clientes o acesso aos principais mercados mundiais de acções, opções e futuros. O BiG tem um número significativo de acordos de subscrição e distribuição com as principais entidades gestoras de fundos de investimento, bem como competência interna para desenvolver produtos e gerir as necessidades e expectativas dos seus Clientes.

Os objectivos do modelo de negócio do BiG consistem em proporcionar serviços financeiros eficientes e competitivos aos Clientes, e criar valor de longo prazo para os Accionistas. A integração de tecnologia de processamento escalável é uma componente chave do modelo de negócio e da cultura interna do Banco. No seu conjunto, as soluções tecnológicas maximizam a eficiência operacional e promovem a manutenção de uma estrutura de custos competitiva, concebida para beneficiar o Cliente final. Estas soluções são também essenciais para manter controlos apertados sobre os riscos de mercado, crédito e operacionais, aos quais qualquer instituição financeira se encontra exposta.

Simultaneamente, o nosso modelo é flexível e revisto periodicamente em função dos números e do desempenho quantitativo dos nossos negócios. Procuramos o crescimento sustentável e o equilíbrio entre o investimento de médio prazo e os resultados esperados no curto prazo.

O Banco BiG é um banco de poupança e investimento independente e bem capitalizado cujas operações se encontram sujeitas às regras dos mercados regulamentados.

Impacto da crise financeira global no nosso negócio em 2009

Durante 2008 e 2009 o Banco superou bem a crise bancária e a recessão económica global que se lhe seguiu. À medida que o Banco expande as linhas de negócio existentes ou procura realinhar a sua oferta para permanecer competitivo, as nossas perspectivas fundamentais quanto à criação de um negócio bancário sustentável e rentável, capaz de responder a oportunidades e suportar o inesperado, têm sido uma constante que nos acompanhou desde sempre, bem antes da crise. Por serem parte da nossa cultura diária, acreditamos que continuarão a ser uma constante para o Banco bem depois de a crise terminar. Estas perspectivas incluem, entre outros, os seguintes conceitos fundamentais que guiam a nossa actividade diária:

- Operamos tradicionalmente com baixa alavancagem e um rácio altamente conservador de crédito concedido sobre depósitos: 19% no final de 2009 e 10% no final de 2008, respectivamente;
- Concentramo-nos na construção de uma base estável de depósitos de retalho a

par com os nossos negócios de plataformas de negociação para Clientes e serviços de aconselhamento;

- Gerimos os nossos negócios e o nosso balanço de forma a sermos largamente independentes dos mercados de financiamento *wholesale*;
- Mantemos um perfil estrutural de excesso de liquidez a todo o tempo;
- Executamos *stress tests* de todas as carteiras diariamente, utilizando cenários altamente conservadores;
- Trabalhamos com níveis de solvabilidade bastante acima das orientações regulamentares;
- Adquirimos activos e negociamos produtos que podemos compreender e que os nossos Clientes também podem compreender.

As condições de mercado melhoraram durante a segunda metade de 2009, mas ainda assim estavam longe dos níveis registados em 2007. Em geral, os volumes de transacções com Clientes subiram, particularmente a partir do terceiro trimestre, à medida que os receios de um colapso do sistema financeiro global começaram a dissipar-se, mas também em resposta a estímulos recorde por parte dos governos.

O Banco de Investimento Global, S.A., como qualquer outra instituição financeira é sensível à volatilidade nos mercados, e é da responsabilidade da Administração gerir a instituição nesse enquadramento. A natureza excepcional dos acontecimentos que se iniciaram no mercado *sub-prime* em 2007 e se alastraram a todas as classes de activos, segmentos de mercado e balanços, desde a actividade económica à actividade

dos grandes bancos de investimento e de muitos emitentes soberanos por todo o mundo, naturalmente que colocou desafios e oportunidades. A crise afectou o nosso negócio positiva e negativamente, em diferentes fases do ciclo.

Se por um lado o Banco não se encontrava exposto a quaisquer das questões relacionadas com o centro da crise, o impacto nos mercados financeiros e a recessão económica que se seguiu afectaram o volume de transacções com Clientes e a nossa perspectiva das principais actividades em 2009. Afectou designadamente a composição dos activos, a gestão de responsabilidades, comportamento de Clientes, os volumes transaccionados, estratégias de *trading* e investimentos, as estratégias de gestão de riscos, os planos de expansão, os produtos oferecidos e os controlos sobre custos para compensar a incerteza das receitas e aumento da regulação.

O BiG entrou na crise numa posição invulgarmente forte: com uma grande almofada de liquidez e capital, um balanço de alta qualidade e elevada liquidez, baixa alavancagem e nenhuma exposição às classes de activos problemáticas. A recuperação nos mercados em 2009 serviu para sublinhar a flexibilidade proporcionada pela estratégia e balanço do Banco, que beneficiou do processo de *re-pricing* do risco e de desalavancagem em curso nos principais mercados.

T.2

€/000

Proveitos	2009		2008		2007	
Margem Financeira	11.918	33%	9.691	40%	9.501	28%
Comissões Líquidas	6.431	18%	13.216	54%	17.268	51%
Lucros Operações Financeiras (Liq.)	17.885	49%	1.368	6%	8.343	25%
Outros Resultados de Exploração	289	1%	72	0%	-1.092	-3%
Total	36.524	100%	24.348	100%	34.020	100%

Proveitos

Os proveitos operacionais líquidos subiram 50% em 2009. A margem financeira cresceu 23% para € 11,9 milhões, impulsionada por um volume médio de activos remunerados mais elevado, *spreads* de crédito mais largos em obrigações empresariais detidas para venda e até à maturidade e um custo global de *funding* mais baixo.

O crédito maioritariamente concedido a Clientes de retalho subiu para € 57 milhões, ou 19% dos depósitos, contra € 29 milhões, ou 10% dos depósitos em 2008. Uma vez que os empréstimos são de curto prazo e garantidos por margens de *cash* e valores mobiliários, o crescimento neste segmento é indicativo de um aumento moderado da confiança por parte dos investidores de retalho no mercado desde o início do *rally* que começou em Março de 2009. Contudo, os volumes de *trading* por Clientes, embora melhorando, permaneceram longe dos máximos de 2007. A ausência de comissões por negociação de *block trades*, que contribuíram significativamente para as receitas *wholesale* em 2007 e 2008, juntamente com proveitos fracos de *Corporate Advisory* levaram a uma redução global das comissões em 2009. Compensando o decréscimo das comissões de corretagem de Clientes

e das comissões de assessoria financeira, registaram-se oportunidades nos mercados de crédito em resultado do *re-pricing* do risco em curso desde o pico da crise de liquidez, que começou com a falência da Lehman Brothers. Entre outras áreas na divisão de Tesouraria e Mercado de Capitais as receitas com investimentos de renda fixa foram significativamente mais elevadas do que no ano anterior.

Liquidez

Os depósitos de Clientes permaneceram estáveis, tendo aumentado o *funding* com origem no BCE em virtude da vantagem liquidez/preço proporcionada pela carteira de activos de alta qualidade do Banco. O BiG foi novamente em 2009 exclusivamente um fornecedor de liquidez interbancária no mercado doméstico. É política do Banco manter níveis significativos de liquidez disponível de modo a poder responder às mais exigentes condições de mercado, o que tem como base uma estratégia de *funding* por Clientes de retalho e uma perspectiva conservadora sobre a alavancagem global. A alavancagem, medida pelo rácio activo líquido/capital permaneceu baixa, registando um valor de 5,5x no ano de 2009, quando comparada com 5,2x do ano de 2008.

Programas de Garantia

Em nenhum momento o Banco solicitou, necessitou ou recebeu qualquer assistência relacionada com qualquer aspecto da crise financeira, quer do Estado Português directamente através de garantias públicas ou através de qualquer dos seus agentes.

Capital

Maiores resultados líquidos, combinados com uma reversão no valor de alguns activos com imparidade registada em 2008 contra reservas levou a um aumento de 18% nos capitais próprios para € 129 milhões.

O rácio consolidado Core Tier 1 foi de 35,7% em 31 de Dezembro de 2009, contra 32,7% em 31 de Dezembro de 2008.

Activos sob Supervisão

Os activos sob supervisão (AUS) (depósitos de Clientes, activos sob gestão e custódia) cresceram 23% para € 1,3 biliões, principalmente em resultado do aumento da actividade de investimento por parte dos Clientes e um aumento no valor dos activos detidos por Clientes nas suas contas de custódia junto do Banco.

Fundo de Pensões

No final do ano de 2009 as responsabilidades do Banco para com o fundo de pensões estavam integralmente financiadas.

Clientes e áreas de negócio

Os Clientes do Banco são particulares que procuram ideias e ferramentas para gerir as suas poupanças e investimentos, instituições para as quais fornecemos soluções para cobertura de risco e gestão de activos, e empresas que são assessoradas em áreas como fusões e aquisições, dívida e *equity finance*.

As três principais áreas de negócio do Banco têm em comum o compromisso com o uso eficiente do capital, a transparência, a melhor execução, a escalabilidade do processamento e controlos apertados sobre o risco.

Banco BiG - Segmentos de Mercado

Retail Especializado	Intermediação financeira, poupanças e gestão de activos, serviços bancários e crédito
Clientes Institucionais	Corporate advisory, intermediação financeira, gestão de risco e de activos
Tesouraria e Mercado de Capitais	Liquidez, gestão de risco e da carteira própria do banco

Resumo dos resultados do Banco e situação financeira em 2009

O resultado líquido consolidado em 2009 aumentou 92% para € 12,3 milhões, face aos € 6,4 milhões registados em 2008 e € 11,3 milhões em 2007. Os resultados por acção foram de € 0,15 contra € 0,08 em 2008. Os resultados individuais foram € 12,3 milhões

em 2009 contra € 7,2 milhões em 2008. Os resultados consolidados reflectem (i) uma margem financeira mais elevada associada a *spreads* de crédito mais alargados numa carteira maior de activos remunerados, (ii) comissões mais baixas dos negócios de Clientes, particularmente receitas mais baixas associadas a corretagem com clientes institucionais e assessoria financeira, (iii) receitas significativamente mais elevadas de tesouraria e investimentos de renda fixa e (iv) a consolidação de resultados da BiG Capital, uma subsidiária na qual o Banco detém uma participação minoritária que gere uma pequena carteira de investimentos relacionados com *private equity*. Na sua globalidade, os proveitos reduziram-se nos negócios de Clientes de retalho especializado e institucionais, que começaram a recuperar durante a segunda metade de 2009, embora mantendo níveis ainda abaixo dos registados antes da crise. Compensando níveis baixos de negócio de Clientes esteve um muito maior nível de receita relacionada com a carteira de valores mobiliários de crédito e renda fixa, com taxas de rentabilidade historicamente altas.

Tendo evitado activos tóxicos e excesso de alavancagem no período que antecedeu a crise financeira, o BiG concentrou-se em 2009 nos conceitos fundamentais: liquidez, crescimento orgânico, qualidade dos activos, preservação de capital e controlo sobre todos os riscos. A Administração acredita que estes fundamentais permaneceram excepcionalmente fortes no que provou ser um ambiente desafiante para o sector financeiro e para os mercados globais.

T.3

€/000

Resumo dos Resultados e Situação financeira	2009	2008	Var (%)	2007	Var (%)
Produto Bancário	36.524	24.348	50%	34.020	-28%
Custos Totais	-20.915	-15.102	38%	-20.046	-25%
Impostos	-2.486	-2.416	3%	-2.757	-12%
Resultado Líquido	12.329	6.426	92%	11.268	-43%
Capitais Próprios	128.686	107.369	20%	102.407	5%
Total de Activos Líquidos	703.350	563.068	25%	525.000	7%
Crédito	56.713	29.233	94%	73.149	-60%
Depósitos de Clientes	304.985	296.490	3%	282.238	5%
CORE TIER 1	35,70%	32,70%	9%	34,70%	-6%
Rácio de Solvabilidade	32,80%	31,00%	6%	35,50%	-13%

O ano proporcionou vários contrastes: com os modelos tradicionais de banca ainda a debaterem-se com os efeitos da profunda recessão económica afectando o sector imobiliário e as suas políticas de alavancagem e *funding* durante os anos de expansão, os mercados de crédito de emitentes de elevada qualidade estiveram activos com novas emissões e os mercados de acções registaram fortes subidas depois das quedas de 2008. Os volumes de *trading* continuaram a melhorar em linha com as subidas registadas no mercado de acções que se seguiram às fortes quedas do ano anterior. O mercado bancário doméstico registou concorrência por *funding* de retalho entre bancos que agora se confrontam com acesso limitado aos mercados *wholesale*, com o declínio de produtos de investimento complexos, o aumento gradual de incumprimento de créditos concedidos e um fluxo constante de discussão, regulação e legislação em torno da crise e dos seus excessos.

As receitas líquidas totais cresceram 50% em 2009 para mais de € 36,5 milhões, o que compara com € 24 milhões em 2008.

A margem financeira cresceu 23% para € 11,9 milhões, enquanto as comissões líquidas se reduziram em 51% para € 6,4 milhões. Em conjunto, estas duas categorias representaram 50% das receitas de 2009, o que compara com 94% no ano anterior em que as receitas relacionadas com o mercado foram afectadas pela crise financeira. As receitas de tesouraria e mercados de capitais subiram significativamente para quase € 18 milhões, contra € 1,4 milhões no ano anterior. Depois de apresentar a mais baixa contribuição para as receitas em 2008, esta área de negócio representou a mais elevada em 2009.

O Banco continuou a focalizar-se em serviços de aconselhamento baseados em comissões, activos sobre supervisão e produtos de poupança, que no conjunto geraram volumes acrescidos de uma base de clientes

T.4

€/000

Proveitos	2009	Repartição	Var (%)	2008	Repartição	Var (%)	2007	Repartição
Margem Financeira	11.918	33%	23%	9.691	40%	2%	9.501	28%
Comissões Líquidas	6.431	18%	-51%	13.216	54%	-23%	17.268	51%
Lucros Operações Financeiras (Liq.)	17.885	49%	1207%	1.368	6%	-84%	8.343	25%
Outros Resultados de Exploração	289	1%	302%	72	0%	-	-1.092	-3%
Total	36.524	100%	50%	24.348	100%	-28%	34.020	100%

T.5

€/000

Custos	2009	Repartição	Var (%)	2008	Repartição	Var (%)	2007	Repartição
Custos com o Pessoal	-11.043	53%	32%	-8.357	55%	-37%	-13.170	66%
Despesas Administrativas	-5.496	26%	26%	-4.362	29%	-20%	-5.482	27%
Amortizações	-1.248	6%	9%	-1.142	8%	-2%	-1.163	6%
Outros Custos e Imparidade	-3.115	15%	151%	-1.243	8%	2007%	-59	0%
Provisões Líquidas	-12	0%	-724%	2	0%	-101%	-172	1%
Total	-20.915	100%	38%	-15.102	100%	-25%	-20.046	100%

genericamente cautelosa na sua perspectiva sobre o mercado depois dos eventos de 2008. Simultaneamente, a estratégia de negócio do Banco produziu volumes mais elevados de liquidez e níveis insignificantes de problemas relacionados com créditos malparados.

A Administração procura manter os custos operacionais proximamente correlacionados com o crescimento e queda de receitas em cada ano. A estratégia única de retalho do Banco é suportada por uma estrutura central ligeira preparada para processamento escalável. O quadro de referência no que diz respeito ao uso do capital e gestão de risco é chave para esta flexibilidade na gestão da base de custos.

No exercício de 2008 o Banco tinha reduzido os custos com salários e os custos adminis-

trativos em 32% em resposta à queda das receitas. Durante 2009, o mesmo número cresceu 30% para € 16,5 milhões, mas permaneceu abaixo do nível de 2007. Genericamente, a divisão das várias categorias de custos permaneceu inalterada, com os custos relacionados com pessoal a representar a maior parcela. Contudo, enquanto percentagem das receitas operacionais totais, os custos com pessoal continuaram em queda em 2009 para 30% do total, em comparação com 35% em 2008 e 39% em 2007.

O rácio de eficiência do Banco, definido como custos operacionais menos provisões líquidas/receitas operacionais, melhorou pelo quinto ano consecutivo, para 48,7%, contra 56,9% em 2008 e 58,2% em 2007.

O total de activos líquidos (TAL) inclui um aumento de 30% nos activos remunerados

T.6						%
Eficiência	2009	2008	2007	2006	2005	
Margem Financeira / Activo Remunerado	1,82%	1,94%	2,07%	0,46%	0,24%	
Custo Transformação / Produto Bancário	48,70%	56,93%	58,25%	61,16%	78,32%	
Custo Pessoal / Produto Bancário	30,24%	34,32%	38,71%	40,18%	48,76%	

T.7				€
Activos e Fundos Próprios	2009	2008	2007	
Total de Activos Líquidos	703.349.940	563.068.380	524.999.642	
Capitais Próprios	128.685.719	107.369.380	102.406.985	
Activos sob Supervisão*	1.264.422.249	1.031.417.800	1.409.769.843	

*Activos sob Gestão, sob Custódia e Depósitos de Clientes

para € 650 milhões, ou 92% do TAL, contra € 498 milhões ou 88% do total no final do ano 2008. Os activos sob supervisão, uma medida significativa da actividade global do Banco que combina depósitos, activos sob gestão e activos sob custódia, aumentou 23% para € 1,3 mil milhões, o que se deve a um aumento dos volumes de Clientes e ao aumento da valorização dos activos de Clientes junto do Banco.

Segmentos de negócio

As actividades do Banco são organizadas, para fins de gestão interna e reporte, em torno de três segmentos de negócio chave: *Retalho Especializado*, *Clientes Wholesale*, que inclui empresas e instituições entre outros, e *Tesouraria e Mercado de Capitais*.

Retalho Especializado

O Banco BiG serve um leque alargado de Clientes individuais, com necessidades e expectativas variadas com uma estratégia *bricks to clicks* na qual se destaca uma plata-

forma bancária e de negociação proprietária, multi-canal e integrada.

Uma combinação de plataformas electrónicas e equipas especializadas de *financial advisors* ajudam os Clientes individuais a executar transacções bancárias, gerir as suas poupanças, e investir nos mais importantes mercados regulados do mundo. Este negócio proporciona serviços bancários e soluções para vários Clientes, desde os *self-directed* aos que procuram investimento assistido e aos que procuram gerir o seu património e que exigem soluções concebidas à sua medida e aos que procuram a preservação do seu capital. Em 2009 este segmento representou 19% dos proveitos operacionais, contra 39% em 2008.

Clientes Institucionais

Para investidores institucionais e para médias e grandes empresas, os profissionais do Banco de várias áreas de produto concebem soluções financeiras específicas, executam transacções, e ajudam os Clientes a gerir os riscos. Os serviços que oferecemos incluem a

T.8

€/000

Proveitos Operacionais por Segmento de Negócio	2009	Var (%)	2008	Var (%)	2007
Clientes Particulares	6.884	-27	9.412	-22	12.099
Clientes Institucionais e Empresas	2.751	-75	10.827	-18	13.201
Tesouraria e Mercado de Capitais	23.470	2373	949	-87	7.148

negociação em mercados regulamentados, a estruturação de produtos em mercado de balcão, gestão de activos, cobertura de riscos de mercado, e resolução de questões estratégicas relacionadas com a estrutura dos balanços e de capital para Clientes que procuram serviços de aconselhamento. Em 2009 este segmento representou 8% dos proveitos operacionais, contra 44% em 2008.

Tesouraria e Mercado de Capitais

Esta linha de negócio é central na cultura do Banco, e baseia-se na gestão e compreensão dos riscos de mercado e foco em investimento. A área proporciona conhecimento especializado e informação para consumo interno sobre mercados, cobre a componente de risco de mercado das soluções vendidas aos Clientes, intervém activamente na concepção de produtos, para Clientes de retalho e institucionais, e gere a tesouraria e as posições de risco do Banco. Em 2009, este segmento representou 71% dos proveitos operacionais, contra 4% em 2008.

Em comum a todos os nossos negócios, que oferecem um número alargado de serviços financeiros e acesso aos mercados globais, está uma cultura que enfatiza uma abordagem profissional e transparente no aconselhamento, execução e construção de relações de longo prazo com os nossos Clientes.

Factores que afectam o nosso negócio

O Banco gere vários riscos inerentes ao negócio bancário. Estes incluem riscos de mercado, de liquidez, crédito, operacionais, legais, reputacionais e regulamentares. As condições económicas afectam o negócio do Banco. Em 2009, os mercados de acções registaram fortes subidas e os mercados de dívida mostraram robustez. Por outro lado, as economias subjacentes nos E.U.A. e na Europa continuaram em recessão durante a maior parte do ano, sendo incerta qualquer forma de retoma económica ainda no início de 2010. O crescimento económico lento, a natureza do ambiente competitivo e os desequilíbrios estruturais em Portugal, relativamente aos outros mercados, influenciam a capacidade do Banco em expandir os seus negócios.

Acresce ainda que as alterações ao nível da regulação e regras de contabilidade e o ambiente político deverão afectar os mercados financeiros de forma significativa num futuro próximo. A forma como o mundo olha para o *rating* da República Portuguesa, as perspectivas económicas e a natureza do sector bancário, pode afectar o nosso negócio se as contrapartes entenderem reduzir a sua exposição ao país, independentemente da sua análise dos bancos individualmente. Adicionalmente, a legislação doméstica que

visa tributar o sector bancário em específico, pode afectar o nosso negócio se começar a ser mais difícil incentivar e premiar *performance* e reter pessoal, relativamente aos outros sectores da economia.

Neste ambiente, a composição das receitas pode variar ao longo do tempo, à medida que o Banco mobiliza capital, investe em novos negócios concebidos para gerar receitas recorrentes provenientes ou não de juros, e/ou assume perspectivas de curto ou médio prazo quanto aos movimentos no mercado de capitais. Tipicamente, as receitas esperadas dos mais elevados investimentos iniciais na nossa plataforma de retalho levam algum tempo a ser realizados, mas tendem também a produzir retornos mais previsíveis durante um período mais alargado de tempo, do que os associados com operações *wholesale* ou de *trading*, que podem ser mais significativos, mas não necessariamente recorrentes. O BiG concentra-se em linhas de produto específicas para os segmentos de Cliente de retalho e institucionais, sendo alguns dos negócios altamente correlacionados com o desempenho dos mercados financeiros e a nossa capacidade de antecipar ou reagir aos movimentos e oportunidades de mercado. Um factor chave na forma como investimos no nosso negócio ou nos mercados é o nosso foco nos *earnings at risk* e o tempo esperado para a concretização dos resultados.

T.9

Dividendos	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Dividendos por Acção	0,065€	0,050€	0,050€	0,040€	0,030€	0,025€
% do Resultado Distribuído	46%	61%	34%	42%	42%	64%

Capital social e fontes de financiamento

Em 31 de Dezembro de 2009, o capital social do BiG era de € 87.570.000, mantendo-se inalterado face ao ano anterior, representado por 87.570.000 acções com o valor nominal de € 1 por acção. Os Capitais Próprios eram em 31 de Dezembro de € 129 milhões, contra € 107 milhões em 2008. Em 31 de Dezembro de 2009 o rácio Core Tier 1 do Banco era de 35,7%, contra 32,7% no final do ano 2008. O rácio de solvabilidade era de 32,8% no final de 2009, face aos 31% registados no exercício anterior.

O nível de adequação de capital referido no parágrafo anterior reflecte, entre outros factores, a natureza do nosso negócio. A nossa gestão de risco de mercado e risco de crédito é uma estratégia deliberada de manutenção dos níveis de adequação de capital e liquidez acima da média, especialmente tendo em conta as condições adversas que se seguiram aos acontecimentos ocorridos nos mercados em 2008. Outros factores incluem o ambiente competitivo, o conjunto de activos que escolhemos alocar ao balanço e a necessidade de garantir que a tomada de risco é compensada adequadamente. Durante o ano, o Banco esteve particularmente activo na rotação da composição da sua carteira de activos por forma a garantir o uso eficiente de capital e tomar partido de um *re-pricing* geral do risco

que se registou no mercado de *corporate credit* e, mais gradualmente, em concessão tradicional de crédito a Clientes, actividade na qual o Banco não é um participante com uma posição relevante de mercado.

Durante 2009, o Banco manteve elevados níveis de liquidez, mesmo perante sinais de melhoria dos mercados. O Banco não utiliza fontes de financiamento *wholesale* tradicional, preferindo a política de construção de uma sólida base de depósitos de retalho. Esta política, combinada com a natureza do modelo de negócio do Banco, tende a traduzir-se em níveis baixos de alavancagem global, quando comparado com os seus pares. A qualidade e liquidez dos nossos activos são factores chave que proporcionam flexibilidade e segurança em mercados voláteis. O Banco mantém um conjunto de valores mobiliários soberanos e de *investment grade* líquidos disponível a todo o momento, para cobrir o cenário improvável de uma redução de curto prazo nos depósitos. Este e outros cenários utilizados para *stress testing* são apresentados em maior detalhe na secção deste relatório anual relativa à Gestão de Risco.

Dividendos

O Banco iniciou operações em Março de 1999, e gerou lucros em cada um dos seus 11 anos. Em 2005, o Banco pagou o seu primei-

ro dividendo relativo ao exercício de 2004, com um *payout ratio* de 64%, tendo sempre pago dividendos desde essa data conforme a tabela T9. Em 2008, no auge da crise financeira, o Banco manteve o mesmo dividendo de 2007, ou seja € 0,05 por acção. Para o exercício de 2009, o dividendo proposto, aprovado pela Assembleia Geral de Accionistas, é de € 0,065 por acção, equivalente a um *payout ratio* de 46%.

Composição da base accionista

No final do ano de 2009, o Banco tinha aproximadamente 120 accionistas. A distribuição das acções permanecia em linha com o ano anterior, com uma base accionista estável. Em 31 de Dezembro de 2009, 57% das acções eram detidas por particulares, incluindo as posições da Administração, enquanto 43% das acções eram detidas por institucionais. O principal accionista, investidor particular, detinha uma posição de 12,3% do capital do Banco. Do conjunto de accionistas registados em 31 de Dezembro de 2009, a soma das participações dos 7 maiores accionistas em conjunto perfaziam cerca de 55% das acções, enquanto que a soma das participações dos 11 principais accionistas, todos com posições superiores a 2% cada, totalizava cerca de 69% do capital. A equipa de Administração do Banco representava uma posição agregada de 13,7% do capital. Os grupos acima são meramente indicativos,

uma vez que não existem quaisquer pactos entre accionistas.

Gestão de risco

Em termos gerais, o nosso negócio é assumir e gerir risco. As políticas e práticas que foram testadas de forma exemplar durante a última década são discutidas adiante neste relatório na secção de Controlo Interno.

Na gestão do risco por toda a organização, a Administração revê processos regularmente para garantir que estes são bem concebidos, disciplinados, independentes e objectivos. Os nossos processos de gestão de risco associados com os mercados globais, operações de crédito, processamento, tecnologia e riscos genéricos de negócio, exigem um sistema integrado de políticas e controlos de modo a garantir a integridade do modelo de negócio do Banco e potenciar a sua estabilidade e rentabilidade. Subjacente a estes sistemas e processos está uma cultura de responsabilidade pessoal e vigilância mútua tendo em vista o interesse comum.

O Banco prossegue o objectivo de gerar receitas operando em linha com orientações prudentes e razoáveis. Estas orientações são actualizadas regularmente e comunicadas a toda a organização respeitando, designadamente, a capacidade de monitorizar transacções apropriadamente, o conhecimento dos Clientes, a compreensão dos mercados, o ambiente legal em que o Banco opera e o nosso interesse em cada momento por certos riscos tendo em conta determinadas condições de mercado. Outro factor chave consiste na confiança nos nossos

Colaboradores e na fiabilidade dos nossos sistemas para processar operações numa base contínua e relativamente livre de erros. O processo começa com a identificação do risco, a sua quantificação, controlo e eventual reporte interno e externo em intervalos apropriados.

Durante 2009, o ritmo de aquisição de Clientes melhorou e os volumes transaccionados aumentaram ligeiramente, embora se tenham mantido abaixo dos níveis de 2007. Condições de mercado altamente voláteis testaram os processos, mecanismos de controlo e disciplina interna do Banco face a eventos pouco frequentes, tendo estes demonstrado serem eficientes e adequados. As principais medidas de risco utilizadas por todo o Banco incluem *stress testing* de todos as principais classes de activos e derivados numa base diária, monitorização em tempo real de *Value at Risk (VaR)* e de *earnings at risk* ao longo do dia, bem como o uso de um conjunto de limites não estatísticos para risco de mercado. Simultaneamente, estas medidas estão interligadas com medidas básicas relacionadas com crédito e procedimentos operacionais para assegurar sobreposição de controlos sobre todas as exposições significativas.

Os riscos de crédito, associados a uma carteira significativamente maior de activos remunerados cotados, níveis acrescidos de crédito em conta margem e exposições a contraparte, cresceram com a recuperação dos mercados durante o ano. As perdas relacionadas com crédito, bem como os custos associados com riscos operacionais foram negligenciáveis ao longo do ano, em virtude de um modelo de negócios que enfatiza

o *design* dos produtos e se concentra em escala e em processamento automático.

O *design* dos produtos e a tecnologia necessária para suportar o processamento, contabilização, controlo e entrega ao Cliente final são componentes essenciais dos nossos processos operacionais e de gestão de risco. Ambos envolvem a Administração ao mais alto nível para assegurar a eficiência de custos, níveis elevados de investimento, controlos internos adequados e aderência ao cumprimento das exigências regulatórias.

Transparência nas nossas práticas de negócio

O BiG é gerido por profissionais experientes que têm uma participação relevante no capital da organização a par de outros accionistas, muitos dos quais foram também co-fundadores do Banco.

A Administração acredita que a boa governação começa com uma estrutura organizacional deliberadamente transparente e simples, com linhas de responsabilidade claramente definidas entre a Administração e os vários órgãos, de forma transversal a todos os colaboradores. Não existem acordos entre accionistas, o nosso modelo de negócio é deliberadamente transparente e não favorecemos estruturas organizacionais complexas. **O Banco não opera sucursais offshore ou entidades para fins específicos (SPVs).** Acresce ainda que desde a criação do Banco que procurámos alinhar os interesses dos accionistas e da gestão, procurando também garantir uma separação entre os

que são accionistas e emitem orientações, por um lado, e aqueles que profissionalmente assumem e aceitam responsabilidades de gestão, por outro.

Acreditamos que a melhor forma de governação para qualquer organização começa pela sua cultura e pela integridade das pessoas que a compõem. A natureza e extensão da informação que divulgamos, patente neste documento, também reflectem um aspecto fundamental da nossa cultura interna e proposta de valor. Nas relações com accionistas, Clientes, reguladores e contrapartes, fazemos questão de comunicar de forma deliberada e detalhada não só em que consiste o nosso modelo de negócio, como também no seu funcionamento. Internamente, a cultura do Banco sublinha o exercício de explicar a boa governação enquanto um exercício diário de responsabilização de cada indivíduo. Este conceito começa pelo Conselho de Administração e pelos comités internos de supervisão e estende-se a toda a organização.

Operamos num ambiente de regulação e reporte crescente. As responsabilidades individuais e da Administração abrangem uma compreensão do código de ética da organização, formação interna sobre procedimentos, gestão de informação, políticas e práticas concebidas para identificar e gerir riscos, e funções independentes de supervisão para assegurar a aderência a regras internas e externas. Estamos permanentemente focados em garantir controlos operacionais, encorajar regras que promovam maior responsabilidade e transparência nas práticas competitivas e aceitamos escrutínio do nosso modelo de negócio. A Administração

concentra pelo menos tanto tempo a gerir riscos e construir uma cultura de responsabilidade quanto o que despende na geração de novas oportunidades de negócio.

Concorrência

O mercado Português opera com um número alargado de instituições financeiras que oferecem serviços que vão desde a banca universal até áreas específicas tais como a corretagem, gestão de activos e financiamento ao consumo. O mercado, a nível doméstico e internacional, é altamente competitivo e esperamos que assim se mantenha. Portugal, em particular, é um mercado concentrado, com 5 instituições de crédito, uma das quais a Caixa Geral de Depósitos detida pelo Estado, detentoras entre si de uma quota de mercado de aproximadamente 70%, o que representa cerca do dobro da média comunitária. Dezenas de outros bancos domésticos ou estrangeiros de pequena e média dimensão partilham a restante porção fragmentada do mercado. Consequentemente, enfrentamos concorrência em todas as nossas linhas de negócio de um conjunto alargado de operadores domésticos, e em certas linhas de negócio de operadores internacionais. O Banco enfrenta ainda competição intensa por parte das empresas internacionais de auditoria e consultoria, cujos serviços se sobrepõem aos serviços prestados pelo Banco em áreas como o aconselhamento a empresas.

A Administração entende que a crise financeira e bancária global e o seu efeito no mercado português proporcionaram uma oportunidade particularmente evidente de

avaliar o desempenho do Banco BiG face aos seus pares. Desde Outubro de 2008, enquanto alguns bancos em Portugal e a nível global sobreviveram relativamente incólumes, várias entidades em Portugal aceitaram assistência sob a forma de garantias do Estado, foram salvas por medidas extraordinárias, foram intervencionadas pelo Banco de Portugal ou simplesmente nacionalizadas. Alguns destes salvamentos foram privados com assistência dos reguladores, mas outros envolveram processos altamente públicos e ainda não resolvidos, marcados por declarações de incompetência, má gestão, fraude contabilística, evasão fiscal e violação da confiança.

Considerando a estrutura da economia portuguesa, a sua dependência do estado e grau de intervenção deste, as distorções da concorrência não são incomuns. Na sua qualidade de maior Cliente singular de serviços financeiros, directa e indirectamente, o Estado também tem a capacidade de influenciar o ambiente competitivo.

O facto de parcelas significativas da economia portuguesa serem detidas, directamente administradas, ou indirectamente influenciadas pelo estado, através de *golden shares* ou outros acordos, combinado com a existência de participações cruzadas entre os bancos e as principais empresas portuguesas, sendo parte dos conselhos de administração indicados ou aprovados pelo Governo, tende a reduzir a transparência e as oportunidades de negócio para o mercado em geral, consequentemente aumentando a concorrência entre os *players* que operam em nichos de mercado.

A Administração ainda aguarda evidência de que a crise económica e o contágio à dívida soberana poderão induzir mudanças estruturais significativas no ambiente competitivo no curto prazo. Em resultado, esperamos continuar a concentrar a nossa actividade no crescimento orgânico no mercado doméstico, observando mercados mais transparentes para identificar oportunidades de expandir o nosso negócio e aplicar o capital dos accionistas.

Continuidade operacional e segurança de informação

Exigimos que o nosso negócio seja capaz de operar nas mais excepcionais circunstâncias e que os nossos sistemas de informação sejam seguros e fiáveis. Este é um processo evolutivo que exige atenção regular, revisão e melhoramentos à medida que o Banco cresce e as condições de mercado e o ambiente de regulação evoluem. O Banco foi capaz de testar vários procedimentos de recuperação de negócio em ambiente real durante 2009 quando mudámos a nossa sede com êxito para novas instalações durante um único fim-de-semana.

Tal como ocorre com os *stress tests* das nossas várias carteiras de investimentos, concebemos pressupostos como base para cenários de gestão de crise e recuperação de negócio que abrangem o processamento e as funções chave de negócio. Os elementos chave do plano incluem instalações alternativas para funções centrais, tais como mercados e operações, capacidades de processamento remoto, sistemas de recupe-

ração de dados e redundância e melhoramentos na segurança de sistemas.

Compliance

No rescaldo da crise financeira e perante uma revisão global de algumas das políticas incorrectas que parecem ter estado na sua origem, vem surgindo nova legislação e medidas regulamentares, ao mesmo tempo que se tem intensificado o escrutínio das políticas de *compliance* do sector financeiro.

O negócio de banca e activos financeiros concorre com fornecedores de serviços financeiros domésticos e globais. O respeito pelos regulamentos e pelo bem estar dos nossos Clientes é central no nosso modelo de negócio. A função de *compliance* assume um papel chave dentro do banco e constitui uma parte integrante da nossa cultura interna. Procuramos que a transparência, o respeito pelas regras e o comportamento competitivo constituam elementos de diferenciação do Banco na sua relação com Clientes.

Perspectivas de negócio para 2010

O consenso geral no início de 2010 é de que, embora possa ter sido evitada uma depressão no final de 2008 e início de 2009, a crise económica está longe de ter acabado. Políticas de taxas de juro historicamente baixas têm sido instrumentais na promoção de um crescimento económico tépido, mas o momento de subida de taxas no futuro poderá arriscar uma nova recessão, criar as condições para níveis mais elevados de in-

flação ou levar a bolhas de activos no futuro. Acresce que muito do mundo industrializado – desde as famílias aos governos – está apenas a começar um processo certamente longo de desalavancagem. Nas grandes economias, por via de pacotes de estímulo e garantias, o fardo da crise foi transferido para o sector público em 2009, expondo ou exacerbando problemas estruturais que se encontravam presentes muito antes da crise.

Portugal encontra-se particularmente exposto por causa dos seus desequilíbrios estruturais há muito por corrigir e falta de competitividade global. Ao entrarmos em 2010, a combinação de uma crise política, *downgrades* de ratings, e dúvidas quanto às contas do sector público parecem ser uma receita para um crescimento económico lento e incerteza continuada.

Por outro lado, o pânico reduziu-se e em alguma medida a confiança regressou aos mercados. Para 2010, esperamos a continuação de baixas taxas de juro de base, com alguma volatilidade, pressão na dívida dos emitentes soberanos mais fracos e a transmissão destes factores à economia real por via de *spreads* de crédito mais elevados, possíveis aumentos de impostos, salários estagnados, crescimento baixo e a necessidade para sacrifícios por parte do público em geral, começando pelo sector público.

Acreditamos que o ambiente deverá ser conducente a oportunidades para um Banco com provas dadas na gestão de riscos, um modelo de negócio flexível e inovador, um balanço líquido e uma saudável base de capital.

Eventos desde o final de 2009

Adesão PEX

No primeiro trimestre de 2010 foi concluída a adesão ao Sistema de Negociação Multilateral PEX, gerido pela OPEX - SGSNM, S.A., com o objectivo de disponibilizar aos nossos clientes a possibilidade de negociação, com menores custos, de valores mobiliários específicos num mercado registado alternativo. Numa primeira fase, este acesso será orientado para a negociação de *warrants* do nosso parceiro *Commerzbank*.

Brasil

Foi iniciado no primeiro trimestre de 2010 o estudo de viabilidade para o eventual lançamento da nossa actividade de intermediação financeira no Brasil. Nessa contexto, estão já em curso os contactos necessários junto dos reguladores do País e da Bolsa de São Paulo BM&F Bovespa.

Mercado Norte-Americano - KBW

Em Janeiro de 2010 o Banco contratou o Banco de investimento Norte Americano KBW – Keefe, Bruyette & Woods para assistir a Administração na identificação de potenciais alvos no segmento de *community banking* na região nordeste dos E.U.A.

Portfolio HTM

Durante o mês de Fevereiro, o Banco alienou activos financeiros no montante total de € 66.544.289 que estavam contabilizados na carteira de investimentos a deter até à maturidade (*Held to Maturity*) desde Julho de 2008. Desta alienação resultou um ganho efectivo de € 4.487.879. A decisão de alienar esses activos financeiros foi tomada em face

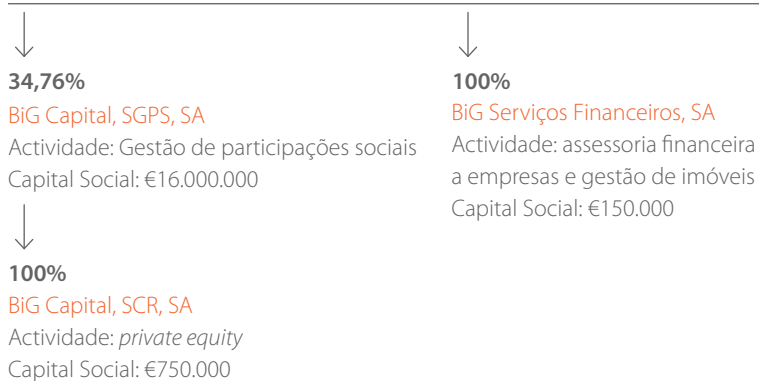
dos claros benefícios económicos identificados, nomeadamente:

- a realização de ganhos efectivos aproveitando as recuperações no mercado de *corporate bonds*;
- a melhoria do *rating* global da carteira total após esta venda, incluindo todos os activos de dívida classificados como *Held To Maturity* e como Disponíveis Para Venda (*Available for Sale*); e
- o aumento dos níveis de liquidez num período de maior incerteza futura relativamente aos países do Sul da Europa.

De acordo com o IAS 39, a venda antes da maturidade de quaisquer activos financeiros classificados como *Held To Maturity*, obrigou à reclassificação de todos os restantes activos desta carteira para a carteira de *Available for Sale*, com a consequente reavaliação dos mesmos ao justo valor. O montante total de activos reclassificados de *Held To Maturity* para *Available for Sale* foi de € 47.037.228. As respectivas mais e menos-valias potenciais, cujo valor líquido totalizou € (444.401), foram reconhecidas em reservas (reserva de justo valor). Ainda de acordo com o IAS 39, o Banco ficará impossibilitado de utilizar a carteira *Held To Maturity* nos próximos 2 anos.

ORGANIZAÇÃO

Banco de Investimento Global



Estrutura legal e órgãos sociais

A estrutura organizacional do grupo BiG é liderada pelo Banco. No final do exercício, o Banco detinha 34,76% da BiG Capital, SGPS, SA, que detinha 100% do capital da BiG Capital, SCR, SA. A primeira é uma *holding* para o investimento e gestão de participações sociais do Banco, enquanto a última gere um fundo de *private equity* especializado em aquisições, *Lead Capital* - fundo de capital de risco para investidores qualificados. Na mesma data, o Banco também detinha directamente 100% do capital da BiG Serviços Financeiros, SA, que gere o património imobiliário do Banco e presta serviços de assessoria financeira.

O modelo de distribuição de retalho do Banco centra-se numa robusta plataforma baseada na Internet www.bigonline.pt e inclui uma equipa de vendas totalmente integrada localizada em agências em Lisboa (3), Porto, Braga, Maia, Coimbra, Leiria, Carnaxide, Évora e Viseu. O Banco espera expandir selectivamente a sua rede de localizações

físicas durante 2010 e 2011. Os negócios com clientes institucionais são geridos por equipas específicas em Lisboa e no Porto.

O Banco não opera nenhuma outra entidade *offshore* nem nenhum veículo para fins especiais (SPVs) de qualquer tipo no seu modelo de negócio.

Os imóveis ocupados pelo BiG são directamente detidos ou arrendados pelo Banco. Em Outubro de 2009, o Banco mudou-se para o novo edifício sede na Avenida 24 de Julho em Lisboa, que se encontrava em construção desde Setembro de 2007. O imóvel é detido directamente pelo Banco.

A marca de retalho do Banco, *BiGonline*, refere-se a um serviço de investimento com base na Internet gerido exclusivamente pelo BiG e não tem qualquer personalidade jurídica autónoma. A marca Banco BiG foi introduzida em 2006 para unificar a nossa imagem em antecipação do lançamento do nossa abordagem mais generalista de aconselhamento de investimento por via das nossas agências físicas.

Orgãos Estatutários do BiG

Assembleia Geral	Composta por um Presidente e um Secretário, eleitos pelos accionistas por mandatos de quatro anos. As suas responsabilidades passam por dirigir as assembleias gerais de accionistas do Banco.
Conselho Consultivo	Actualmente constituído por 15 membros, incluindo os principais accionistas do BiG, cujos membros e Presidente são convidados pelo Presidente do Conselho de Administração, que tem igualmente lugar neste órgão consultivo. Reúne em média duas vezes por ano para discutir aspectos estratégicos e contribuir com as suas recomendações. As decisões do Conselho Consultivo não são formalmente vinculativas.
Conselho de Administração	Constituído no final do ano por cinco membros executivos, que controlam e gerem o Banco directamente numa base diária. Este órgão é eleito para mandatos de quatro anos e todos os membros são executivos com experiência bancária relevante. Sendo estes escolhidos com base na sua experiência, cada um é igualmente um accionista minoritário, em base individual, independente de qualquer interesse accionista específico. Como todos os membros do Conselho de Administração são membros executivos ("sistema monista"), não existe uma Comissão Executiva e as tarefas do Presidente do CA e de CEO estão concentrados na mesma pessoa. Este órgão inclui igualmente um Vice-Presidente / COO
Conselho Fiscal + ROC	O conselho fiscal conta com três membros eleitos por períodos de quatro anos. Este órgão reporta directamente aos accionistas. As suas responsabilidades incluem auditorias periódicas e independentes às contas estabelecidas de acordo com as normas internacionais de contabilidade. O Revisor Oficial de Contas independente providencia a certificação legal das contas

Governo da sociedade

A lógica de organização interna do Banco, e das entidades necessárias para atingir os nossos objectivos, são matéria regularmente passível de revisão e dependem da vontade da Administração de manter a simplicidade, transparência e um controlo operacional eficaz sobre o negócio. Esta filosofia encoraja o uso eficiente dos recursos e uma clara distribuição das responsabilidades sobre a forma como estes recursos são utilizados. O Banco BiG, embora não seja uma sociedade cotada em bolsa, procura seguir, e na generalidade cumpre com as recomendações da OCDE (Resumo dos Princípios da OCDE sobre o

Governo das Sociedades – 2004) e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre o governo das sociedades, sempre que sejam praticáveis e adequadas à dimensão do Banco.

Direitos de voto

De acordo com os estatutos do Banco, não existem restrições aos direitos de voto dos accionistas. A cada grupo de mil acções corresponde um voto. Os accionistas detentores de menos de 1.000 acções podem agrupar-se de forma completar esse número, fazendo-se representar por qualquer um dos agrupados.

Auditores e consultores externos

O auditor independente do Banco e suas subsidiárias é a KPMG. Em 2006, o Banco estabeleceu uma política de rotação periódica de auditores, habitualmente por períodos que não deverão exceder 2/3 mandatos ou 2/3 quadriénios. Durante 2008, o Banco retomou a sua prática de manutenção da independência das funções de auditoria externa e consultoria fiscal, contratando a *Deloitte* para este efeito. O Banco mantém ainda como consultor legal externo a Sociedade J.A. Pinto Ribeiro & Associados.

Controlo Interno

A responsabilidade de gestão funcional, tal como anteriormente identificada, é depositada nos membros do Conselho de Administração, aos quais os vários responsáveis de *front office* e *back office* reportam. As funções de contabilidade e reporte, auditoria interna, controlo interno e *compliance* e a gestão dos riscos, em conjunto com as áreas de mercados, crédito, tecnologia e operações também reportam directamente aos membros do Conselho de Administração. Além das funções de supervisão por área, o Banco estabeleceu um Comité de Gestão de Riscos - *All Risks Committee* - que reúne mensalmente com o *Chief Operating Officer* visando melhorar a compreensão em todo o Banco das prioridades relacionadas com controlo, regulamentação e sistemas e procedimentos. A remuneração do Conselho de Administração é determinada periodicamente por uma Comissão de Remunerações autónoma, composta por accionistas independentes, designada pela Assembleia Geral.

Recursos humanos

Os nossos principais activos são os nossos colaboradores, o nosso capital e a nossa reputação. Estes activos são interligados e inter-dependentes. Uma vez que o desenvolvimento da nossa cultura interna é essencialmente um processo *top-down*, o recrutamento, formação e desenvolvimento de carreira dos nossos colaboradores começa e envolve os gestores seniores ao mais alto nível. Percebemos o desenvolvimento das nossas pessoas como um investimento chave e procuramos recompensar o talento desde o início. Em regra, promovemos a diversidade, mas não nos nossos valores fundamentais. Estes incluem a excelência académica, um sentido de compromisso, trabalho de equipa, energia, inovação, respeito pelos outros e acima de tudo, integridade.

No final de 2009, a idade média dos Colaboradores do BiG era de 32 anos, sendo 80% dos colaboradores detentores de grau universitário. No mesmo ano, o número médio de colaboradores directamente contratados, excluindo a Administração, era de 140, o que compara com 138 no ano de 2008. Durante 2010 esperamos um aumento líquido do número de colaboradores associados com a expansão das equipas comerciais e de *trading*.

Entidades Reguladoras

O Banco de Investimento Global, SA é uma instituição registada e supervisionada pelo Banco de Portugal e pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), as duas principais entidades responsáveis pela supervisão das actividades financeiras em Portugal. Os eventos nos mercados financeiros têm encorajado os Reguladores, tanto ao nível doméstico como internacional, a propor e, nalguns casos, implementar mudanças significativas no funcionamento da indústria de serviços financeiros. Esperamos que este processo continue a evoluir no futuro próximo.

Banco de Portugal

Data do registo especial com o Banco de Portugal: 5 de Fevereiro de 1999, com o número 61.
www.bportugal.pt

CMVM

Data da autorização da CMVM: 8 de Março de 1999, com o número 263.
www.cmvm.pt

ISP

Em linha com o disposto pelo Decreto-Lei n.º 144/2006 de 31 de Julho, que transpôs a Directiva n.º 2002/92/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, a partir de 9 de Dezembro, com respeito a intermediação de seguros, o BiG encontra-se registado no Instituto de Seguros de Portugal como mediador de seguros ligado.
www.isp.pt

RESULTADOS DAS OPERAÇÕES

Ambiente económico

Global

O ano de 2009 traduziu um dos períodos mais negativos do crescimento económico mundial nas últimas décadas, marcado por quedas acentuadas do Produto em particular no bloco desenvolvido, uma situação que resultou do agravamento da crise financeira despoletada em 2008 sobre a economia real no ano findo. O sector financeiro manteve-se sob forte pressão, em resultado da debilidade das bases de capital da Banca para fazer face ao acumular das perdas relacionadas com a exposição aos denominados activos tóxicos (produtos de crédito estruturados e veículos especiais de investimento ligados ao mercado imobiliário norte-americano). Segundo informação prestada pelo FMI, a economia Mundial apresentou um declínio do PIB de 1,06% em 2009 (vs +2,99% em 2008), sendo que o principal contributo para este valor resultou das quebras do Produto observadas nos EUA (-2,73%) e Zona Euro (-4,18%) em oposição ao cenário de expansão económica que continuou a vigorar nas regiões do Médio Oriente (+2,03%) e Ásia Emergente (+6,20%). A economia da Zona Euro registou assim o desempenho mais negativo entre os diversos blocos económicos, pese embora o epicentro da crise Mundial tenha sido originado no mercado norte-americano. Esta situação foi justificada pela significativa dependência das exportações em relação ao PIB gerado na Zona Euro, as quais foram bastante penalizadas no contexto da forte contracção do comércio internacional. Refira-se que a economia nacional não escapou obviamente ao cenário recessivo global,

com o PIB a diminuir cerca de 3% em 2009, fruto da quebra das exportações (-12,5%) e da deterioração do mercado interno, isto num período em que apenas o Consumo Público terá aumentado quase 2%.

A actividade económica global apresentou uma evolução marcadamente distinta ao longo do ano, sendo que o ponto mais negativo do ciclo materializou-se no 1Q09, período em que se tornou mais evidente o suporte político à escala Mundial para fazer face à dimensão da crise económico-financeira. Manteve-se a necessidade da intervenção dos Estados na economia, nomeadamente com as ajudas prestadas ao sector financeiro (anunciadas ainda em 2008), a definição de planos de estímulo Governamentais e a adopção de políticas monetárias expansionistas - manutenção das taxas de juro a níveis mínimos, concessão de linhas de crédito aos bancos sob critérios especiais e recompra de obrigações pelo FED e BCE com o objectivo de financiar e estimular a actividade do sector privado. Este conjunto de medidas que representaram uma transferência do risco da esfera privada para o sector público acabou por surtir um efeito globalmente positivo junto da confiança dos agentes de mercado ao longo do ano, contribuindo assim decisivamente para a recuperação do sentimento geral.

A partir de Março de 2009 observou-se um significativo estreitamento dos *spreads* de crédito que atingiram no final de 2009 níveis idênticos ao período pré-Lehman. Em simultâneo, verificou-se a gradual recuperação da actividade industrial (crescimento da produção e da capacidade utilizada), ainda

T.10

Indicadores Macroeconómicos	PIB			IPC	
	2008	2009	2010E	2009	2010E
Estados Unidos	0,44%	-2,73%	1,51%	-0,39%	1,72%
Zona Euro	0,71%	-4,18%	0,32%	0,31%	0,80%
Portugal	-0,04%	-3,00%	0,40%	-0,38%	0,96%
África	5,18%	1,69%	4,02%	9,05%	3,43%
Médio Oriente	5,37%	2,03%	4,24%	8,27%	6,55%
Ásia Emergente	7,58%	6,20%	7,34%	3,01%	3,42%
América do Sul	4,18%	-2,53%	2,90%	6,12%	5,22%
Mundo	2,99%	-1,05%	3,10%	2,54%	2,89%

Fonte: FMI

que este efeito tenha sido suportado essencialmente pelo efeito de reposição de *stocks*. Mantiveram-se a fragilidade do mercado imobiliário e a persistência de elevadas taxas de desemprego no bloco desenvolvido que inibiram uma recuperação mais significativa dos níveis de consumo privado. Este agregado de factores contribuiu para que no 4Q09, algumas das principais economias do mundo Ocidental já tivessem emergido do cenário de recessão técnica. A forte retracção do produto observada em 2009 e a escalada do desemprego evitaram também que surdissem pressões inflacionistas adicionais no bloco Europeu e norte-americano. A inflação média anual nos EUA registou uma variação negativa, isto apesar da forte valorização da generalidade das matérias-primas observada ao longo de 2009.

Antecipando o desanuviar do panorama macroeconómico, a generalidade dos activos financeiros de risco apresentaram valorizações bastante relevantes em 2009, tanto na vertente accionista, obrigacionista como ao nível das matérias-primas. Na ver-

tente cambial observou-se uma volatilidade relevante, assistindo-se a uma valorização do USD no 1Q09 que beneficiou do seu perfil de refúgio no período mais crítico da crise económica. Subsequentemente, houve uma correcção bastante pronunciada do USD face à generalidade das divisas internacionais até praticamente ao final de 2009. Este movimento foi aliás inversamente correlacionado com a forte valorização dos índices de acções internacionais e da generalidade das matérias-primas.

Perspectivas macro-económicas

O actual contexto macroeconómico oferece um quadro relativamente mais animador face ao observado no ano findo, sendo que o consenso do FMI aponta para um crescimento do PIB Mundial de 3,10%, suportado pela dinâmica muito favorável que continua a verificar-se nas regiões da Ásia Emergente (+7,34%), Médio Oriente (+4,24%) e de África (+4,02%). Por outro lado, apesar das quebras do produto registadas em 2009, o bloco desenvolvido apresentará uma recuperação económica manifestamente mais lenta,

antecipando-se um crescimento do PIB nos EUA e na Zona Euro de 1,51% e 0,32% respectivamente, uma situação que reflecte os condicionalismos que marcam o actual *momentum* económico. Pensamos que o desempenho do bloco desenvolvido poderá superar as expectativas referidas anteriormente, ainda que persista um conjunto de factores de risco relevantes, nomeadamente as questões incontornáveis relacionadas com a reversão das políticas estímulo, manutenção de elevado nível de desemprego, contínua desalavancagem do sector financeiro e, sobretudo, o excessivo nível de endividamento e de défices públicos que caracterizam praticamente a totalidade dos países do Mundo Ocidental no presente.

Na base da perspectiva mais favorável para a evolução económica no mundo desenvolvido e/ou mundial no presente ano, realçamos o contributo crescente dos mercados emergentes no panorama global, seja pelo crescimento das suas exportações como pela sustentação do seu mercado interno. Apesar da inevitabilidade em torno da retirada gradual dos planos de estímulo sobre a economia, esta situação acaba por ser benéfica em termos de sustentabilidade do crescimento no longo prazo, uma vez que lhe retira alguns dos efeitos artificiais que se tem assistido recentemente, não sendo por outro lado expectável que o FED opte por alterar a direcção expansionista da actual política monetária, em particular até ao último trimestre do ano.

A perspectiva de manutenção ou mesmo subida de preços de um conjunto de matérias-primas afigura-se como uma pos-

sibilidade. Por outro lado, parece-nos que o *upside* se afigura relativamente limitado tendo em conta a dicotomia entre o actual cenário de expansão vigorosa dos mercados emergentes e a perspectiva de crescimento algo anémico no mundo desenvolvido. Esta situação, conjugada com a tendência recente da escalada do desemprego, deverá afastar os receios dos investidores em torno da possibilidade de se concretizar um cenário de inflação, ou mesmo, no pólo oposto, um cenário de deflação à imagem do recente caso Japonês. Desta forma, antecipa-se uma evolução do índice de preços relativamente benigna no mundo Ocidental, com o FMI a prever para 2010 um incremento do nível de preços em 1,72% e 0,80% nos EUA e Zona Euro respectivamente. Na vertente cambial, o USD deverá manter a tendência de recuperação recente, nomeadamente face à divisa Europeia, uma situação que se justifica perante o estágio mais avançado de recuperação da economia norte-americana e das incertezas que subsistem em relação aos níveis de endividamento Soberano de um conjunto de países do Sul da Europa.

Apesar de se prever um nível de crescimento económico Mundial em 2010 ligeiramente abaixo do potencial numa perspectiva histórica (sobretudo no bloco desenvolvido), pensamos que, pelas razões anunciadas anteriormente, o desempenho económico global deverá afigurar-se relativamente suportado, o que confere ainda assim algum optimismo para o comportamento dos activos de risco no presente ano, pese embora os fortes ganhos registados em 2009, seja na vertente de crédito como accionista.

Guia para apresentação de demonstrações financeiras

O resumo abaixo incide sobre resultados seleccionados com base nas contas consolidadas reportadas de acordo com as NIC e deve ser lido em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas Anexas que seguem o Relatório de Gestão. Acresce que o Banco prepara internamente os resultados numa base de gestão, apresentada abaixo nesta secção em Resultados Operacionais por Segmentos de Negócio. A apresentação de resultados numa base de gestão baseia-se nos modelos que alocam os resultados contabilísticos do Banco e que são utilizados pela Administração para avaliar os resultados do Banco por área de negócio, equipa de vendas ou grupos de produtos, entre outros, e compara os resultados internamente face aos orçamentos e objectivos. Os resultados numa base de gestão são organizados em formato diferente para fins de discussão e análise interna, contudo, as apresentações numa base de gestão reconciliam integralmente com os resultados consolidados do Banco.

Resumo financeiro

- Resultado líquido consolidado aumenta 92% para € 12,3 milhões em 2009, contra € 6,4 milhões em 2008;
- Resultados individuais de € 12,3 milhões, contra € 7,1 milhões em 2008;
- Produto Bancário de € 36,5 milhões, uma subida de 50%;
- Aumento da margem financeira e redução das comissões líquidas;

T.11

€

Proveitos	2009	2008	2007
Juros e rendimentos similares	17.210.684	21.626.128	16.201.938
Juros e encargos similares	-5.292.599	-11.935.517	-6.701.276
Margem financeira	11.918.085	9.690.611	9.500.662
Rendimentos de instrumentos de capital	1.322.547	887.313	503.000
Rendimentos de serviços e comissões	8.005.808	21.519.805	28.013.034
Encargos com serviços e comissões	-1.574.887	-8.303.344	-10.744.831
Res. activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	2.124.785	-7.242.155	7.146.586
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	12.612.148	4.416.762	592.869
Resultados de reavaliação cambial	1.853.417	3.306.143	100.544
Resultados de alienação de outros activos	-27.574	0	0
Outros resultados de exploração	289.242	72.368	-1.092.006
Produto bancário	36.523.571	24.347.503	34.019.858

- Receitas de Tesouraria e Mercados de Capitais de € 18 milhões, contra € 1 milhão no ano anterior;
- Melhoria do rácio de eficiência de 48,7%, contra 57% no ano anterior;
- Rácio Core Tier 1 de 35,7% em 31 de Dezembro de 2009.

O Banco de Investimento Global reportou um resultado líquido consolidado de € 12,3 milhões em 2009, um aumento de 92% em relação a 2008. Os resultados são indicativos da flexibilidade e diversificação do modelo de negócio do Banco e reflectem as perspectivas da Administração quanto à tomada de riscos, alavancagem e liquidez, que fazem parte da nossa cultura e que posicionaram bem o Banco, mesmo antes da crise financeira.

O peso relativo das contribuições por segmento de negócio face ao ano anterior encontram-se correlacionados com ambientes de negócio contrastantes em 2008

e 2009. No ano de 2009, os mercados de acções recuperaram uma parcela significativa das quedas desastrosas de 2008, tendo sido abundantes emissões de dívida *corporate* sénior de elevada qualidade, com perfis de risco e retorno anormalmente favoráveis. Com a oportunidade de aumentar activos de crédito que oferecem elevados retornos, elevada liquidez superior aos créditos convencionais e menor risco, os proveitos do Banco resultantes de juros e investimentos aumentaram significativamente.

Entretanto, a economia real sofreu profundamente e acreditamos que assim continuará pelo menos em 2010. Para os nossos negócios, a incerteza e queda no valor dos activos na sua generalidade sentida pelos Clientes traduziu-se numa retracção geral por parte de investidores e negócios, que afectou o nível e a natureza das receitas de Clientes em 2009.

No exercício de 2009, os proveitos cresceram 50% para € 36,5 milhões.

A composição das receitas foi diferente face ao ano anterior, devido às grandes variações no mercado e a condições mais desfavoráveis no negócio de Clientes. A margem financeira aumentou 23% para €11,9 milhões, as comissões caíram 51% e as receitas das actividades de mercados e investimentos melhoraram substancialmente. Quer a margem financeira quer os proveitos de operações financeiras beneficiaram da posição *overweight* do Banco em crédito *corporate*, bem como alguma melhoria em créditos em conta margem associados a um apetite acrescido pelo risco à medida que os mercados de acções recuperaram a partir de Março de 2009. As comissões recuaram globalmente 51%. Contudo, excluindo *block trades* não recorrentes, o recuo foi de apenas 20%, reflectindo um aumento global nas comissões líquidas de corretagem, uma redução das receitas de gestão de activos uma vez que os activos sob gestão começaram a crescer apenas no final do exercício e uma redução para metade das receitas de *corporate advisory* num mercado doméstico pouco activo.

Por segmentos, o negócio de Clientes de retalho gerou € 6,9 milhões, ou 27% do total de proveitos de 2009, contra € 9,4 milhões, ou 38% dos proveitos de 2008. Mais de metade das receitas de retalho tiveram origem em actividades de corretagem e 25% em margem financeira resultante de actividades de tesouraria e financiamento para suporte a *trading* por Clientes. Enquanto as receitas de corretagem de retalho cresceram 8% face ao ano anterior para € 4,6 milhões, a margem

financeira de retalho reduziu-se significativamente em termos absolutos em resultado do nível historicamente baixo de taxas de juro de mercado. A actividade com Clientes institucionais gerou receitas líquidas de €2,8 milhões contra € 10,8 milhões no ano anterior. As receitas de 2008 incluem *block trades* que não foram repetidos em 2009. Excluindo este evento, a receita da maioria das áreas de vendas e de produto reduziram-se significativamente em resultado da redução do volume de transacções em Portugal e de um clima geralmente avesso ao risco durante o ano entre os investidores institucionais. As receitas deste segmento de Clientes contribuíram com apenas 8% do total, o que compara com 44% em 2008. A Tesouraria e Mercado de Capitais, que numa base de gestão exclui os negócios de Clientes contribuiu com € 18 milhões em receitas líquidas num ambiente mais estável, bastante acima do plano. Registaram-se resultados positivos essencialmente nos negócios de renda fixa e cambiais.

No conjunto, as tendências dos Clientes oscilaram entre aversão ao risco durante a primeira metade do ano e uma menor propensão ao risco quando a recuperação no mercado de acções começou a perder alguma da sua dinâmica no final do ano. O Banco assumiu uma perspectiva mais confiante das oportunidades disponíveis no mercado de renda fixa de alta qualidade em substituição da procura de crédito por Clientes, a qual não só continuou deprimida, como na realidade foi mais arriscada e menos rentável.

Os custos operacionais do Banco são dominados por três categorias: (i) custos com

peçoal, (ii) custos de funcionamento que estão correlacionados com o número de colaboradores, e (iii) os custos relacionados com investimentos na estratégia de retalho do Banco, que envolve sistemas e agências físicas. Uma parcela dos custos com pessoal representa os bónus discricionários associados a objectivos de desempenho, e podem variar de ano para ano. Em 2009, os custos com pessoal e os custos administrativos cresceram no seu conjunto 30%, reflectindo níveis mais elevados de remuneração variável e o aumento de algumas despesas em resultado da mudança do Banco para o seu novo edifício sede. O nível de custos com remunerações e custos administrativos foi 11% menor do que os níveis registados em 2007, depois de uma queda de 32% em 2008. Estes dados proporcionam uma correlação de uma parcela razoável da base de custos com as receitas. Quando analisado o período de 5 anos entre 2004 e 2009, a taxa média nominal de crescimento dos custos tem sido de 16%, o que compara com um crescimento médio nominal de 23% nas receitas para o mesmo período.

No ano de 2009, os custos com pessoal subiram 32% depois de terem decrescido na mesma proporção de 2008 relativamente a 2007. O número de colaboradores cresceu ligeiramente à medida que o Banco favoreceu a contenção na sequência dos eventos de 2008. A parcela variável da remuneração pode referir-se quer a comissões pagas às equipas de vendas ligadas ao desempenho, quer a bónus pagos numa base discricionária anual. Excluindo as alocações para o fundo de pensões integralmente financiado do Banco, a componente fixa das remunerações

T.12

€

Custos	2009	2008	2007
Custos com pessoal	-11.043.138	-8.357.235	-13.170.237
Gastos gerais administrativos	-5.495.786	-4.361.652	-5.481.828
Depreciação e amortizações	-1.248.474	-1.141.907	-1.163.283
Provisões líquidas de reposições anulações	-12.480	1.795	-184.021
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	-23.142	-30.199	52.599
Imparidade de outros activos fin. líquida de reversões e recuperações	-2.580.134	-1.065.565	0
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-512.153	-146.791	6.095
Diferenças de consolidação negativas	0	0	0
Outros custos	0	0	0
Custos totais	-20.915.307	-15.101.554	-20.045.873

cresceu 3% em 2009, contra 5% em 2008. Os custos com recursos humanos enquanto percentagem do total dos proveitos operacionais reduziram-se ligeiramente para 31% em 2009, face a 34% em 2008 e 39% em 2007.

As despesas administrativas incluem telecomunicações, serviços de informação, publicidade, licenciamentos, acordos com entidades gestoras de bolsas de valores e fornecedores relacionados, custos de ocupação e outras despesas relacionadas com o funcionamento do Banco. Embora tendam a correlacionar-se proximamente com o crescimento dos recursos humanos, os custos nesta categoria cresceram 26% em 2009 para € 5,5 milhões, depois de terem caído 20% em 2008. Os custos relacionados com a mudança do Banco para a sua nova sede na Av. 24 de Julho não são recorrentes e no seu conjunto os custos globais com ocupação de espaço não deverá ser significativamente maior quando comparado com o custo das instalações anteriores. O aumento médio anual das despesas administrativas no período de 2004 a 2009 foi de 12%.

As despesas com amortizações no BiG relacionam-se principalmente com investimentos em *hardware* e outro equipamento, licenças, e instalações. O Banco realiza investimentos e actualiza a sua infra-estrutura de TI de modo a garantir execução de qualidade, segurança ao mais alto nível, e redundância apropriada. Investimos em soluções externas de TI e em equipamento para suportar a nossa infra-estrutura e alocamos recursos dedicados à gestão da infra-estrutura com soluções desenvolvidas internamente. Além da tecnologia, o Banco tem investido na sua rede de agências, que também impacta esta categoria. Numa base anual, os custos com amortizações cresceram 9%, ou aproximadamente €100.000, depois de terem decrescido 2% em termos absolutos durante o ano anterior. Nos últimos 5 anos, o crescimento médio anual desta categoria de custos foi de 4%.

Imparidades de activos financeiros no valor de € 3,1 milhões representam o valor de mercado negativo de certos investimentos que a Administração manteve na carteira

T.13

€

Resultados	2009	2008	2007
Resultados operacionais	15.608.264	9.245.949	13.973.985
Res. de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	-792.932	-404.110	51.127
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários	14.815.332	8.841.839	14.025.112
Impostos correntes	-2.723.286	-2.453.172	-3.508.301
Impostos diferidos	237.056	37.263	751.454
Resultado após impostos antes de interesses minoritários	12.329.102	6.425.930	11.268.265
Interesses minoritários	0	0	0
Resultados de exercício	12.329.102	6.425.930	11.268.265

T.14

Rendibilidade	2009	2008	2007
Rendibilidade dos activos médios (ROA)	1,95%	1,18%	2,41%
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	10,45%	6,13%	11,40%
Produto bancário / Activo líquido médio	5,77%	4,48%	7,28%
NPA* / Activo total	0,018%	0,020%	0,022%

*Non performing assets

T.15

Eficiência	2009	2008	2007
Margem financeira / Activo remunerado	1,82%	1,94%	2,07%
Custos transformação / Produto bancário	48,70%	56,93%	58,25%
Custos pessoal / Produto bancário	30,24%	34,32%	38,71%

T.16

Solvência	2009	2008	2007
CORE TIER 1	35,70%	32,70%	34,70%
Rácio de solvabilidade	32,80%	31,00%	35,50%

com a visão de que o seu preço de mercado subirá no futuro. Acresce ainda que a Administração efectuou uma provisão de cerca de USD 800 mil para fazer face a uma reclamação pendente de recursos de Clientes associados com a falência da Lehman Brothers. A Administração espera que ambas estas quantias sejam revertidas no futuro.

Com o aumento das receitas em 2009 e um crescimento relativamente menor dos custos durante o ano, o rácio de eficiência do Banco melhorou pelo quinto ano consecutivo para 49%. A base de capital e os rácios de solvabilidade do BiG são robustos, enquanto que os indicadores de rentabilidade mostram os efeitos da melhoria da situação nos

mercados, apesar dos níveis mais reduzidos de actividade para os negócios de Clientes tradicionais e serviços de aconselhamento.

Resultados operacionais por segmentos de negócio

O Banco é gerido com base numa matriz de segmentos de negócio, que incluem áreas globais de Clientes, o nosso negócio de Tesouraria e Mercado de Capitais, e várias áreas de produto. Esta secção revê os resultados operacionais do BiG com base numa apresentação interna da gestão das nossas receitas e despesas associadas com as principais divisões internas de ganhos e

T.17

	€/000		
Particulares	2009	2008	2007
Proveitos Líquidos	6.884	9.580	12.099
Custos operacionais	-8.293	-7.440	-7.606
Proveitos antes dos impostos	-1.409	2.140	4.493
% Proveitos operacionais / Total	20%	38%	34%
% Custos operacionais / Total	61%	63%	59%

T.18

	€/000		
Institucionais & Empresas	2009	2008	2007
Proveitos Líquidos	2.751	10.828	13.201
Custos operacionais	-3.476	-2.865	-3.142
Proveitos antes dos impostos	-725	7.963	10.059
% Proveitos operacionais / Total	8%	43%	37%
% Custos operacionais / Total	25%	24%	24%

T.19

	€/000		
Tesouraria e Mercado de Capitais	2009	2008	2007
Proveitos Líquidos	23.470	999	7.148
Custos operacionais	-1.903	-1.568	-2.091
Proveitos antes dos impostos	21.567	-569	5.057
% Proveitos operacionais / Total	67%	4%	20%
% Custos operacionais / Total	14%	13%	16%

perdas. Estas contas, embora apresentadas em diferentes formatos, são reconciliadas com os dados financeiros consolidados.

Retalho especializado

As receitas deste segmento de Clientes dependem fortemente dos volumes de *trading* e de receitas relacionadas com margem. Outras fontes de receita incluem comissões bancárias e margem comercial associada com produtos de poupança e de investimento, tais como fundos de investimento e outras soluções de gestão de activos. As receitas operacionais líquidas dos nossos negócios de retalho foram de € 6,9 milhões, uma quebra de 27% face ao ano anterior. Esta queda deveu-se principalmente ao efeito de um ambiente de baixas taxas de juro na margem financeira, uma vez que todas as outras categorias de receitas melhoraram face ao ano anterior. As comissões líquidas provenientes principalmente de actividades de corretagem foram de € 4,3 milhões ou

63% do total, contra 45% do total em 2008. Na T.21 encontra-se um resumo da actividade de corretagem.

Durante o ano, o Banco não aumentou a sua estrutura de agências, como medida de controlo de custos. Entretanto, a Administração encerrou ou deslocalizou recursos humanos relacionados com três locais, procurou oportunidades para crescer a rede de caixas ATM e planeia a abertura de duas novas agências em 2010. O Banco investiu na sua plataforma de gestão de fundos de investimento e iniciou planos e investimentos para redesenhar a sua plataforma *Web* durante 2010.

O negócio de retalho do Banco consiste numa plataforma especializada de *trading* e investimento, com uma oferta de serviço integral para o Cliente individual, incluindo contas à ordem, cartões de débito e crédito, serviços de pagamentos, soluções de crédito, e produtos de poupança e investimento

T.20

€/000

Particulares	2009		2008		2007	
Comissões líquidas de serviços prestados a terceiros	4.333	63%	4.352	45%	6.369	53%
Margem financeira	1.095	16%	3.995	42%	4.114	34%
Comissões bancárias	651	9%	631	6%	517	4%
Trading / Vendas	804	12%	602	6%	1.099	9%
Total	6.884	100%	9.412	100%	12.099	100%

T.21

Quotas de mercado de intermediação financeira 2009	Quota de Mercado (%)	Ranking	Volume de Mercado *excepto n.º de ordens	Var (%) 2008/2009
Intermediação Financeira via internet				
Acções e Warrants	15%	3º	16.181.497	6,8%
Futuros	47%	1º	14.820.204	-37,4%
N.º ordens executadas	14%	2º	2.106.531	-2,0%
Intermediação Financeira Total				
Acções	4%	6º	63.003.753	-27,2%
Warrants	28%	1º	551.696	-28,3%
Futuros	5%	4º	139.731.405	-35,7%

Fonte: CMVM

T.22

€

	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003
% de receitas de intermediação financeira via Internet	79%	80%	65%	66%	57%	58%	56%

quer para Clientes que procuram investimento assistido, quer plataformas mais sofisticadas *online* de *trading* e investimento para Clientes *self-directed*. Estas incluem plataformas de negociação em acções, *warrants*, futuros, mercado cambial, e fundos de investimento. Disponibilizamos aos investidores individuais várias abordagens integradas, que incluem a Internet, via www.BiG.pt, o telefone, e o acompanhamento personalizado em centros de banca de investimento assistida. Várias ofertas de produtos e abordagens de distribuição são concebidas para atingir, de forma eficiente,

um conjunto alargado de clientes alvo com vários perfis de investimento e risco, necessidades transaccionais e perfis distintos.

O peso relativo de qualquer segmento de produto pode variar em cada ano reflectindo as condições de mercado. O nosso modelo de negócio sublinha um conjunto de produtos, estratégias e canais de vendas, suportados por uma equipa de *advisors* e representantes de apoio a Cliente, com o qual não só acreditamos que fazemos a diferença, como também claramente diferenciar-nos dos nossos concorrentes tradicionais e não tradicionais.

T.23

€/000

Institucionais & Empresas	2009		2008		2007	
Comissões líquidas de serviços prestados a terceiros	215	8%	6.537	60%	8.451	64%
Margem financeira	46	2%	32	0%	25	0%
Comissões bancárias	631	23%	1.574	15%	1.243	9%
Trading / Vendas	907	33%	1.080	10%	1.954	15%
Assessoria financeira	952	35%	1.604	15%	1.527	12%
Total	2.751	100%	10.827	100%	13.201	100%

A estratégia do Banco consiste em crescer o seu negócio à medida que as condições de mercado melhoram, concentrando-se na aquisição, satisfação e retenção de Clientes.

Clientes institucionais

As áreas de produto do segmento de negócios Institucional do Banco são semelhantes às oferecidas no negócio de retalho, com excepção do aconselhamento a empresas. Enquanto o negócio de retalho envolve canais de vendas integrados com base na plataforma electrónica www.BIG.pt, os clientes institucionais podem contar com equipas de vendas especializadas e soluções concebidas à medida. As áreas de produto incluem corretagem institucional, gestão de risco, vendas de produtos de investimento, e serviços de aconselhamento independente para Clientes empresariais, Bancos e Clientes institucionais. Em 2009, este segmento de negócio gerou proveitos líquidos de € 2,8 milhões, valor 75% abaixo do registado em 2008.

Os resultados deste segmento foram desanimadores, registando-se abaixo das expectativas em toda a linha. Estes resultados reflectem largamente a incerteza sentida pelos Clientes institucionais e empresariais

face às tentativas de melhoria nas condições de mercado em 2009, bem como a falta generalizada de oportunidades de negócio em Portugal. As comissões de corretagem de negociação de blocos, que suportaram os proveitos em 2007 e 2008, estiveram ausentes em 2009. Em separado, os proveitos com aconselhamento a Clientes empresariais caíram com a recessão na economia desde o início da crise financeira.

Em 2009, o apetite dos Clientes por transacções com vários subjacentes, designadamente acções, índices, matérias-primas, FX, entre outros voltou a afastar-se dos níveis máximos registados em 2007.

Tesouraria e Mercado de Capitais

O negócio de tesouraria e mercado de capitais procura gerar receitas ao mesmo tempo em que gere a exposição do Banco e dos produtos vendidos aos Clientes do Banco em áreas tais como taxa de juro, cambial, rendimento fixo, acções e instrumentos derivados. Na gestão das suas posições, genericamente o Banco investe em obrigações *corporate de investment grade*, *treasury bonds* emitidos principalmente pelos Estados Unidos da América e pela Zona Euro, com relativamente

pouca exposição aos mercados emergentes e Asiáticos.

O Banco também negocia os principais instrumentos monetários internacionais, futuros sobre taxas de juro e futuros sobre os principais índices, bem como uma variedade de opções e instrumentos financeiros similares, principalmente em conexão com os negócios de Cliente. Neste relatório, o Banco apresenta os resultados desta actividade essencialmente de duas formas: (i) com base em reporte consolidado (IAS ou NIC), que inclui a margem de *trading* e as actividades de *trading* relacionadas com Clientes e (ii) tal como nesta secção, numa base de gestão, que deduz os custos internos de *funding* e extrai as margens comerciais alocadas às equipas de vendas. Na gestão dos vários livros de *trading*, a actividade da equipa de Tesouraria e Mercado de Capitais articula-se com várias áreas internamente, sendo uma fonte de conhecimento, gestão de risco de mercado e rentabilidade consistente para a organização.

Em 2009, esta área gerou receitas líquidas de € 23,5 milhões, excluindo transacções com Clientes, face a € 1 milhão registado no ano

T.24

€/000

Negociação	2009		2008		2007	
FX - FX e Fut/FX	408	18%	2.054	757%	1.647	27%
OF - FX + Opções + Fut/FX	0	0%	0	0%	-3	0%
AF - Acções + Fut Acções/Índices	-303	-13%	-459	-169%	2.035	33%
OB - Obrigações + Fut/Obrigações	0	0%	117	43%	-503	-8%
OA - Opções s/ Acções e Índices	374	16%	662	244%	2.080	34%
SJ - <i>Spreads</i> Taxas de Juro	1.960	85%	-623	-229%	-251	-4%
TA - <i>Trading</i> Arbitragem	-127	-6%	-1.484	-547%	1.238	20%
TR - <i>Trading</i> Acções	0	0%	6	2%	-160	-3%
Total	2.312	100%	271	100%	6.083	100%

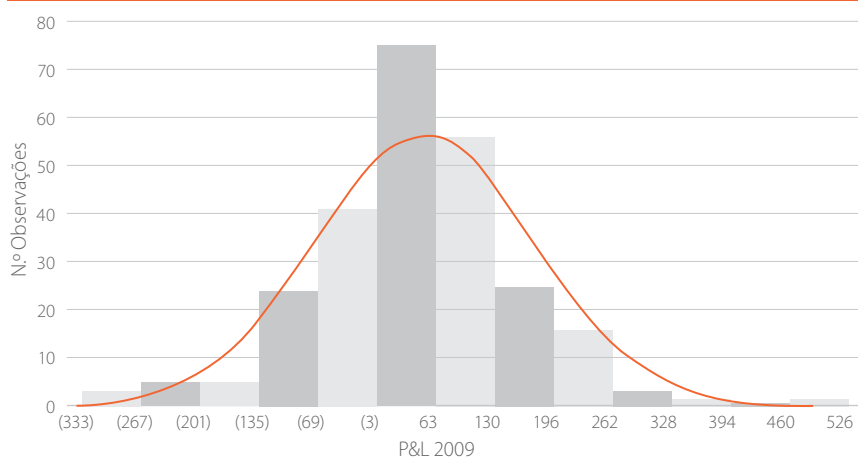
T.25

€/000

Investimento	2009		2008		2007	
Taxa de Juro - Capital	11.678	55%	1.339	184%	-43	-4%
Dívida Pública Estrangeira	0	0%	0	0%	0	0%
<i>Equity</i> - Capital	-52	0%	-2.755	-379%	1.547	145%
Comissões - Investimento	-7	0%	-46	-6%	-12	-1%
Taxa de Juro - Rendimentos	8.225	39%	2.187	301%	190	18%
<i>Equity</i> - Rendimentos	801	4%	-296	-41%	-108	-10%
Futuros	557	3%	299	41%	-510	-48%
Total	21.203	100%	728	100%	1.065	100%

G.1

€/000

Distribuição das perdas e dos ganhos 2009

anterior. A geração de receitas, conforme indica o histograma acima apresentado, sugere uma distribuição normal durante o ano passado e os anos anteriores. Numa base anual, as componentes da receita e a contribuição desta área para os resultados operacionais pode mudar, como foi evidenciado pelas variações de 2009 e 2008.

Análise do Balanço

O total do activo líquido em 2009 foi de €703 milhões, ou 25% acima do registado no final do exercício anterior. O crescimento nos activos remunerados, em combinação com algumas alterações na composição das principais categorias de activos, reflectiram vários factores presentes durante o ano, que derivam de oportunidades nos mercados de crédito e a estabilidade relativa nos mercados monetários. Dada a fraqueza subjacente da economia real, a perspectiva

da Administração manteve-se no sentido da manutenção de níveis excedentários de liquidez estrutural, baixa alavancagem e elevada adequação de capital. Em média, a Administração preferiu deter *cash*, exposições de curto prazo e deter activos de elevada qualidade.

Os activos remunerados de € 649 milhões no final de 2009 eram 31% mais elevados do que em 31 de Dezembro de 2008. Os créditos concedidos foram principalmente em contas margem a clientes de retalho, sendo de curto prazo por natureza, estruturados para se auto-liquidarem em condições difíceis e encontravam-se totalmente garantidos, apresentando consequentemente baixo risco. Os empréstimos desta natureza a Clientes tendem a crescer com a melhoria das condições de mercado e a cair em períodos de maiores dificuldades. As carteiras de activos disponíveis para venda e de

T.26

€/000

Activos Remunerados	2009	2008	2007
Depósitos e aplicações em Bancos	142.407	259.020	245.173
Empréstimos	56.713	29.233	73.149
Activos financeiros detidos para negociação	10.871	7.915	31.769
Activos financeiros disponíveis para venda	297.818	67.218	106.948
Investimentos detidos até à maturidade	141.753	134.538	0
Total	649.562	497.924	457.040

T.27

€/000

Principais Rúbricas do Passivo e Capitais Próprios	2009	2008	2007
Depósitos de instituições financeiras	9.560	9.789	43.025
Depósitos de clientes	304.985	296.490	282.238
Capitais próprios	128.686	107.369	102.407

activos detidos até à maturidade continham uma diversidade de dívida sénior e outras emissões de crédito de elevada qualidade genericamente não complexas, com rentabilidades atractivas e *ratings* elevados. Os factores que poderão afectar a dimensão da carteira incluem as oportunidades para criar margem ou rentabilidade de investimentos durante o ano.

de liquidez.

Em 31 de Dezembro os capitais próprios eram de € 129 milhões, o que compara com € 107 milhões na mesma data em 2008. No final de 2009, o rácio Core Tier 1 do BiG era de 35,7% e o rácio de solvabilidade era de 32,8%, o que compara com 32,7% e 31% respectivamente no final do exercício anterior.

As principais fontes de financiamento foram os depósitos de Clientes, *funding* estável de relativamente longo prazo por via de acordos de venda/recompra com o BCE a taxas favoráveis e os fundos próprios. Os depósitos de Clientes são principalmente de retalho em natureza e cresceram para € 305 milhões, com o crescimento temperado por dois factores: (i) concorrência por parte dos Bancos disponíveis para pagar taxas de juro substancialmente acima das de mercado para atrair *funding* de retalho e (ii) a posição confortável do Banco quanto a necessidades

CONTROLO INTERNO

Os sistemas de controlo interno do Banco evoluem continuamente e caracterizam-se por políticas e procedimentos integrados que são revistos e aprovados pelo Conselho de Administração, que supervisiona as respectivas funções, quer enquanto grupo, quer por delegação para um ou vários dos seus Membros. Estes sistemas e políticas são concebidos, genericamente, para garantir o processamento eficaz, sistemas robustos, tomada de risco apropriada, reporte independente e comportamento responsável, bem como pelo respeito pela aderência a orientações regulamentares, legais e prudenciais, concebidas para proteger os interesses dos Clientes e dos accionistas, ao mesmo tempo que preservam e protegem a reputação do Banco. Encontra-se disponível informação adicional na nota 36.

Estrutura de governo

As componentes chave da estrutura de governo e controlo interno são o Conselho de Administração, o Comité de riscos do Banco, que combina várias funções individuais de controlo e comités que supervisionam a gestão de risco, apresentados de seguida em detalhe, bem como as áreas de *compliance* e auditoria interna do Banco.

A responsabilidade pela monitorização de riscos começa pelo Conselho de Administração. O Banco reconhece o papel do Conselho na supervisão de riscos e sempre acreditou que os controlos adequados – quer para evitar perdas desnecessárias, quer como meio de geração de valor para os accionistas num ambiente controlado – são fundamentais para a robustez financeira da instituição.

O Conselho de Administração proporciona orientação quanto à estratégia e apetência ao risco, sendo responsável pela manutenção de uma visão integrada das exposições ao risco. Cada um dos comités internos de risco – o Comité de Risco de Mercado, o ALCO – *Asset & Liabilities Committee*, o Comité de Risco de Crédito, o Comité de Investimento e outros grupos responsáveis por áreas como Auditoria Interna, *Compliance*, Riscos Operacionais e Riscos Tecnológicos incluem os responsáveis pelos controlos diários e cada um deles inclui, além do Vice-Presidente, pelo menos um outro membro do Conselho de Administração. Dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração, estes comités têm autonomia de decisão nas suas respectivas áreas. Eventos do dia-a-dia de natureza excepcional requerem habitualmente aprovação de pelo menos dois Administradores. As grandes exposições e as decisões estratégicas significativas que recaiam fora destes limites, requerem revisão e aprovação pelo Conselho de Administração. Acresce que o *All Risks Committee* do Banco, que combina representantes das várias áreas funcionais de gestão interna, reúne mensalmente para garantir uma correcta comunicação, cumprimento das disposições regulamentares e compreensão das inter-relações dos riscos pelas várias áreas do Banco.

A Administração procura construir um ambiente operacional são por via da revisão frequente das políticas e procedimentos, comunicando-os de forma clara para toda a organização. No conjunto, a estrutura de governação para o risco e a existência de políticas claras destinam-se a garantir que os processos relacionados com a identificação,

medida, controlo e reporte de exposições a potenciais perdas são implementadas de acordo com as melhores práticas bancárias e padrões regulamentares. A comunicação interna de políticas e a sua aplicação regular são passos chave no processo, bem como a revisão contínua pelo Conselho de Administração e pelos quadros séniores dos negócios do Banco e áreas operacionais dessas potenciais exposições.

Gestão de risco

Geral

O BiG está no negócio da gestão de risco para criar valor para os accionistas. Em termos gerais, o Banco encontra-se exposto a risco em resultado directo da tomada de posições com respeito a mercados particulares ou combinações de mercados, produtos ou Clientes, ou em resultado de uma interrupção inesperada nos sistemas e operações ou procedimentos normais do Banco

Na gestão da exposição a riscos, o Banco é guiado pelos seguintes princípios básicos:

- Revisão frequente das políticas e procedimentos pela Administração;
- Definição formal de responsabilidade pela gestão de risco no Banco;
- Existência de políticas e procedimentos que permitam supervisão independente;
- Política de diversificação de riscos apropriada;
- Sistemas de reporte independentes;
- Sobreposição de sistemas para medir e controlar o risco;
- Formação para apoiar a identificação de riscos nas várias áreas.

Quantificação de risco

Na tomada de decisões e na gestão de risco na organização, a Administração aplica o seu julgamento de negócio em combinação com um conjunto de ferramentas quantitativas e sistemas utilizados para monitorizar e medir as exposições. Estes aspectos são discutidos várias secções adiante e incluem:

- Limites de risco de mercado com base em *VaR* (*Value at Risk*);
- Medidas não estatísticas, tais como análises de cenários, *stress tests* e sensibilidade de produtos derivados ("gregas");
- *Basis Point Values* (*bpv*s);
- Limites por contraparte, família, classe de activos e carteira;
- Limites de concentração.

A gestão do risco é um processo evolutivo e constitui um dos focos diários da atenção da Administração, especialmente porque uma qualquer metodologia isolada é habitualmente insuficiente para proporcionar uma visão completa das nossas exposições.

Enquanto política, procuramos quantificar as potenciais perdas associadas com todos os aspectos do nosso negócio, de modo a termos uma estimativa prévia razoável dos potenciais danos em caso de eventos inesperados. Estes podem ir desde as que são possíveis com base em dados históricos recentes, até aos que consideramos altamente improváveis, mas que ainda assim podem ser estimados com base na assunção de certos cenários extremos.

Uma avaliação de risco de mercado envolve uma revisão diária de todas as medidas acima mencionadas. O risco de crédito geralmente concentra-se em exposições

nominais e fraccionadas, por mutuário ou grupo, por sector de actividade ou região geográfica. A gestão dos riscos de liquidez, taxa de juro e cambial combinam um conjunto de metodologias, entre as quais se incluem *basis point values* e análises de cenário. As exposições a derivados são medidas com análises de sensibilidade de exposições medidas em *basis points*. Uma avaliação dos riscos mais subjectivos aos quais o banco pode estar exposto, tais como o risco reputacional e o risco de correlação, dependem de análises de cenário de modo a atingir estimativas quantitativas.

Risco de mercado

Risco de Mercado representa o possível declínio no valor de instrumentos financeiros em resultado de mudanças nas condições de mercado. Os principais riscos que gerimos nos nossos negócios de *trading* incluem:

- *Risco de liquidez*: resultante da gestão da tesouraria e nas diferenças de maturidade dos activos e passivos;
- *Risco de taxa de juro*: resultante de mudanças no nível, declive e curvatura da curva de taxas de juro, volatilidade de taxas de juro e *duration* da carteira de rendimento fixo;
- *Risco de preço de valores mobiliários*: resultante de exposições a mudanças nos preços dos activos subjacentes e volatilidade;
- *Risco de taxa de câmbio*: resultante de exposições a mudanças nos preços à vista, em momento futuro, e volatilidade;
- *Risco de derivados*: resultante da gestão da

nossa exposição a mudanças de preços dos activos subjacentes utilizados para cobrir posições e produtos de Clientes.

Na gestão dos riscos acima identificados, o Conselho de Administração delega o controlo e supervisão diária no *Comité de Risco de Mercado*. Este grupo é presidido pelo CEO e inclui outros membros do Conselho de Administração, além de outros gestores envolvidos nas actividades de mercados e de controlo.

No seu conjunto, são responsáveis pela revisão de metodologias de medição de risco e limites para todas as actividades de mercados. Estes controlam ainda as decisões genéricas de investimento, revêem modelos e análises associadas ao cálculo dos limites de *Value at Risk* para a carteira do Banco, assim como para as carteiras dos Clientes e são responsáveis pela condução diária dos testes de esforço (*stress testing*) à carteira. Adicionalmente, asseguram uma supervisão e controlo independente, verificam a aplicação dos limites de tomada de risco pelos colaboradores de *front office* e aprovam a componente de risco de novos produtos. Este grupo procura, portanto, assegurar um equilíbrio eficiente entre risco e retorno, bem como um nível apropriado de volatilidade nos resultados operacionais.

Nas suas actividades de Tesouraria e Mercado de Capitais, o Banco gera receitas enquanto gere, numa base contínua, a sua exposição a mudanças adversas no valor dos instrumentos financeiros em vários mercados, produtos e carteiras. Para gerir e reportar riscos, a Administração estabelece e revê, periodicamente, procedimentos

abrangentes e sistemas desenhados para assegurar níveis de controlo adequados ao capital do Banco e aos seus objectivos de negócio.

A função de monitorização do risco de mercado inclui a revisão de políticas e procedimentos de desenvolvimento de produtos para assegurar que os níveis de risco assumidos pelos Clientes, tal como oferecidos pelo Banco no mercado, são apropriados às circunstâncias.

Os Membros do Comité de Risco de Mercado também integram o Comité de Investimento do Banco, que acompanha as tendências, alocações e políticas com respeito à gestão de activos de terceiros, incluindo responsabilidades associadas com mandatos de aconselhamento e gestão discricionária. As actividades desta área, embora separada da carteira própria do Banco, encontram-se sujeitas ao mesmo tipo de mecanismos e procedimentos de controlo que são utilizados pelo Banco na gestão do seu próprio capital. Ambos os grupos reúnem regularmente e, uma vez que incluem normalmente dois ou mais Administradores, têm a autoridade para decidir questões do dia-a-dia. As grandes exposições ou políticas significativas são geralmente apresentadas para revisão prévia pelo Conselho de Administração.

Metodologias utilizadas

O Banco utiliza um conjunto de metodologias diferentes para medir e controlar a exposição ao risco, que são analisadas em conjunto com informação cobrindo risco país e contraparte. Frequentemente os riscos são geridos através do processo de diversifi-

cação de exposições, controlo de dimensão de posições e estabelecendo coberturas em valores mobiliários ou derivados relacionados. As ferramentas quantitativas chave utilizadas para medir e controlar as exposições eficientemente são:

Medidas estatísticas:

- *Value at Risk (VaR)*

Medidas não estatísticas:

- Testes de esforço sobre o valor económico (*Economic Value stress testing*);
- Testes de esforço de *earnings at risk* (*Earnings at Risk stress testing*);
- Valores de pontos básicos (*Basis point values*);
- Limites de posições para derivados ("gregos");
- Limites nas posições para subjacentes seleccionados (*Inventory position limits for selected underliers*).

Na gestão de risco de mercado, o Banco emprega sistemas redundantes que incluem medidas de *value at risk (VaR)* e *loss advisories*, juntamente com medidas não estatísticas, tais como testes de esforço, valores de pontos base sensibilidades a "gregos" e controlos diários sobre concentração de risco, que em conjunto são desenhadas para assegurar a integridade do processo no caso de uma ou mais metodologias falhar, como resultado de algum evento extraordinário ocorrer nos mercados. Estas medidas e outras adoptadas durante o ano passado, provaram ser robustas durante as condições voláteis de mercado em 2008.

T.28

€

VaR de Negociação 2009 (vs 2008)	2009				2008			
	Dez	Média	Max	Min	Dez	Média	Max	Min
Risco cambial	8.100	19.532	89.886	1.065	3.026	30.817	101.357	1.311
Risco de taxa de juro	-	66.479	360.204	-	72.691	230.074	701.930	4.299
Acções	25.649	69.934	254.750	2.651	99.859	220.311	617.467	29.332
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-	-
Opções	67.106	95.070	404.006	9.247	77.026	286.448	2.080.265	20.420
Efeito de diversificação	53%	59%	-	-	41%	39%	-	-
	47.865	101.868	734.183	38.384	148.067	468.411	2.702.945	18.271

T.29

€

VaR de Investimento 2009 (vs 2008)	2009				2008			
	Dez	Média	Max	Min	Dez	Média	Max	Min
Taxa Fixa	619.730	375.248	861.002	57.221	67.634	355.415	1.079.448	32.050
Acções	643.179	1.213.334	1.807.627	643.179	1.442.606	1.250.486	3.552.437	80.461
Efeito de diversificação	43%	51%	-	-	54%	21%	-	-
	719.244	777.790	1.331.659	462.860	695.968	1.275.047	4.054.286	164.796

Sumário de termos chave:

VaR: Perda esperada no pior caso para o nível de confiança indicado; Perdas maiores são possíveis, mas têm uma probabilidade correspondentemente mais baixa de acontecer.

Back-testing: Processo de validação de um modelo por via da comparação das suas predições com os resultados reais.

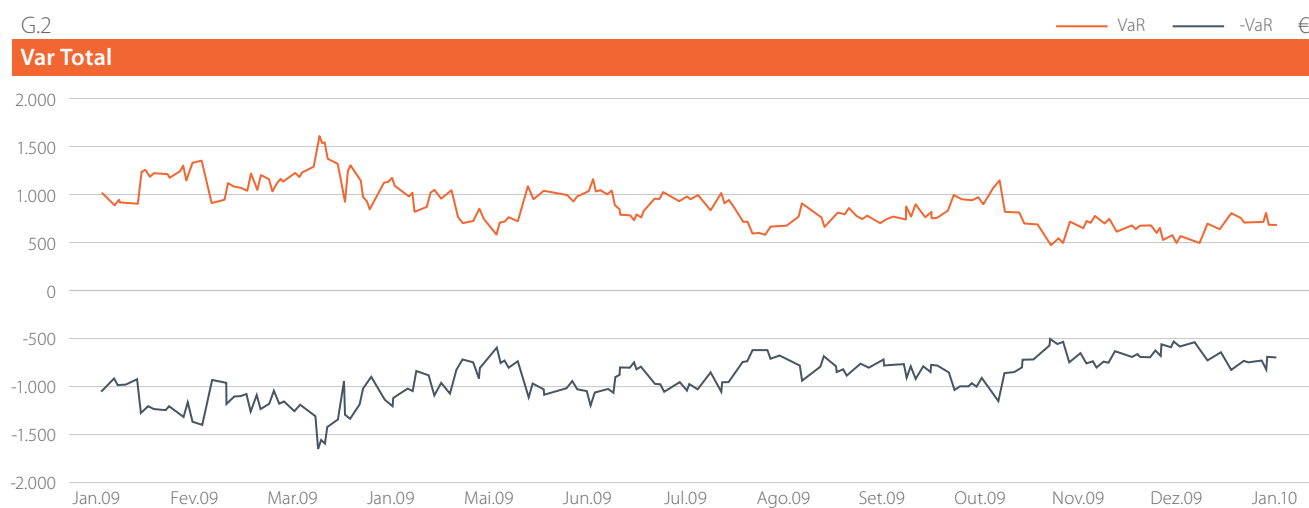
Nível de confiança: Probabilidade de que uma perda efectiva não exceda o VaR estimado. Quanto maior o nível de confiança, maior o VaR.

Efeito de diversificação: Representa o ganho, em termos de risco, resultante de uma carteira diversificada.

Ao nível das linhas individuais de produtos e carteiras de clientes, medidas estatísticas tais como o VaR são combinadas com medidas não estatísticas, incluindo testes de esforço, *back testing* e *earnings at risk advisories* para assegurar controlos adequados sobre resultados esperados por tipo de risco em todas as condições de mercado. O Banco calcula o VaR usando o horizonte temporal a um mês (22 dias úteis) e um nível de confiança de 99%. Isto significa que o Banco deveria esperar incorrer em perdas superiores às estimativas do VaR apenas uma vez em cada 100 dias de exposição ao mercado, ou aproximadamente 2,5 vezes por ano. Uma vez que o VaR é uma abordagem teórica baseada em dados históricos, o modelo tem limitações e pode não produzir sempre

previsões exactas sobre o risco de mercado futuro. As mudanças de VaR entre períodos de reporte, por exemplo, são genericamente devidas a mudanças nos níveis de exposição, volatilidade e correlação entre valores mobiliários.

O teste da carteira de *trading* mostra que durante 2009 houve dois dias em que as perdas excederam os níveis de VaR. Estes dias ocorreram no início de 2009, durante períodos de maior volatilidade face à média do ano. Por outro lado, a actividade de *trading* foi limitada e o VaR médio representou 0,09% dos capitais próprios durante o ano. Em média, a utilização de limites de *trading* foi de 6%, uma vez que a actividade do Banco relacionada com os mercados, a



utilização de limites e *VaR* concentraram-se na construção e gestão de uma carteira de crédito bastante mais alargada.

O *VaR* das carteiras detidas até à maturidade e detidas para venda representaram a maior proporção do risco de mercado ao longo do ano. Este facto é resultado do ênfase do Banco na construção de uma carteira de crédito face a um alargamento significativo dos *spreads* de crédito em resultado dos eventos de 2008. Uma vez que estas carteiras abrangem risco de mercado e risco de crédito e representam a maior classe de activos às quais o Banco esteve exposto nos passados 18 meses, o Banco mede as exposições empregando uma combinação de análises *VaR*, reflectidas nesta secção, juntamente com medidas em *basis points* e vários cenários de *stress tests* debatidos nesta secção e na próxima secção dedicada a risco de crédito. O *VaR* médio total em 2009 foi de aproximadamente € 879.000, ou 0,75% do capital médio. No conjunto, a utilização

de limites durante o ano foi de 38%, com os limites associados a renda fixa mais próximos de utilização plena, contra uma utilização extremamente baixa em renda variável.

Stress testing para risco de mercado

Estes testes são complementares aos limites de *VaR* e são uma ferramenta essencial para gerir o risco de mercado. Ao utilizar o *stress testing* económico, o Banco procura estimar as perdas potenciais associadas com um determinado instrumento, livro ou carteira, em diferentes cenários. Os *stress tests* de proveitos em risco proporcionam à Administração uma estimativa da variação potencial no valor de uma dada posição, quer corrente quer esperado, em resultado de vários cenários utilizados para tomar decisões relativas a assumir, aumentar ou reduzir posições. Numa base diária, desenvolvemos testes nas carteiras detidas pelo Banco assumindo certos eventos históricos de mercado ou outros cenários para simular a nossa exposição e, em certos casos, as exposições dos nossos

T.30

€/000

Investimento	Piores cenários de Ações					Piores cenários de obrigações					Piores cenários de FX				
	C1	C2	C3	C4	C5	C1	C2	C3	C4	C5	C1	C2	C3	C4	C5
Taxa Fixa	(14)	464	1.176	629	956	656	(2398)	(1359)	(1898)	(1760)	248	199	(349)	(444)	(1169)
Acções	(1352)	(1016)	190	(528)	(548)	99	(420)	253	(262)	559	(403)	232	120	(86)	(121)
Fixed Rate - HTM	250	156	359	222	423	402	(932)	(401)	(642)	(783)	146	161	(79)	(45)	(557)
	(1365)	(552)	1366	101	408	755	(2818)	(1105)	(2161)	(1201)	(155)	430	(229)	(530)	(1290)

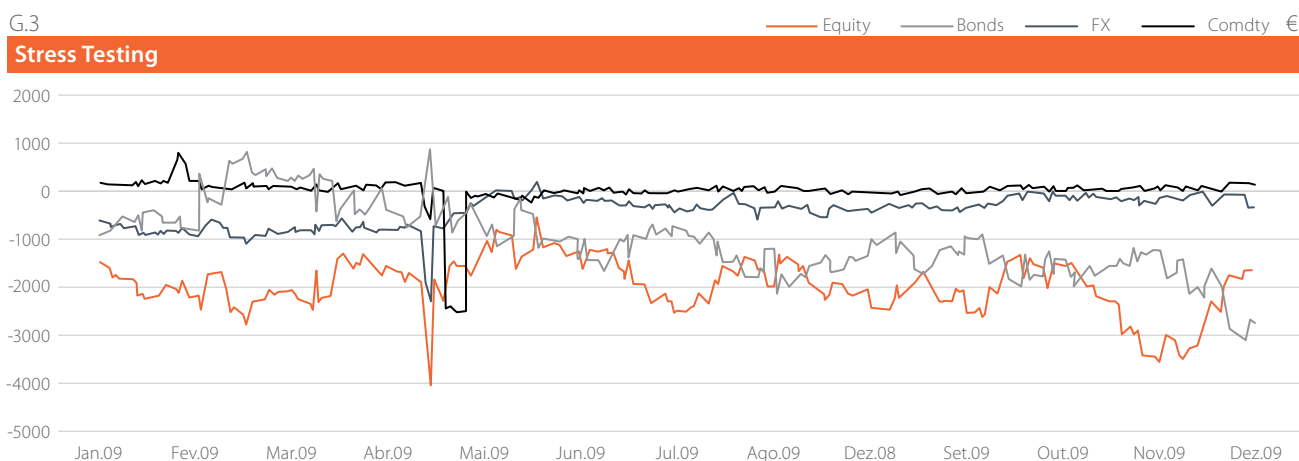
T.31

€/000

Negociação	Piores cenários de Ações					Piores cenários de obrigações					Piores cenários de FX				
	C1	C2	C3	C4	C5	C1	C2	C3	C4	C5	C1	C2	C3	C4	C5
Acções	41	21	3	14	19	2	(29)	(19)	(7)	(30)	(4)	(10)	(1)	(12)	(8)
Opções	(296)	(97)	(67)	(136)	(70)	15	104	101	(34)	38	1	48	(78)	(110)	(19)
Taxa de juro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
FX	(10)	1	(8)	(3)	(6)	(6)	1	3	6	11	3	16	(12)	15	13
	(265)	(75)	(71)	(125)	(57)	10	76	84	(36)	19	0	54	(90)	(108)	(14)

Piores cenários de Ações		Data	Piores cenários de Obrigações		Data
C1	Ataques terroristas aos Estados Unidos	11.09.2001	C1	Conjuntura de abrandamento económico / FED corta taxas de juro	02.01.2001
C2	Medo de mercado (<i>bear stock / bull bonds</i>)	01.07.2002	C2	Conjuntura de abrandamento económico / FED pára o corte de taxas de juro	05.12.2001
C3	Indicadores de produção baixos	03.09.2002	C3	Medo de mercado (<i>bull stock / bear bonds</i>)	15.10.2002
C4	Corte nas expectativas de venda <i>Walmart</i>	30.09.2002	C4	Expectativas fracas da <i>Fanniemae</i> / Discurso do <i>Greenspan</i>	15.07.2003
C5	Conflito do Iraque	24.03.2003	C5	FED prestes a aumentar as taxas de juro	02.04.2004
Piores cenários de FX		Data	Piores cenários de commodity		Data
C1	Crescimento económico optimista para o Japão	31.03.2000	C1	Crescimento das reservas de petróleo (<i>energy department</i>)	01.12.2004
C2	FED prestes a cortar as taxas de juro	03.01.2001			
C3	Economia Europeia a crescer mais rápido que a dos Estados Unidos	03.04.2001			
C4	Queda das acções Europeias	23.07.2002			
C5	Taxas de juro em Junho revistas em alta	07.05.2004			

G.3

Stress Testing

T.32

Ações: Queda dos principais mercados accionistas mundiais

Europa: 03 - 06 de Outubro de 2008	DAX	IBEX	SX5E	PSI20
	-7,073%	-6,065%	-7,863%	-9,859%
Estados Unidos: 06 - 07 de Outubro de 2008	SPX		NDX	
	-5,739%		-5,761%	

T.33

Obrigações: Lehman Brothers faliu e a AIG encontra-se numa situação de bastante stress

C1	12 - 15 de Setembro de 2008
ITRSE Index	Subida de 30,39%
ITRSE Index	Subida de 31,76%
ITRSE Index	Subida de 23,73%
Taxa BCE	de 4,25%

T.34

FX: Desvalorização do USD em -2,7% face ao EUR

C1	29-30 de Setembro de 2009
----	---------------------------

T.35

Commodities: Desvalorização do crude em -12,25%

C1	06-07 de Janeiro de 2009
----	--------------------------

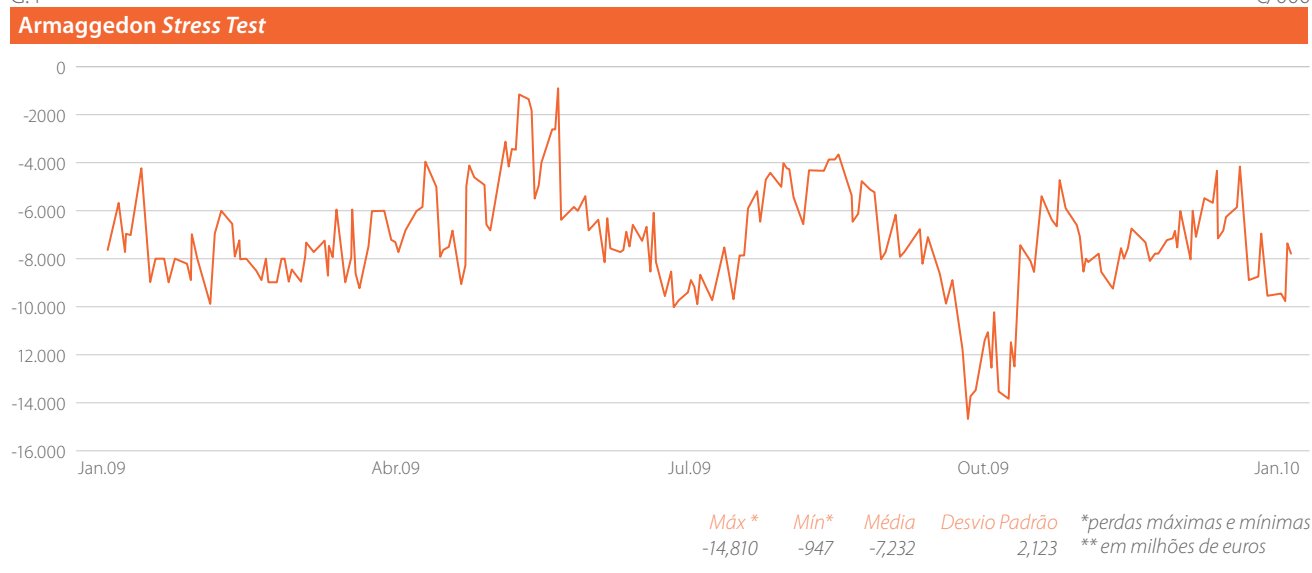
Clientes a potenciais perdas. Quando os dados históricos não se encontram disponíveis, poderão ser utilizados activos subjacentes de classes de activos idênticas e com um nível elevado de correlação. Normalmente, o Banco utiliza 16 cenários diferentes para desenvolver *stress tests* diários às várias posições de *trading* e investimento.

Cenários extremos:

Os cenários de *stress testing* baseados nos eventos de 2008 sugerem uma perda potencial agregada ligeiramente pior do que a prevista nos cenários anteriores a 2008, com um pico em Abril de 2009, mas ainda assim dentro de limites aceitáveis.

G.4

€/000



Em paralelo com estudos do impacto de eventos históricos simulados nas posições de *trading* e investimento do Banco em cada momento, a Administração executa diariamente uma medida de risco denominada "Armageddon Stress Test". Este teste é concebido para medir o impacto teórico das várias exposições do Banco no evento altamente improvável de os índices das várias economias globais – DAX na Europa e S&P nos Estados Unidos – sofrerem quedas dramáticas de 50% e 33% respectivamente em um único dia de *trading*, assumindo correlações de activos de um mês. Este cenário assume um evento várias vezes pior do que qualquer mínimo registado durante a crise de crédito de 2008. Concebido para ser deliberadamente remoto na sua probabilidade de ocorrência, o objectivo consiste em testar a capacidade de sobrevivência do modelo de negócios do Banco em circuns-

tâncias extremas e, em resultado, manter em consequência a disciplina nos limites e na tomada de riscos. A exposição média a perdas teóricas de *trading* neste cenário de teste seria de € 7,2 milhões, com um pico de € 14,8 milhões num único dia em Outubro de 2009.

Risco de liquidez e *funding*

Os eventos de Outubro de 2008 confirmaram a importância crítica da liquidez para a capacidade de sobrevivência dos Bancos a um cenário de crise. O colapso de várias instituições resultou de liquidez insuficiente em resultado de condições adversas inesperadas.

A política do BiG relativa a liquidez e *funding* baseia-se nos seguintes princípios: (i) garantir o *funding* dos activos antes de proceder à sua aquisição; (ii) exigência de que a

T.36

€

Exposição por maturidade dos activos e passivos	À vista	Até 3 meses	3 meses a um ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Ind.	Total
Activos							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4.822.680						4.822.680
Disponibilidades em outras instituições de crédito	73.103.466						73.103.466
Activos financeiros detidos para negociação		57.459	208.788	586.171	-	10.018.193	10.870.611
Activos financeiros disponíveis para venda		18.513.398	11.746.362	94.962.047	145.831.109	26.764.727	297.817.643
Aplicações em instituições de crédito		69.262.707	-	40.976	-	-	69.303.683
Crédito a clientes		46.361.296	1.557.874	3.086.402	5.756.015	129.345	56.890.932
Investimentos detidos até à maturidade		6.194.210	22.816.215	93.139.118	19.603.906	-	141.753.449
	77.926.146	140.389.070	36.329.239	191.814.714	171.191.030	36.912.265	654.562.464
Passivos							
Recursos a bancos centrais			230.783.194				230.783.194
Passivos financeiros detidos para negociação		83.994	1.037.790	719.401		44.143	1.885.328
Recursos de outras instituições de crédito		9.560.027					9.560.027
Recursos de clientes	175.707.948	90.628.708	32.433.487	6.217.637			304.985.007
	175.707.948	100.270.729	264.254.471	6.937.038	0	44.143	547.213.556

maior parte dos activos que compõem o balanço sejam convertíveis em liquidez num curto espaço de tempo; (iii) a assunção de completa independência do mercado de financiamento *wholesale*. A aderência a estes princípios, efectivamente, define o modelo de negócios do BiG, que é baseado em comissões e serviços e pressupõe uma base de activos largamente composta por activos altamente líquidos em oposição a crédito ilíquido. Acresce ainda que o Banco concentra a sua actividade na construção de uma base de retalho estável de depósitos e detém mais colaterais desonerados do que o exigível, permitindo, durante os últimos 10 anos, e especialmente durante a recente crise de liquidez, ocupar uma posição confortável de colocador de liquidez.

A tabela T.36 ilustra os activos e responsabilidades por maturidade. Para mais informações, consulte a nota 36.

O teste de cenários é uma ferramenta importante utilizada pelo Banco para determinar a adequação da sua política de *funding* em condições normais e em condições difíceis.

Risco taxa de juro

Define-se risco de taxa de juro como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro de elementos da carteira bancária. Pode ser por via de desfasamentos de maturidades ou de prazos de refinação das taxas de

juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extrapatrimoniais.

O BiG usa, como medida de risco de taxa de juro, os *bpv's* (*basis point values*). Este factor de risco representa a exposição por cada ponto base (0,01%) e permite-nos calcular o impacto económico dos movimentos da *yield* na carteira de activos de taxa de juro. Este é o método mais convencional, uma vez que permite medir o risco global da sua carteira numa base comum. Deste modo, sabe-se para cada instante os ganhos ou perdas teóricas.

T.37

€

Risco de taxa de juro									
Maturidade	Meses	Activos	Taxa Média	Passivos	Taxa Média	Líquido	m dur	df	bpv's
2.Jan.10	0,1	193.383.782	0,802%	234.944.261	0,490%	-41.560.479	0,00005528	0,99988160	23
2.Fev.10	1	52.330.617	1,725%	20.870.455	2,302%	31.460.162	0,00086888	0,99804780	-273
2.Mar.10	2	18.911.158	1,135%	19.589.049	2,120%	-677.891	0,00168647	0,99639430	11
2.Abr.10	3	38.082.683	1,697%	8.112.465	2,494%	29.970.218	0,00249338	0,99456690	-747
2.Mai.10	4	8.171.823	5,809%	5.347.191	1,974%	2.824.632	0,00332329	0,99280170	-94
2.Jun.10	5	12.385.573	5,371%	5.999.938	2,303%	6.385.635	0,00412719	0,99098080	-264
2.Jul.10	6	5.339.157	5,232%	122.098.071	1,086%	-116.758.914	0,00490396	0,98922190	5.726
2.Ago.10	7	3.484.510	2,003%	2.868.422	2,339%	616.088	0,00577172	0,98740770	-36
2.Set.10	8	5.108.432	3,596%	43.104	1,518%	5.065.328	0,00658483	0,98559680	-334
2.Out.10	9	811.198	7,901%	62.087.496	1,018%	-61.276.298	0,00733425	0,98384740	4.494
2.Nov.10	10	1.999.189	3,612%	2.093.815	1,590%	-94.626	0,00823558	0,98204300	8
2.Dez.10	11	1.486.647	5,569%	56.489.468	1,023%	-55.002.821	0,00904342	0,98030000	4974
2.Jan.11	12	29.769.224	5,246%	1.406.110	2,132%	28.363.114	0,00958247	0,97850210	-2.718
2.Jul.11	18	15.268.150	5,066%	2.435.075	2,090%	12.833.075	0,01420129	0,96807040	-1.822
2.Jan.12	24	17.944.383	4,208%	1.797.674	2,861%	16.146.709	0,01879589	0,95757980	-3.035
2.Jan.13	36	32.594.911	4,487%	590.274	0,599%	32.004.637	0,02791216	0,93714930	-8.933
2.Jan.14	48	33.985.042	3,993%	169.246	2,951%	33.815.796	0,03623992	0,91701330	-12.255
2.Jan.15	60	46.479.554	3,461%	22.339	3,000%	46.457.215	0,04499605	0,89740570	-20.904
2.Jan.16	72	39.445.873	3,578%	0	0,000%	39.445.873	0,05439502	0,87821740	-21.457
2.Jan.17	84	8.064.078	4,192%	0	0,000%	8.064.078	0,06168381	0,85938850	-4.974
2.Jan.18	96	0	0,000%	0	0,000%	0	0,08005556	0,84110130	0
2.Jan.19	108	24.653.966	3,657%	0	0,000%	24.653.966	0,07845394	0,82303050	-19.342
2.Jan.20	120	87.961	1,788%	0	0,000%	87.961	0,09215417	0,80543240	-81
2.Jan.25	180	9.023.927	5,292%	0	0,000%	9.023.927	0,11625923	0,72284250	-10.491
2.Jan.30	240	0	0,000%	0	0,000%	0	0,20005556	0,64875980	0
2.Jan.35	300	0	0,000%	0	0,000%	0	0,25005556	0,58226970	0
		598.811.837		546.964.455		51.847.382			92.523

Freq: Frequência do cupão *df* Factor de desconto
Avg Rate Taxa média do cupão *bpv's* basis point value
mdur Duração modificada

T.38

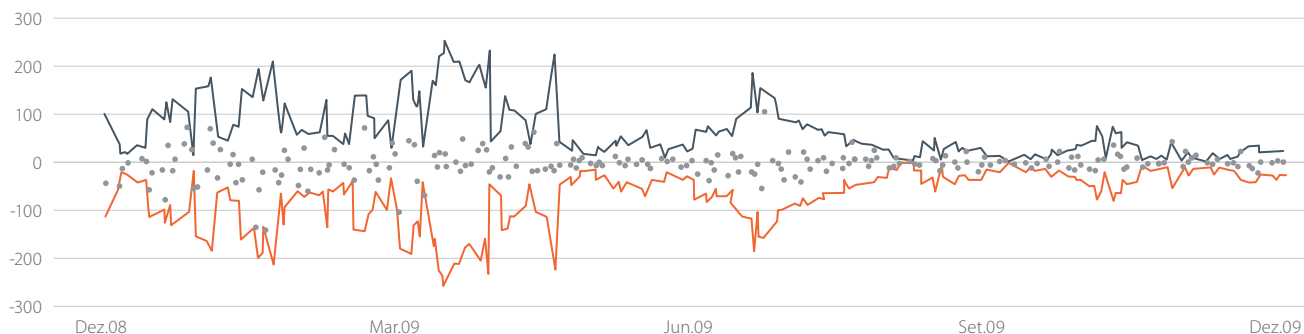
Dezembro 2009

Aumento paralelo de 200 bp	Diminuição paralela de 200 bp	Aumento paralelo de 100 bp	Diminuição paralela de 100 bp	Aumento após de 1 ano de 50 bp	Aumento após de 1 ano de 50 bp
-18.513.801	17.244.019	9.256.901	8.622.099	4.628.450	4.311.005

G.5

• P&L — VaR — VaR €/000

Acções



A tabela T.37 reflecte os passivos e activos por maturidade, bem como as respectivas taxas médias. Para cada maturidade temos ainda a *modified duration* e os valores dos *bpts*.

Uma posição longa ou positiva em *bpts* (*basis point values*) pressupõe uma posição longa em obrigações financiadas com liquidez de curto prazo; uma posição curta ou negativa significa que o Banco vendeu obrigações na expectativa de cobrir ou recomprar a posição mais tarde com um proveito.

Os *earnings at risk* associados com movimentos em taxas de juro são medidos assumindo um conjunto de cenários numa base regular. A tabela T.38 mostra o impacto de vários cenários durante Dezembro de 2009.

Risco de preço de acções

A gestão de *VaR* para a carteira de acções foi, em linha com o observado em outras áreas de negócio, dentro dos limites estabelecidos para 2009. O risco alocado a valores mobiliários de rentabilidade variável foi bastante baixo durante o ano, em parte por causa de poucas oportunidades para investimento, contra outras classes de activos e também por causa do baixo nível de negócio relacionado com Clientes requerendo técnicas de cobertura (*hedging*). O *VaR* subiu na primeira parte do ano, caindo durante a maior parte do ano em sintonia com a subida dos mercados de acções a partir de Março de 2009, que proporcionou oportunidades para tomar mais valias e abandonar esta classe de activos.

Risco cambial (FX)

Os mercados cambiais apresentaram níveis elevados de volatilidade no exercício, em consequência da incerteza nos vários blocos económicos. Durante o ano, as expectativas relativas a taxas de juro alteraram-se frequentemente nas principais economias, com impacto directo nas taxas de câmbio. O Banco BiG não especula em mercados cambiais (FX) e a utilização relativamente baixa dos limites de *VaR* reflectem a estratégia do Banco de limitar a exposição a moeda estrangeira fundamentalmente aos negócios de Clientes e fluxos associados.

T.39

%

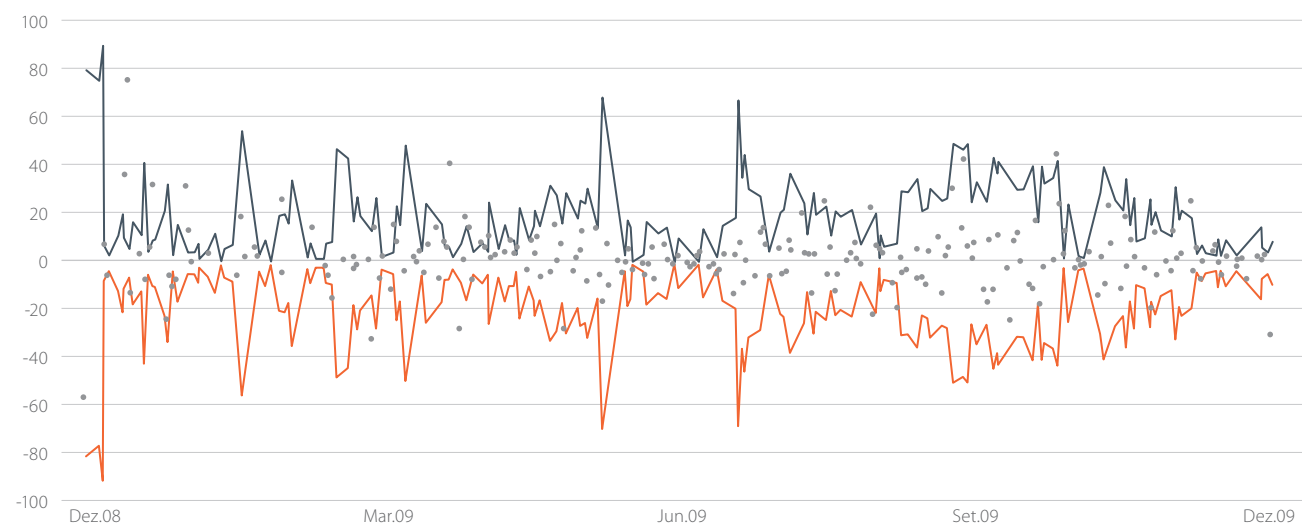
Desempenho dos principais índices em 2009

Ano	PSI20	IBEX	SX5E	CAC	DAX	SPX	NDX	NKY
2003	15,84	28,17	15,68	16,12	37,08	26,38	49,12	24,45
2004	12,64	17,37	6,90	7,40	7,34	8,99	10,44	7,61
2005	13,40	18,20	21,28	23,40	27,07	3,00	1,49	40,24
2006	29,92	31,79	15,12	17,53	21,98	13,62	6,79	6,92
2007	16,27	7,32	6,79	1,31	22,29	3,53	18,67	-11,13
2008	-51,29	-39,43	-44,37	-42,68	-40,37	-38,49	-41,89	-42,12
2009	33,47	29,84	21,14	22,32	23,85	23,45	53,54	19,04
2003-2009*	25,44	54,32	7,40	10,64	50,24	0,29	26,73	-1,22

*de 31.12.2003 a 31.12.2009

G.6

• P&L — Var — Var €/000

FX

T.40 €

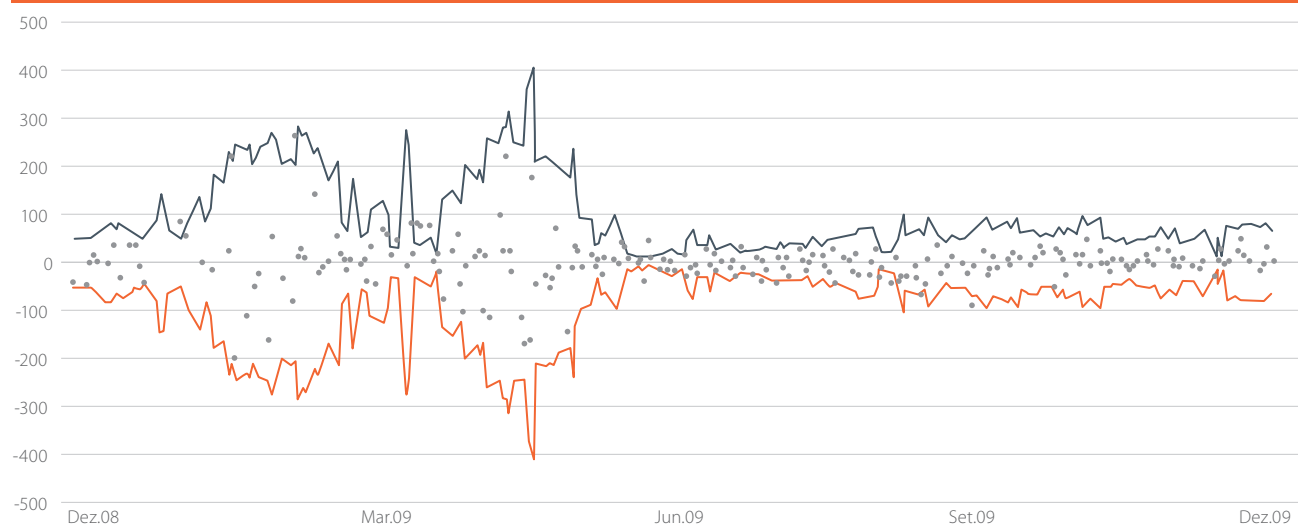
Greeks	Rho	Vega	Delta	Theta
Min	-115.727	-20.267	238.007	-19.261
Max	9.530	41.773	457.197	13.992
Média	-62.212	8.998	376.140	-875
Std Dev	24.228	13.937	44.460	3.964

Rho: Sensibilidade da taxa de juro
 Vega: Sensibilidade da volatilidade
 Delta: Sensibilidade do subjacente
 Theta: Sensibilidade ao tempo

G.7

Opções

• P&L — Var — Var €/000



Quantificação do risco de mercado em produtos derivados

A quantificação do risco do livro de produtos derivados do Banco depende de variáveis relacionadas com o mercado, incluindo o preço do activo subjacente, volatilidade, taxas de juro e prazo até à maturidade. O Banco quantifica as suas exposições a estas variáveis executando análises de sensibilidade com base em termos matemáticos conhecidas como "gregos". O gráfico G.7 resume a evolução destas exposições durante o ano. Em termos gerais, a volatilidade implícita medida pelos principais índices de

referência (V2K Index e VIX Index na Europa e nos E.U.A. respectivamente) caiu gradualmente durante 2009, depois de começarem o ano a níveis historicamente elevados, o que reflectiu tendências que vinham do ano anterior. Com a recuperação nos mercados accionistas, verificou-se o regresso das estratégias de *carry trade* e a relativa normalização dos mercados de crédito.

Limites

Na actividade de negociação em mercados os limites são essenciais ao processo e envolvem a aprovação de restrições por classe

de produto, por operador individual e pode ser medida por via de uma combinação de medidas não estatísticas, incluindo valores em pontos base e medidas estatísticas, tais como o *Var*. A volatilidade e natureza dinâmica dos mercados financeiros requerem que a função risco de mercado garanta a actualização contínua, o diálogo e a revisão dos pressupostos e modelos. Um conjunto de critérios é utilizado para determinar os limites apropriados de negociação, incluindo a nossa análise actual e histórica dos mercados, estatísticas de volatilidade e liquidez, análise fundamental e análise técnica, o nível

de experiência e desempenho de operadores e gestores, e com grande importância, o nível de risco aceitável para o Banco, de acordo com as condições de mercado.

Os limites aprovados especificando as exposições autorizadas por tipo são formal e periodicamente comunicados aos gestores, operadores e pessoal de *back office*, e são sujeitos a revisão e actualização regular. As unidades de negociação em mercado são responsáveis por aderir aos limites aprovados, que são monitorizados por funções de *back office* independentes para garantir que as posições são valorizadas e registadas correctamente.

Reporte

Diariamente, os *back offices* compilam e reportam posições à Administração com base nas medidas estatísticas e não estatísticas estabelecidas. Limites excedidos são imediatamente reportados à Administração, que toma as medidas necessárias para garantir o *Compliance* com os mesmos. Estes controlos formais são ainda acompanhados por sistemas de monitorização de tomada de posições e limites, incluindo reuniões diárias da Administração com as áreas de mercados financeiros para rever posições, avaliar tendências e resultados, e modificar estratégias em conformidade.

Risco de crédito

O risco de crédito representa a perda em que o Banco incorreria se um mutuário, contraparte ou emitente de valores mobiliários detidos, falhasse no cumprimento das suas obrigações contratuais para com o Banco.

O Banco está exposto a riscos de crédito associados a várias das suas actividades. Estes riscos incluem, genericamente, a exposição directa a Clientes que contrataram empréstimos, exposição directa a riscos de crédito associados com valores mobiliários emitidos por terceiros e detidos como activos de investimento, e risco de compensação de mercado associado a actividades de Clientes.

O risco de crédito associado a relações com contrapartes profissionais, bem como emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação, como resultado, é avaliado em combinação com os procedimentos de gestão de riscos já discutidos. As exposições a crédito no BiG genericamente incluem empréstimos, obrigações de empresas, créditos inter-bancários de *full value* e *replacement value*, riscos relacionados com a liquidação de valores mobiliários, valores cobráveis em contratos de derivados e mercados monetários e compromissos relacionados com a concessão de garantias ou outros créditos (Nota 36). Neste processo de análise e aprovação, o Banco avalia estas exposições a vários níveis: ao nível das transacções individuais, ao nível da exposição máxima com o Cliente e separadamente, ao nível das respectivas carteiras para medir a concentração de riscos num determinado sector ou indústria.

Por questões de política interna, todas as exposições são avaliadas e processadas para aprovação, quer a sua natureza seja dentro ou fora do balanço. Os controlos sobre risco de mercado, consequentemente, sobrepoem-se de forma frequente às avaliações de risco de crédito. No decurso da actividade diária do Banco a existência de sistemas integrados de monitorização de exposições

são um elemento essencial no processo de gestão de risco. O negócio do Banco passa por assumir e gerir riscos de forma activa. Desta forma, consideramos o risco de crédito como parte integrante do nosso modelo de negócio e fundamental para a geração de receitas e valor para os accionistas.

Considerando a importância do desenvolvimento de um negócio rentável aceitando risco e utilizando o capital prudentemente, o processo de risco de crédito visa preservar a independência do processo de aprovação, ao mesmo tempo que permite uma integração efectiva com os objectivos de negócio definidos pela Administração. Este processo inicia-se no Conselho de Administração, que aprova políticas gerais e orientações para riscos de crédito delegando, por sua vez, no COO e noutros membros do Comité de Risco de Crédito e colaboradores de suporte, a implementação diária destas políticas e responsabilidades, que incluem:

- Análise e controlo do risco de contraparte;
- Orientações quantitativas e qualitativas para revisões de crédito;
- Controlo do risco por Cliente, família de risco e grandes riscos;
- Documentação, controlo e arquivo de documentação;
- Gestão e controlo de monitorização de sistemas e procedimentos de monitorização de riscos;
- Manutenção de um sistema de pontuação de análise de crédito e matriz de aprovação;
- Atenção à integridade e independência do processo de aprovação;
- Aderência a orientações regulamentares;
- Política de preços.

T.41

€/000

Natureza da exposição de crédito	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda	Aplicações em instituições de crédito	Crédito a clientes	Investimentos detidos até à maturidade	Off-Balance	Total
31.Dez.2008	99.154	75.132	162.500	29.233	134.538	1.505	502.061
31.Dez.2009	77.926	308.688	69.304	56.713	141.753	1.406	655.790

Natureza das exposições de crédito

A natureza dos riscos de crédito varia de ciclo para ciclo. Durante 2009, as cinco principais categorias de activos que incluem risco de crédito alteraram-se à medida que os *spreads* de crédito alargaram, proporcionando ao Banco a oportunidade de aumentar exposições com *spreads* mais alargados e simultaneamente melhorar a qualidade e *rating* da carteira de crédito. As disponibilidades de liquidez e os depósitos interbancários reduziram-se na mesma medida em que a crise de crédito começou a abrandar durante 2009.

Em termos genéricos, a estratégia de negócio do Banco reduz o risco de crédito a duas categorias abrangentes:

Risco de Crédito garantido, está associado principalmente à concessão de crédito para negociação e intermediação de Clientes, representando a maior percentagem dos créditos geridos em número de operações. Como percentagem do total de crédito concedido, esta categoria de crédito representa 99% do total em 2009.

Risco de Crédito não garantido, resultante das nossas actividades de negociação no mercado com contrapartes profissionais, investimento em obrigações de empresas ou

dívida pública, ou a concessão ocasional de crédito a empresas com base numa análise objectiva de critérios qualitativos e quantitativos relativos ao risco de crédito do Cliente. Dado o tamanho da carteira de taxa fixa *corporate* e soberana, este tipo de exposição representa a maior parte da exposição de crédito por parte do Banco.

Outros tipos de extensão de crédito, tais como o crédito comercial, tem menos peso no negócio do Banco. Acresce que a concessão de crédito para suportar actividades de aconselhamento, ou ligada a Banca de Investimentos ou mandatos de capital é desencorajada, sendo em qualquer dos casos sujeita a um processo de decisão autónomo.

Procedimentos de crédito

De acordo com a política de crédito do Banco, a base para aprovação de exposições a crédito com ou sem garantia geralmente inclui uma determinação da notação de risco (*scoring*) para a exposição ao crédito, calculado com base em critérios principalmente objectivos. Os resultados do processo de análise financeira e pontuação de risco servem de base para decidir a rentabilidade associada com o risco assumido, incluindo considerações sobre preço mínimo, estrutura aceitável, prazos e documentação apropriada.

Como parte do processo de extensão de qualquer tipo de exposição de crédito, o Banco segue uma matriz de aprovação pré-definida, que combina os resultados da pontuação de crédito, prazos, níveis máximos de exposição global incluindo quaisquer transacções em consideração e os níveis pré-aprovados de poderes de aprovação atribuídos aos membros do Comité de Risco de Crédito. Outros critérios para determinação dos níveis de assinatura incluem a existência e tipo de garantia subjacente à exposição do valor global.

Controlos sobre margens

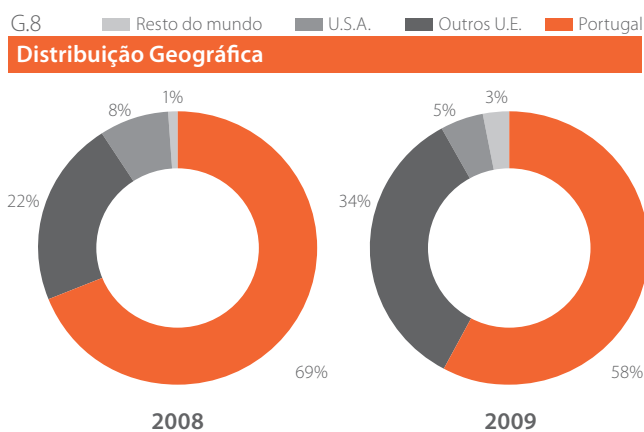
No que diz respeito a crédito directamente concedido a Clientes, as contas margem representaram a maior porção do livro de crédito relativamente modesto do Banco.

O Banco gere riscos inter-relacionados com o mercado, operacionais e riscos de crédito, que resultam de contas margem por via de um sistema automático de controlos sobre limites, bem como mecanismos para execução automática quando são atingidos níveis de risco pré-definidos. Este mecanismo de controlo baseia-se na ponderação do risco alocada a diferentes tipos de activos tendo em conta a volatilidade de mercado como base para determinar os níveis de alavancagem permitida na conta de crédito enquanto percentagem da garantia. Estes níveis são

T.42

MMI	< = 1 year		< = 1 year	
	2009	2008	2009	2008
Bancos centrais	-	-	-	-
Bancos nacionais	126,545	217,987	-	10,000
Bancos internacionais	4,724	29,083	-	-
Total	131,269	247,070	-	10,000

€/000



T.43

Exposição de crédito por maturidade	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Ind.	Total
Activos					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	77,9	-	-	-	77,9
Activos financeiros detidos para negociação / venda	30,5	95,5	145,8	36,8	308,7
Aplicações em instituições de crédito	69,3	0,0	-	-	69,3
Crédito a clientes	47,9	3,1	5,8	0,1	56,9
Investimentos detidos até à maturidade	29,0	93,1	19,6	-	141,8
Off - Balance	1,2	0,2	-	-	1,4
Total	255,8	192,0	171,2	36,9	655,9

€/000

monitorizados em tempo real. O objectivo é identificar diferenças entre activos de maior e menor risco e ajustar automaticamente os níveis de exposição potencial e eventuais margens para reforçar ou execução para os vários níveis de risco. A nossa experiência, baseada em dados empíricos, tem sido de que este tipo de crédito pode ser uma utilização lucrativa do capital e representa um risco relativamente baixo para o Banco. Mais importante ainda, este tipo de concessão de crédito, disciplinado e seguro, tem registado níveis negligenciáveis de perdas relaciona-

das com crédito, mesmo sob condições extremas de mercado tais como as verificadas no último ano. (Nota 20).

Disponibilizamos também crédito hipotecário, crédito sobre acções, e crédito automóvel aos nossos Clientes como produtos complementares à nossa oferta. Considerando a natureza do ciclo de crédito e a extrema concorrência das entidades promotoras de crédito especializado, estes produtos de crédito são neste momento vistos como melhoramentos à nossa oferta nuclear e

não representam uma parte significativa da carteira de crédito em 2009.

Exposições não garantidas

Estas extensões de crédito ou exposições conexas que não são integralmente garantidas, ou nas quais a garantia oferecida pode não ser líquida, requerem uma revisão objectiva dos dados financeiros históricos e projecções conservadoras como base para aprovação de qualquer facilidade de crédito. Outros critérios utilizados como parte do processo de aprovação incluem

T.44

€/000

Dívida corporativa e soberana por maturidade	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Total
Governo e outras entidades públicas	0,0	72,2	40,6	9,0	121,8
<i>Mortgage securities</i>	12,3	27,1	0,0	23,5	62,9
<i>Corporates</i>	18,7	65,1	21,2	0,0	105,0
Instituições financeiras	9,0	77,5	15,5	0,0	102,0
Papel comercial	18,5	0,0	0,0	0,0	18,5
Total	58,5	241,9	77,3	32,5	410,2

T.45

€

Rating Transition Matrix	Aaa	Aa	A	Baa	Ba	B	Caa-C	Default	WR
Aaa	68,62	18,73	2,69	0,11	0,12	0,00	0,00	0,00	9,72
Aa	2,41	65,85	16,87	1,51	0,37	0,11	0,00	0,04	12,83
A	0,15	6,24	67,45	11,30	1,80	0,51	0,10	0,22	12,23
Baa	0,15	0,67	11,28	61,40	8,20	2,20	0,64	0,87	14,59
Ba	0,03	0,10	1,31	11,32	44,33	12,70	1,43	4,81	23,98
B	0,03	0,08	0,31	1,26	9,14	39,27	6,93	14,65	28,34
Caa-C	0,00	0,02	0,06	0,55	2,05	10,56	20,62	33,29	32,87
Probabilidade de uma obrigação transitar de um rating para outro no período de tempo de 3 anos (<i>modified duration</i> média da carteira)									

considerações quantitativas, tais como a propriedade, a qualidade e reputação da gestão, o posicionamento do devedor e o seu desempenho face aos seus pares, e outra informação relevante. Além da análise interna, o Banco pode ainda recorrer a outras fontes independentes, incluindo agências internacionais de *rating*, particularmente nos casos dos emitentes não domésticos e instituições financeiras.

As principais exposições globais não garantidas são a instituições financeiras através do mercado monetário interbancário, i.e., quando o Banco age enquanto credor de outros Bancos, do sector empresarial ou de dívida soberana representada por dívida cotada com várias maturidades e de

Clientes de retalho e empresariais na forma de crédito ao consumo, contas margem de curto prazo e empréstimos de médio prazo, que representaram menos de 10% do activo remunerado no final do ano.

Stress testing da carteira de crédito

Tal como noutras carteiras, cujos riscos são medidos numa base diária de várias formas, a carteira de obrigações de empresas é sujeita a vários exercícios de *stress test* de modo a proporcionar à Administração uma avaliação das potenciais perdas nos diferentes cenários. O cenário mais extremo, o *Armageddon Stress Test*, representa um indicador diário das perdas potenciais de uma carteira, considerando as maiores perdas individuais e o sector de actividade. No final

do ano, o *rating* médio da carteira era **AA-**. As simulações que se encontram descritas na tabela T.45 baseiam-se na matriz de transição de *ratings* da Moody's para um período igual à duração modificada da carteira de obrigações do Banco.

As simulações assumem como pressuposto a probabilidade de incumprimento de um emitente, ou de vários emitentes em simultâneo, e o impacto na percepção de risco de crédito do mercado, com base num alargamento significativo dos *spreads* e a assumpção de taxas de recuperação assumidas pela Administração extremamente baixas e conservadoras (cerca de 10%). O objectivo dos teste de cenários consiste em determinar até que ponto os proveitos poderão ser

T.46

%

Stress testing da carteira de crédito					
Largest 10 Stress Test		Largest by Sector		BPV's by Sector	
Ford Motor Co	-2.573.954	Basic materials	-186.250	Basic materials	-942
Banco Popular Español SA	-1.707.608	Communications	-1.450.072	Communications	-7.114
Caixa Geral de Depósitos SA	-1.671.104	Consumer, cyclical	-5.110.233	Consumer, cyclical	-5.900
British Airways PLC	-1.567.815	Consumer, non-cyclical	-1.147.240	Consumer, non-cyclical	-3.195
United States of America	-1.491.972	Energy	-39.664	Energy	-161
Portuguese Republic	-1.228.641	Financial	-7.476.688	Financial	-22.828
Banco Santander SA (Santander)	-1.158.753	Government	-2.819.197	Government	-61.999
SAGRES Sociedade de Titularizac (BPI)	-1.107.388	Industrial	-684.650	Industrial	-9.961
Banco Bilbao Vizcaya Argentari	-856.800	Mortgage securities	-4.311.011	Mortgage securities	-629
Lusitano Mortgages Plc (BES)	-836.828	Utilities	-128.423	Utilities	-1.749
Total	-14.200.863		-23.353.429		-114.478

T.47

€/000

Equity Swaps	Nominal		< = 1 year	
	2009	2008	2009	2008
Bancos nacionais	5,025	48,795	-	0,035
Bancos internacionais	-	18,395	-	0,506
Total	5,025	67,190	-	0,541
Risco / nominal	0,805%			

T.48

€/000

Opções Financeiras	Nominal		< = 1 year	
	2009	2008	2009	2008
Bancos nacionais	35,143	11,843	0,035	0,086
Bancos internacionais	17,570	40,413	0,228	2,264
Total	52,713	52,256	0,263	2,350
Risco / nominal	4,497%			

afectados e os fundos próprios consumidos em circunstâncias teóricas, como instrumento primário de manutenção de disciplina e controlo na tomada de posições e excesso de concentrações.

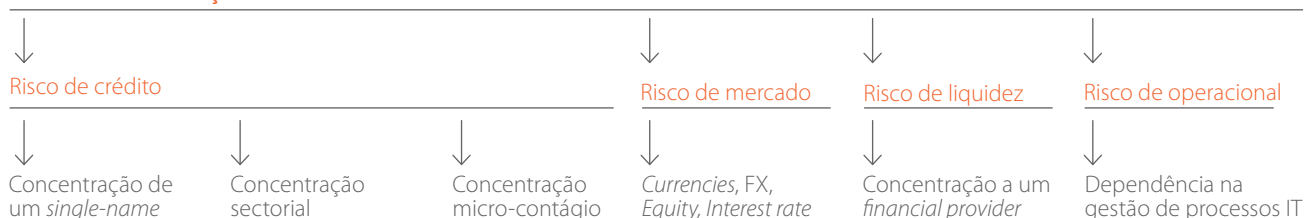
Na tabela T.46, encontram-se descritos exemplos dos resultados dos testes de cenários a 31 de Dezembro de 2009. Estes evidenciam que, em condições extremas, bastante mais difíceis do que as verificadas no pico da crise de crédito, o Banco sofreria perdas *mark to market* que representariam apenas uma parcela dos seus capitais, sem colocarem em risco em nenhum momento a solvência do Banco.

Exposição de crédito por via de contratos derivados

Contratos derivados são instrumentos, tais como futuros, *forwards*, *swaps* e opções, que derivam o seu valor de activos subjacentes, índices ou outros conceitos financeiros. O BiG utiliza instrumentos financeiros derivados e instrumentos de mercado cambial para gerir as exposições do Banco aos mercados, satisfazer as necessidades financeiras dos seus Clientes e gerar receitas através das suas actividades de *trading*. Na avaliação de riscos, o Banco segue os mesmos procedimentos de crédito para exposições a contratos derivados e exposições relacio-

nadas com o mercado cambial que utiliza nos produtos de crédito tradicionais acima descritos. Os limites de crédito para estes produtos são calculados e controlados com base na exposição potencial, que toma em consideração os valores actuais de mercado e estima o movimento futuro das taxas de mercado com base em critérios estatísticos. Como parte do processo, o BiG calcula o custo de substituição de um contrato derivado ou de mercado cambial como medida primária de exposição ao risco de crédito. Este é definido enquanto o custo de

Risco de Concentração



substituição de um contrato em condições extremas de mercado, caso uma contraparte entre em incumprimento antes da data de liquidação. O Banco utiliza procedimentos *mark to market* e medidas de *VaR* para aferir do custo de substituição de um contrato derivado ou cambial em mercado aberto.

Na gestão da sua exposição potencial, o Banco procura reduzir o risco global lidando em larga escala com instituições financeiras *investment grade* com quem o Banco celebra por norma CSA's (*Credit Support Agreements*). No caso de outros Clientes com os quais o Banco poderá celebrar contratos ocasionalmente relacionadas com a gestão da sua carteira, o risco é mitigado de forma acrescida por via da inclusão de garantias, cobrindo normalmente 100% da exposição potencial.

Um resumo da exposição nominal a contratos derivados e valores a receber de contrapartes com suporte em contratos desta natureza em 31 de Dezembro de 2009 era o indicado na T.47 e T.48.

Gestão da concentração de riscos

Na sua globalidade, o Banco gere a sua exposição a concentrações de risco em várias áreas, incluindo riscos de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional. A gestão de risco não relacionado

com crédito é debatida adiante nas secções relevantes deste relatório.

Na gestão de concentrações de crédito, a Administração e a área de gestão de risco do Banco concentram-se diariamente em relatórios que resumem as maiores concentrações de risco, incluindo exposições directas, indirectas e contingentes. Estes relatórios dividem-se por exposições financeiras e não financeiras. Entre outros elementos, os relatórios servem como ferramenta de gestão para monitorizar regularmente grandes exposições e servem como base para reportar regularmente limites regulatórios, incluindo grandes riscos, ou exposições iguais a 10% dos fundos próprios e limites legais de concessão de crédito, representando 20% do capital consolidado (não bancos).

Provisão para riscos de crédito

A provisão legal do Banco para riscos de crédito baseia-se em critérios prudenciais e regras do Banco de Portugal e está disponível para absorver perdas potenciais na carteira de crédito. Com base no regulamento 3/95 de 30 de Junho do Banco de Portugal, com as alterações inseridas pelos Avisos n.º 2/99 e 8/03 de 26 e 30 de Janeiro respectivamente, esta provisão representa 1% do total de crédito concedido e garantias abertas (1,5% no caso de crédito ao consumo e 0,5% no

caso de *leasing* ou créditos com garantia hipotecária). Se necessárias, são realizadas provisões específicas nos termos do mesmo aviso. Os cálculos de provisões económicas são efectuados periodicamente sobre riscos específicos que a Administração considera requererem especial atenção e estão sujeitos a um modelo produzido internamente.

Risco operacional

O risco operacional é parte do nosso negócio diário e pode surgir como resultado de procedimentos ou sistemas inadequados, risco humano ou eventos externos.

Tendo em conta a natureza do seu negócio, o Banco está exposto a potenciais perdas e/ou risco da sua reputação, como resultado de erros humanos ou erros sistémicos e operacionais, interrupções inesperadas no processamento de negócio ou execução insuficiente por fornecedores terceiros de componentes significativos do nosso modelo de negócio. No processo de gestão proactiva de riscos operacionais, de modo a manter as exposições em níveis mínimos, o Banco revê os seus sistemas de controlo interno regularmente para assegurar o bom funcionamento do negócio em circunstâncias normais e anormais. Estes sistemas e

procedimentos são desenhados para reduzir os riscos de fraude de fontes internas ou externas, e de erros ou quebras de serviço, que podem resultar de eventos associados com a tecnologia e infra-estrutura de sistemas, procedimentos e telecomunicações.

A responsabilidade pela gestão de riscos operacionais recai sobre os responsáveis de cada unidade de negócio. Para monitorizar os riscos e a aplicação dos procedimentos no conjunto do Banco, existe uma estrutura autónoma de governação, que consiste nos seguintes grupos de supervisão, que respondem ao Conselho de Administração:

- *Comité de risco operacional*, que revê a adequação dos procedimentos internos e do suporte humano e de sistemas à condução normal das funções de negócio e riscos diários a que o Banco se encontra exposto com base quer em processos de auto-avaliação, quer em auditorias internas e externas programadas.
- *Comité de risco tecnológico*, que superintende a adequação e segurança da complexa infra-estrutura técnica que suporta todos os aspectos do processamento interno do Banco, informação de gestão e ligações com fornecedores terceiros de informação e serviços de execução.
- *Comité de Compliance*, combinando Administradores e o responsável pelo departamento de Controlo Interno e Compliance, cujas responsabilidades incluem a monitorização da aderência do Banco a questões de natureza legal e regulamentar, aplicação de procedimentos operacionais internos, código de

ética e questões relacionadas; reúne pelo menos uma vez por semana ou mais frequentemente se necessário para rever a evolução de questões de regulação.

Os comités internos também realizam exercícios regulares de auto-avaliação para identificar e tomar acção sobre riscos associados a operações, tecnologia e *compliance*. Os processos de controlo incluem, por exemplo, a revisão contínua dos procedimentos operacionais relevantes, aderência a orientações normativas, auditorias internas e externas de operações, sistemas e áreas comerciais e de negociação, procedimentos de *back-up*, a manutenção dos acordos de *outsourcing* e de um plano de recuperação de negócio apropriado para reduzir os efeitos de qualquer interrupção imprevista das actividades do Banco.

Embora erros operacionais ocorram ocasionalmente, é objectivo da estrutura de governação acima identificada estabelecer orientações para que os custos de tais erros sejam mantidos em níveis consentâneos com o nosso capital e estratégia de negócio. Para apoiar este controlo, o Banco tem procedimentos internos de reporte de dados associados com erros operacionais à Administração numa base regular. Estas análises e reporte permitem a identificação de problemas na sua fonte e a sua resolução em conformidade.

Acreditamos que uma componente adicional na gestão destes riscos, quando combinada com uma estrutura de governação evolutiva, é a criação de uma cultura de identificação e mitigação de riscos, que encoraja a comunicação de potenciais pro-

blemas à Administração e a sua resolução proactiva. No conjunto, o Banco procura limitar os riscos operacionais a um grau razoável, considerando o capital do Banco, fluxo de receitas e ambiente de negócio, ao mesmo tempo que procura sempre melhorar a execução, permitindo a escalabilidade das áreas de negócio e mantendo a integridade dos controlos internos num ambiente seguro.

Processamento e sistemas

A equipa de Tecnologias de Informação (TI) do Banco instala e mantém a infra-estrutura de tecnologia e telecomunicações do Banco, que é essencial para o bom funcionamento da organização numa base contínua. Esta área suporta todos os segmentos de negócio do Banco, desde a informação interna a serviços básicos de comunicação e à tecnologia e programação de suporte à complexa plataforma transaccional *online* BiGonline.pt.

Com uma plataforma estável, eficiente e sofisticada desenvolvida com base na mais recente tecnologia, a Administração estabeleceu como prioridade para 2009 a introdução de melhoramentos da segurança e eficiência operacional do processamento de todas as transacções, bem como um aumento mensurável da qualidade de serviço em cumprimento com controlos internos e externos e reporte a Clientes, accionistas e reguladores.

A reengenharia dos componentes nucleares das plataformas do Banco levou a um decréscimo de 82% nos erros de processamento, levando cada classe de erros a menos de 10 erros por ano. Com uma constante moni-

torização de toda a actividade operacional e o seu impacto nos resultados do Banco, a cultura de cumprimento e implementação de controlos registou ainda mais melhoramentos em 2009.

Foram implementadas medidas inovadoras de controlo de riscos transaccionais, utilizando *tokens* de segurança por SMS, proporcionando um nível de segurança sem paralelo aos Clientes que utilizam os serviços *online* fornecidos pelo Banco.

As áreas responsáveis pela garantia eficiente de processamento são a equipa de Tecnologia de Informações (TI) do Banco e as áreas de suporte operacional (operações), que em conjunto representavam 25% do total de colaboradores no final de 2009. Outras áreas de suporte, tais como contabilidade, operações e auditoria interna também estão envolvidas na implementação de novos sistemas, estratégias de processamento e novos produtos, para garantir um reporte eficiente e cumprimento adequado de questões regulamentares e estatutárias.

Durante 2009, o Banco lançou e integrou na arquitectura dos seus sistemas uma plataforma de negociação de CFD's, que permite aos Clientes acesso a um novo produto de investimento através de uma plataforma com integração total com a imagem e experiência de utilização da oferta de produtos e serviços *online* do Banco.

A migração para as mais recentes plataformas tais como SQL 2008 e Windows 2008 foi iniciada em 2009, com impacto mínimo na operação do Banco, alavancando a migração

dos componentes nucleares do Banco para uma implementação integralmente .NET, de modo que a plataforma possua um claro caminho de evolução possível nos próximos anos.

A virtualização tornou-se onnipresente na infra-estrutura do Banco, permitindo uma redução dos custos com *hardware* e uma alocação mais eficiente da capacidade global de processamento que foi alcançada por via da utilização de tecnologias para todos os sistemas de negócio.

Entretanto, o Banco realiza actualizações contínuas às suas plataformas de negociação e aos seus sistemas de segurança, concebidos para manter a integridade física da infra-estrutura e garantir um ambiente livre de contaminação externa. O objectivo para o futuro é de oferecer ferramentas poderosas, mais leves e fáceis de manter, com a robustez suficiente para suportar um leque mais alargado de segmentos de Cliente, apoiada por actualizações contínuas à arquitectura de segurança.

Função de Compliance

O Controlo do Cumprimento (*Compliance*) tem por base uma cultura que encoraja um comportamento apropriado, o respeito pelas regras e a preocupação com os interesses de todos os *stakeholders* do Banco.

Esta função é responsável, designadamente, (i) pela promoção de um ambiente de controlo e de uma estrutura organizacional transparente e adequada à complexidade e

dimensão da instituição, (ii) pelo acompanhamento regular da adequação e eficácia dos controlos existentes para mitigação do risco de *compliance* reputacional e (iii) pelo relacionamento institucional com os órgãos de supervisão. Garante ainda o cumprimento das disposições legais e regulamentares da actividade bancária de modo a obter um desempenho eficiente do Banco enquanto organização e uma utilização eficaz dos recursos.

Em matéria de prevenção ao branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e combate ao abuso de mercado, a função de *Compliance* é responsável pela criação dos mecanismos de controlo e detecção de operações suspeitas e pela monitorização do cumprimento dos deveres previstos na legislação em vigor relativamente à abertura de contas bancárias e conhecimento do cliente (*know your client*). Compete a esta função a centralização do reporte e interacção com as entidades judiciais e órgãos de supervisão na investigação e análise de processos e operações suspeitas.

A função de *Compliance* é ainda responsável pela análise e emissão de pareceres sobre novos produtos e serviços, à luz da regulamentação em vigor, promovendo uma gestão proactiva dos mesmos, um controlo e uma validação prévia e a prevenção de conflitos de interesses.

O sistema de controlo interno do Banco assenta numa cultura forte de cumprimento da legislação e dos diferentes normativos que regulam a actividade bancária, assim como de determinações específicas, contra-

tos, regras de conduta e de relacionamento com clientes, de forma a mitigar o risco do Banco incorrer em prejuízos de ordem financeira - sanções de carácter legal, limitação de oportunidades de negócio, redução do potencial de expansão, impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações contratuais - ou de índole reputacional - percepção negativa da imagem pública da instituição decorrentes do incumprimento dos mesmos.

Auditoria interna

A Auditoria Interna é parte integrante do sistema de controlo interno do banco e do processo de avaliação da adequação do capital aos riscos incorridos. As suas acções de inspecção são planeadas com base nas prioridades definidas pelo Conselho de Administração, considerando os riscos inerentes às diferentes actividades ou partes da organização, e enquadram-se num ou mais dos seguintes âmbitos:

- Exame e avaliação da adequabilidade e eficácia do sistema de controlo interno;
- Avaliação da aplicação e eficácia dos procedimentos de gestão de risco e das metodologias de avaliação do risco;
- Revisão dos sistemas financeiros e de apoio à gestão;
- Revisão da exactidão e fiabilidade dos registos contabilísticos e reportes financeiros;
- Revisão dos meios de salvaguarda de activos;
- Revisão do sistema de avaliação do

capital face ao risco do banco;

- Avaliação da economia e eficiência das operações;
- Teste às transacções e funcionamento de procedimentos específicos de controlo interno;
- Revisão dos sistemas implementados que garantam o *compliance* com (i) os requisitos legais e regulamentares, (ii) códigos de conduta e (iii) a implementação de políticas e procedimentos;
- Teste à exactidão e prazos dos reportes regulamentares;
- Análise e tratamento de reclamações.

Esta função pauta a sua actividade por critérios de objectividade e imparcialidade, assegurando, mediante a realização de auditorias periódicas, a eficácia dos mecanismos de controlo implementados e dos instrumentos e políticas de gestão de risco do Banco, a conformidade com as normas e regulamentos internos e a actuação de acordo com os padrões de integridade e qualidade definidos pelo Banco. As inspecções visam portanto a prossecução do plano de auditoria em sintonia com um acompanhamento sistemático das diferentes áreas de negócio, com reporte ao Conselho de Administração.

Lisboa, 17 Março, 2010

Conselho de Administração



**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Banco de Investimento Global, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 703.349.940 euros e um total de capital próprio de 128.685.719 euros, incluindo um resultado líquido de 12.329.102 euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas na União Europeia, que apresentem de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

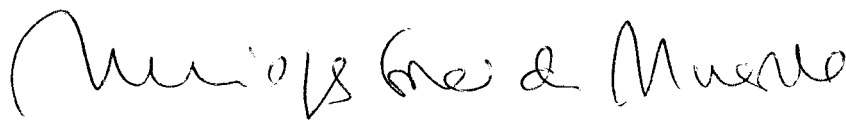
4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e de aplicação do método de equivalência patrimonial;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Banco de Investimento Global, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2009, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas na União Europeia.

Lisboa, 26 de Março de 2010



KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (Nº 189)
representada por
Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida
(ROC Nº 967)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

Exmos. Senhores Accionistas do
Banco de Investimento Global, S.A.

No termos da lei e do contrato de sociedade, o Conselho Fiscal submete à apreciação de V. Exas. o Relatório da sua actividade e o seu Parecer sobre o Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas, apresentados pelo Conselho de Administração do Banco de Investimento Global, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, e ainda a apreciação do Conselho Fiscal sobre a certificação legal de contas consolidadas, emitida pela sociedade de revisores oficiais de contas do Banco de Investimento Global, S.A..

RELATÓRIO

1. O Conselho Fiscal procedeu à análise do Relatório consolidado do Conselho de Administração e das Contas consolidadas, compreendendo o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2009, a Demonstração dos resultados consolidados, as Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa e as respectivas Notas às demonstrações financeiras consolidadas.
2. Relativamente ao Relatório consolidado de gestão, o Conselho Fiscal verificou que o seu conteúdo é concordante com as Demonstrações Financeiras consolidadas, e satisfaz os requisitos legais e estatutários.
3. Na apreciação das Demonstrações Financeiras consolidadas do exercício, o Conselho Fiscal teve como base fundamental a certificação Legal e o Relatório de Auditoria das Contas consolidadas, elaborado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, e com cujo teor concordamos.
4. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que as demonstrações Financeiras consolidadas são adequadas à compreensão da situação patrimonial do Banco de Investimento Global, S.A. e das suas participadas englobadas na consolidação em 31 de Dezembro de 2009, e à forma como se formaram os resultados consolidados em 2009.

Em conformidade com o exposto, o Conselho Fiscal é de PARECER que a Assembleia Geral aprove o Relatório consolidado de gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

Lisboa, 30 de Março de 2010

O Conselho Fiscal

João Almeida

António Pinheiro Araújo

Edoardo

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2009
(Valores expressos em euros)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

Dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	Notas	2009	2008
Juros e proveitos similares	4	17.210.684	21.626.128
Juros e custos similares	4	(5.292.599)	(11.935.517)
Margem financeira		11.918.085	9.690.611
Rendimentos de instrumentos de capital	5	1.322.547	887.313
Rendimentos de serviços e comissões	6	8.005.808	21.519.805
Encargos com serviços e comissões	6	(1.574.887)	(8.303.344)
Resultados de activos e passivos detidos para negociação	7	2.124.785	(7.242.155)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	12.612.148	4.416.762
Resultados de reavaliação cambial	9	1.853.417	3.306.143
Resultados de alienação de outros activos		(27.574)	-
Outros resultados de exploração	10	289.242	72.368
Proveitos operacionais		36.523.571	24.347.503
Custos com pessoal	11	(11.043.138)	(8.357.235)
Gastos gerais administrativos	13	(5.495.786)	(4.361.652)
Depreciações e amortizações	23 e 24	(1.248.474)	(1.141.907)
Provisões líquidas de anulações	30	(12.480)	1.795
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	20	(23.142)	(30.199)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	18	(2.580.134)	(1.065.565)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	25 e 26	(512.153)	(146.791)
Custos operacionais		(20.915.307)	(15.101.554)
Resultado operacional		15.608.264	9.245.949
Resultados de associadas	25	(792.932)	(404.110)
Resultado antes de impostos		14.815.332	8.841.839
Impostos			
Correntes	31	(2.723.286)	(2.453.172)
Diferidos	31	237.056	37.263
Resultado líquido do exercício		12.329.102	6.425.930
Resultados por acção básicos (€)	14	0,15	0,08
Resultados por acção diluídos (€)	14	0,15	0,08

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

Dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	Nota	2009	2008
Resultado líquido do exercício		12.329.102	6.425.930
Outro rendimento integral			
Alterações de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		12.700.474	(13.417.083)
Desvio actuarial do fundo de pensões	12	649.406	(192.851)
Impostos diferidos	31	338.995	(607.784)
Impostos correntes	31	(2.014.208)	2.429.650
		11.674.667	(11.788.068)
Rendimento integral reconhecido no exercício		24.003.769	(5.362.138)
Atribuível a:			
Accionistas do Banco		24.003.769	(5.362.138)
		24.003.769	(5.362.138)

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BALANÇO CONSOLIDADO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	Notas	2009	2008
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	15	4.822.680	2.633.391
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	73.103.466	96.520.228
Activos financeiros detidos para negociação	17	10.870.611	7.914.674
Activos financeiros disponíveis para venda	18	297.817.643	67.217.560
Aplicações em instituições de crédito	19	69.303.683	162.499.861
Crédito a clientes	20	56.713.275	29.232.808
Investimentos detidos até à maturidade	21	141.753.449	134.538.441
Activos não correntes detidos para venda	22	143.000	-
Activos tangíveis	23	18.538.539	11.747.327
Activos intangíveis	24	604.176	472.242
Investimentos em associadas	25	4.794.425	5.614.917
Activos por impostos correntes		-	729.722
Activos por impostos diferidos	31	417.455	-
Outros activos	26	24.467.538	43.947.209
Total de activo		703.349.940	563.068.380
Passivo			
Recursos de bancos centrais	27	203.783.194	84.011.667
Passivos financeiros detidos para negociação	17	1.885.328	5.346.592
Recursos de outras instituições de crédito	28	9.560.027	9.788.544
Recursos de clientes	29	304.985.007	296.489.764
Provisões	30	189.648	150.000
Passivos por impostos correntes		2.741.184	-
Passivos por impostos diferidos	31	-	158.596
Outros passivos	32	24.519.833	59.753.837
Total de passivo		574.664.221	455.699.000
Capital			
Capital	33	87.570.000	87.570.000
Prémios de emissão	33	8.886.393	8.886.393
Acções próprias	33	(433.261)	(2.116.274)
Reserva de justo valor	33	(2.917.071)	(13.942.332)
Outras reservas e resultados transitados	33	23.250.556	20.545.663
Resultado líquido do exercício		12.329.102	6.425.930
Total de capital		128.685.719	107.369.380
Total de passivo e capital		703.349.940	563.068.380

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	Capital	Prémios de emissão	Acções Próprias	Reserva de justo valor	Reserva legal	Outras reservas	Resultado líquido do exercício	Total de capital próprio
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	75.082.920	5.756.889	(589.028)	(2.347.115)	2.072.430	11.162.624	11.268.265	102.406.985
Outros movimentos registados directamente no capital próprio								
Rendimento integral								
Alterações de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(13.417.083)	-	-	-	(13.417.083)
Desvios actuariais fundo pensões	-	-	-	-	-	(192.851)	-	(192.851)
Impostos diferidos	-	-	-	(607.784)	-	-	-	(607.784)
Impostos correntes	-	-	-	2.429.650	-	-	-	2.429.650
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	6.425.930	6.425.930
Total de rendimento integral reconhecido no exercício	-	-	-	(11.595.217)	-	(192.851)	6.425.930	(5.362.138)
Distribuição do resultado do exercício de 2007								
Transferência para reservas	-	-	-	-	1.102.668	6.429.646	(7.532.314)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(3.735.951)	(3.735.951)
Variação de acções próprias	-	-	535.068	-	-	(49.104)	-	485.964
Variação empréstimos a colaboradores para aquisição de acções próprias	-	-	(2.062.314)	-	-	-	-	(2.062.314)
Programa <i>stock options</i> para colaboradores	-	-	-	-	-	20.250	-	20.250
Aumento de capital	12.487.080	3.129.504	-	-	-	-	-	15.616.584
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	87.570.000	8.886.393	(2.116.274)	(13.942.332)	3.175.098	17.370.565	6.425.930	107.369.380
Outros movimentos registados directamente no capital próprio								
Rendimento integral								
Alterações de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	12.700.474	-	-	-	12.700.474
Desvios actuariais fundo pensões	-	-	-	-	-	649.406	-	649.406
Impostos diferidos	-	-	-	338.995	-	-	-	338.995
Impostos correntes	-	-	-	(2.014.208)	-	-	-	(2.014.208)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	12.329.102	12.329.102
Total de rendimento integral reconhecido no exercício	-	-	-	11.025.261	-	649.406	12.329.102	24.003.769
Distribuição do resultado do exercício de 2008								
Transferência para reservas	-	-	-	-	717.222	1.330.287	(2.047.509)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(4.378.421)	(4.378.421)
Variação empréstimos a colaboradores para aquisição de acções próprias	-	-	1.683.013	-	-	-	-	1.683.013
Programa <i>stock options</i> para colaboradores	-	-	-	-	-	7.978	-	7.978
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	87.570.000	8.886.393	(433.261)	(2.917.071)	3.892.320	19.358.236	12.329.102	128.685.719

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	Notas	2009	2008
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		18.633.632	21.361.094
Juros e custos pagos		(5.516.637)	(11.237.599)
Serviços e comissões		6.437.324	13.250.263
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(18.001.231)	(16.669.606)
Outros custos e proveitos pagos/recebidos		1.303.948	164.211
		2.857.036	6.868.363
Variação nos activos e passivos operacionais:			
Disponibilidades em bancos centrais		(1.489.468)	(516.691)
Activos e passivos financeiros detidos para negociação		12.470.856	15.545.321
Aplicações em instituições de crédito		92.010.803	26.291.725
Recursos de bancos centrais		146.000.000	84.000.000
Recursos de instituições de crédito		(235.234)	(33.231.192)
Crédito a clientes		(27.665.551)	43.952.753
Recursos de clientes		9.501.872	13.563.256
Outros activos e passivos operacionais		(17.486.888)	(17.135.608)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre lucros		215.963.426	139.337.927
Impostos sobre os lucros pagos / recebidos		750.465	(1.934.541)
		216.713.891	137.403.386
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		1.417.160	-
Dividendos recebidos		1.978.920	1.543.686
Activos financeiros disponíveis para venda		(222.830.864)	(86.236.049)
Investimentos detidos até à maturidade		(7.215.007)	(19.945.801)
Compra de imobilizações		(8.402.620)	(4.582.490)
		(235.052.411)	(109.220.654)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Ações próprias		-	485.965
Aumento de capital		-	15.616.584
Dividendos de acções ordinárias pagos		(4.378.421)	(3.735.951)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(4.378.421)	12.366.598
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		(22.716.941)	40.549.330
Caixa e equivalentes no início do período		97.231.056	-
Caixa e equivalentes no fim do período		74.514.115	97.231.056
		(22.716.941)	97.231.056
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	15	1.410.649	710.828
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	73.103.466	96.520.228
Total		74.514.115	97.231.056

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2009
(Valores expressos em euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco de Investimento Global, S.A. (Banco ou BiG) foi constituído por escritura de 10 de Dezembro de 1998, tendo iniciado a sua actividade bancária no dia 1 de Março de 1999. O Banco tem por objecto a realização de todas as operações e a prestação de quaisquer serviços permitidos aos bancos, sem quaisquer limitações de natureza estatutária.

Em 31 de Dezembro de 2008, o Banco detinha uma participação de 41,01% no capital social da B.I.G. Capital, S.G.P.S., S.A. (BiG Capital). No decorrer do exercício de 2009 o BiG alienou 1.000.000 acções da BiG Capital, SGPS, SA. Após esta operação o investimento do Banco na BiG Capital, SGPS, SA ascende a 5 562 138 euros, correspondente a 2.781.069 acções ordinárias e a 2.781.069 acções preferenciais sem voto, representativas de 34,76% do capital social da BiG Capital. Esta Sociedade foi constituída no dia 29 de Novembro de 1999, e tem por objecto a gestão de participações sociais em outras entidades, com o fim indirecto de exercício de actividades económicas.

A BiG Serviços Financeiros, S.A. integralmente detida pelo Banco, foi constituída no dia 11 de Setembro de 2008, e tem por objecto principal a realização de actividades de serviços financeiros diversos.

NOTA 1 BASES DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso nº 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco de Investimento Global, S.A. ("BiG" ou "Grupo") são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), tal como adoptados na União Europeia.

Os *IFRS* incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)*, e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e foram preparadas de acordo com os *IFRS*, tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2009. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2009 são consistentes com as utilizadas com referência a 31 de Dezembro de 2008. As principais normas e interpretações adoptadas no exercício de 2009 são referidas na nota 38.1.. As normas e interpretações tiveram sobretudo impacto ao nível da apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações sendo apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos financeiros detidos para negociação e activos financeiros disponíveis para venda.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os *IFRS* requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 17 de Março de 2010.

NOTA 2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos e resultados do BiG e das suas subsidiárias e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes à participação financeira em empresas associadas. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível ao Grupo na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

2.2. Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.3. Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação, pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor destes instrumentos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.4. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados, na data em que o montante do crédito é disponibilizado aos clientes.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem, (ii) o Grupo transferir substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo reter parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos tiver sido transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo deduzido das perdas de imparidade.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Grupo utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio ou actividade profissional do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços da dívida no futuro;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- a existência de credores privilegiados;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais. Quando o Grupo considera que determinado crédito é incobrável havendo sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo. Recuperações subsequentes de créditos anteriormente abatidos ao activo são reconhecidas em resultados pela diminuição do montante das perdas por imparidade do período.

2.5. Outros activos financeiros

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros detidos para negociação: Esta categoria inclui os activos financeiros de negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de títulos em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo.
- Investimentos detidos até à maturidade: Os investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros com maturidades definidas e pagamentos fixos ou determináveis, que o Grupo tem a intenção e capacidade de deter até à maturidade.
- Activos financeiros disponíveis para venda: Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou que não se enquadram nas categorias acima referidas.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

As aquisições e alienações de activos financeiros detidos para negociação e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo (*Trade date*).

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto no que diz respeito a activos financeiros detidos para negociação, caso em que os custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros detidos para negociação são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos financeiros sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos financeiros são reconhecidas também em

reservas, no caso das acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição líquido de perdas por imparidade.

Transferências entre categorias

O Grupo procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

As transferências entre estas duas categorias são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre o justo valor e o valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva, bem como a reserva de justo valor existente na data da transferência.

Imparidade

Em conformidade com os *IFRS*, o Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

As perdas por imparidade dos investimentos detidos até à maturidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. No caso de se tratar de um activo com taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Caso num período subsequente o montante da perda de imparidade diminua, e essa diminuição estiver relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando exista evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.6. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros detidos para negociação, os quais são registadas ao justo valor.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado.

2.7. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

Acções próprias

As acções próprias são registadas em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação. As mais e menos-valias realizadas na venda de acções próprias, são registadas directamente em capitais próprios não afectando o resultado do exercício.

2.8. Compensação de instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido registado no balanço quando o Grupo tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e existe a intenção de as liquidar pelo seu valor líquido, ou realizar o activo e liquidar o passivo em simultâneo.

2.9. Aplicações por recuperação de crédito

As aplicações por recuperação de crédito incluem imóveis resultantes da resolução de contratos de crédito a clientes. Estes activos são classificados na rubrica Activos não correntes detidos para venda, e são registados no seu reconhecimento inicial, pelo menor entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações regulares efectuadas pelo Banco.

Subsequentemente, estes activos são registados pelo menor de entre o valor do seu reconhecimento inicial e o correspondente justo valor actual deduzido dos custos esperados de venda, e não são amortizados. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício. O Banco obtém avaliações regulares, efectuadas por peritos, das aplicações por recuperação de crédito.

2.10. Activos cedidos com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra por um preço fixo ou por um preço que iguale o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço sendo classificados como activos dados em garantia. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado.

Os títulos comprados com acordo de revenda por um preço fixo ou por um preço que iguale o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras.

2.11. Activos tangíveis

Os activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, com taxas de amortização que reflectem a seguinte vida útil esperada dos bens:

	Anos
Obras em edifícios arrendados	5
Mobiliário e material	8 e 10
Máquinas e ferramentas	5 e 7
Equipamento informático	3 a 4
Instalações interiores	4 a 8
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	8
Imóveis	50

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.12. Activos intangíveis

Os activos intangíveis são registados ao custo e são amortizados de forma linear ao longo da sua vida útil esperada, neste caso de 3 anos.

2.13. Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 - Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados. Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.14. Benefícios a empregados

Os colaboradores com vínculo contratual ao Banco de Investimento Global estão, na sua totalidade, inscritos na Segurança Social. As responsabilidades do Banco com pensões consistem, desta forma, no pagamento de um complemento que completará a eventual prestação do sistema de Segurança Social.

Até 2005, os colaboradores do Banco e os membros do Conselho de Administração encontravam-se abrangidos por um Plano de Contribuição Definida.

Em 8 de Abril de 2005 foi aprovada, na Assembleia Geral de Accionistas, a proposta da Comissão de Remunerações sobre a Reforma dos Administradores, relativa à criação de um Plano de Pensões de Benefício Definido, que genericamente consiste na atribuição de um benefício de reforma por velhice ou invalidez, que é determinado com base numa percentagem, crescente em função do tempo de serviço no Banco, do último salário base deduzido da pensão da Segurança Social. A Assembleia Geral delegou no Conselho de Administração o estabelecimento formal desse plano, bem como a definição específica dos seus termos.

O Conselho de Administração do Banco estabeleceu em 29 de Dezembro de 2005 o Plano genericamente aprovado, limitando os benefícios e estendendo o Plano aos restantes colaboradores do BiG, concedendo-lhes a possibilidade de escolher, única e unilateralmente, entre permanecer no Plano de Contribuição Definida ou mudar para o Plano de Benefício Definido. Esta possibilidade de escolha do Plano pelos restantes colaboradores foi facultada em Junho de 2006.

Nesta base, o Banco tem em vigor um Plano de Contribuição Definida e um Plano de Benefício Definido.

Plano de Contribuição Definida

As contribuições efectuadas são actualizadas anualmente, com base nas remunerações pensionáveis. As contribuições efectuadas são registadas como custo do exercício a que dizem respeito, no âmbito da rubrica Custos com o Pessoal – Compromissos com Pensões.

Plano de Benefício Definido

Os custos com serviços passados, decorrentes da introdução do Plano de Benefícios Definidos conforme deliberação do Conselho de Administração de 29 de Dezembro de 2005, determinados por actuários independentes com base no Método da Unidade de Crédito Projectada e pressupostos actuariais e financeiros mutuamente compatíveis, foram reconhecidos de acordo com o IAS 19 – Benefícios a Empregados como um activo e serão imputados a resultados ao longo da vida do serviço remanescente dos colaboradores abrangidos pelo plano, em média 11,5 anos, à data de introdução do plano.

As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por actuários independentes, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste calculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos em reservas.

Anualmente, o Banco reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui o custo do serviço corrente, o custo dos juros, o rendimento esperado dos activos do fundo, e uma parcela relativa à amortização dos custos com serviços passados diferidos.

O Banco efectua contribuições para o fundo de pensões por forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados como segue: financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

A cada data de balanço, o Banco avalia a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Plano de remuneração com acções

O plano de remuneração com opções sobre acções (*stock options*) permite aos empregados adquirir acções do BiG pelo preço de exercício das opções. Considerando os termos e condições deste plano, nomeadamente a liquidação física das opções, o mesmo é contabilizado de acordo com o IFRS 2, como um *equity settled share based payment*. Nesta base, o justo valor das opções atribuídas, determinado na data de atribuição, é reconhecido em resultados por contrapartida dos capitais próprios, durante o período de serviços (*vesting period*).

Remunerações variáveis aos empregados e Órgãos de Administração

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.15. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.16. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos na demonstração de resultados, excepto quando relacionados com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos sobre lucros reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizado a taxa de imposto em vigor.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto em vigor e que se espera venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

2.17. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- quando obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.
- quando obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem.
- quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.18. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros não derivados mensurados ao custo amortizado e detidos para negociação, utilizando o método da taxa efectiva, são reconhecidos nas rubricas de Juros e proveitos similares ou Juros e custos similares. Relativamente aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada em resultados de activos e passivos detidos para negociação.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, ou quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

2.19. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos accionistas do Grupo pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras.

2.20. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

2.21. Normas e interpretações ainda não adoptadas

Na nota 38.2 são apresentadas as Normas e Interpretações ainda não adoptadas pelo Grupo.

2.22. Reporte por segmentos

Considerando que o Banco não detém títulos de capital próprio ou de dívida que sejam negociados publicamente, à luz do parágrafo 2 do *IFRS 8*, o Banco não apresenta informação relativa aos segmentos.

NOTA 3 PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os *IFRS* estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que a gestão efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são apresentadas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada no ponto 2.

3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros. Para o efeito e consequência da forte volatilidade e reduzida liquidez dos mercados durante o ano 2008, consideraram-se os seguintes *triggers* da existência de imparidade:

- Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses.
- Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamentos no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

3.4. Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros com maturidades definidas e pagamentos fixos ou determináveis, que o Grupo tem a intenção e capacidade de deter até à maturidade, de acordo com os requisitos do *IAS 39*.

O Grupo avalia regularmente a existência de evidência objectiva de imparidade na carteira de Investimentos detidos até à maturidade. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

3.5. Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Grupo, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.6. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma de benefício definido requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

NOTA 4 MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	2009			2008		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e proveitos similares						
Juros de aplicações	1.776.404	-	1.776.404	7.611.366	-	7.611.366
Juros de títulos disponíveis para venda	5.685.701	-	5.685.701	3.898.932	-	3.898.932
Juros de disponibilidades	601.716	-	601.716	3.539.183	-	3.539.183
Juros de investimentos detidos até à maturidade	7.282.091	-	7.282.091	3.268.032	-	3.268.032
Juros de créditos a clientes	1.830.566	-	1.830.566	2.841.874	-	2.841.874
Juros de activos financeiros detidos para negociação	-	12.158	12.158	-	4.600	4.600
Outros juros e rendimentos similares	22.048	-	22.048	462.141	-	462.141
	17.198.526	12.158	17.210.684	21.621.528	4.600	21.626.128
Juros e custos similares						
Juros de recursos de clientes	(3.728.922)	-	(3.728.922)	(10.039.564)	-	(10.039.564)
Juros de recursos de instituições de crédito	(47.363)	-	(47.363)	(1.125.567)	-	(1.125.567)
Juros de recursos de bancos centrais	(1.510.562)	-	(1.510.562)	(434.211)	-	(434.211)
Outros juros e encargos similares	(5.752)	-	(5.752)	(336.175)	-	(336.175)
	(5.292.599)	-	(5.292.599)	(11.935.517)	-	(11.935.517)
	11.905.927	12.158	11.918.085	9.686.011	4.600	9.690.611

NOTA 5 RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica, no montante de 1.322.547 euros (31 de Dezembro de 2008: 887.313 euros) é composta por dividendos de activos financeiros disponíveis para venda.

NOTA 6 RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	2009	2008
Rendimentos de serviços e comissões		
Por operações realizadas por conta de terceiros	4.682.317	15.955.658
Por serviços prestados	1.553.603	2.137.340
Por serviços de acessoria financeira	717.400	1.416.738
Por comissões de retrocesso	435.225	574.775
Por garantias prestadas	7.388	251.037
Por compromissos perante terceiros	9.550	9.490
Outros rendimentos de serviços e comissões	600.325	1.174.767
	8.005.808	21.519.805
Encargos com serviços e comissões		
Por operações realizadas por terceiros	(1.189.060)	(7.759.552)
Por operações sobre instrumentos financeiros	(217.635)	(278.498)
Por serviços bancários de terceiros	(147.586)	(192.157)
Outros encargos de serviços e comissões	(19.371)	(72.913)
Por garantias recebidas	(1.235)	(224)
	(1.574.887)	(8.303.344)
	6.430.921	13.216.461

NOTA 7 RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	2009			2008		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Activos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	1.850	-	1.850	37	-	37
De outros emissores	657.674	(759)	656.915	939.310	(3.828)	935.482
Acções	17.563.849	(6.465.137)	11.098.712	24.163.279	(33.302.942)	(9.139.663)
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	3.837.436	(3.789.045)	48.391	112.411	(126.552)	(14.141)
Contratos sobre taxas de juro	-	(75.900)	(75.900)	811.500	(1.117.572)	(306.072)
Contratos sobre acções/índices	1.593.418	(2.701.503)	(1.108.085)	19.772.918	(13.358.469)	6.414.449
Contratos sobre eventos de crédito	-	-	-	905.952	(428.516)	477.436
Contratos sobre futuros	10.967.929	(19.544.316)	(8.576.387)	29.078.050	(39.276.857)	(10.198.807)
Outros	3.914.980	(3.835.691)	79.289	31.804.632	(27.215.508)	4.589.124
	38.537.136	(36.412.351)	2.124.785	107.588.089	(114.830.244)	(7.242.155)

NOTA 8 RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	2009			2008		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	2.837.079	(6.751)	2.830.328	4.823	(24.850)	(20.027)
De outros emissores	8.426.879	(16.781)	8.410.098	1.854.560	(115.231)	1.739.329
Acções	1.443.162	(71.440)	1.371.722	2.980.230	(282.770)	2.697.460
	12.707.120	(94.972)	12.612.148	4.839.613	(422.851)	4.416.762

NOTA 9 RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica é composta por proveitos, no montante de 1.853.417 euros (31 de Dezembro de 2008: 3.306.143 euros).

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na nota 2.2.

NOTA 10 OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	2009	2008
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços diversos	21.507	17.637
Reembolsos de despesas	7.169	12.612
Outros	511.281	413.734
	539.957	443.983
Outros custos de exploração		
Impostos directos e indirectos	(117.078)	(105.436)
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	(84.427)	(63.969)
Quotizações e donativos	(31.748)	(23.430)
Outros	(17.462)	(178.780)
	(250.715)	(371.615)
	289.242	72.368

NOTA 11 CUSTOS COM PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

	2009	2008
Remunerações	(8.690.079)	(6.032.510)
Custos com pensões de reforma		
de Benefícios definidos (Nota 12)	(973.869)	(1.034.758)
de Contribuições definidas (Nota 12)	(171.888)	(93.950)
Encargos sociais obrigatórios	(965.809)	(932.112)
Outros custos com o pessoal	(241.493)	(263.905)
	(11.043.138)	(8.357.235)

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos aos Órgãos de Administração em 31 de Dezembro de 2009 ascendem ao montante de 4.172.536 euros (31 de Dezembro de 2008: 3.227.187 euros).

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão com funções directivas em 31 de Dezembro de 2009 ascendem ao montante de 2.018.561 euros (31 de Dezembro de 2008: 1.781.935 euros).

Por categoria profissional, o número médio de colaboradores do BiG durante os exercícios de 2009 e 2008 analisa-se como se segue:

	2009	2008
Funções directivas	18	19
Funções de chefia	25	25
Funções específicas	82	81
Funções administrativas	14	12
Funções auxiliares	1	1
	140	138

NOTA 12 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões de reforma

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões são:

	Pressupostos		Verificado	
	2009	2008	2009	2008
Pressupostos demográficos				
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90		
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001		
Pressupostos financeiros				
Taxa de rendimento do fundo	5,5%	5,5%	11,0%	-11,3%
Taxa de crescimento salarial	3,0%	3,0%	0,0%	1,6%
Taxa de correcção monetária	2,0%	2,0%		
Taxa de desconto	5,5%	5,5%		

De acordo com a política contabilística descrita na nota 2.14., a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma, corresponde às taxas de mercado vigentes à data de balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado.

Os participantes no Fundo são 6 colaboradores em actividade. De acordo com os termos do Plano, os benefícios definidos são de direito adquirido após os 60 anos com um número mínimo de serviço de 10 anos.

No que se refere ao Plano de Benefícios Definidos, a aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2009 e 2008:

	2009	2008
Responsabilidades em 31 de Dezembro	(7.243.402)	(6.479.179)
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro	7.833.101	7.041.985
Excesso de cobertura (nota 26)	589.699	562.806
Custos com serviços passados diferidos (nota 26)	2.631.652	2.983.008
Activos líquidos em balanço em 31 de Dezembro	3.221.351	3.545.814
Desvios actuariais acumulados abatidos a reservas	550.504	(98.902)

Conforme referido na nota 2.14., o Banco introduziu, em 29 de Dezembro de 2005, um Plano de Pensões de benefício definido para os colaboradores que optaram por este benefício.

Em 31 de Dezembro de 2005, o Banco efectuou a sua melhor estimativa da responsabilidade com pensões inerentes ao plano de benefício definido, tendo em consideração o número de colaboradores que esperava viessem a optar por este benefício. O valor das responsabilidades correspondentes a serviços passados, líquida do valor do fundo encontra-se a ser diferido ao longo de um período de 11,5 anos, à data de introdução do plano, correspondente ao período de tempo de serviço estimada destes colaboradores.

A evolução das responsabilidades pode ser analisada como se segue:

	2009	2008
Responsabilidades em 1 de Janeiro	(6.479.179)	(6.433.081)
Custo do serviço corrente	(650.653)	(720.178)
Custo dos juros	(323.959)	(321.654)
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	226.578	972.442
Pagamentos de benefícios e encargos	-	23.292
Transferências de direitos adquiridos	(16.189)	-
Responsabilidades em 31 de Dezembro	(7.243.402)	(6.479.179)

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2009 e 2008 pode ser analisada como se segue:

	2009	2008
Saldo do fundo em 1 de Janeiro	7.041.985	7.168.598
Rendimento real do fundo	774.927	(806.863)
Contribuições do Banco	-	703.542
Pagamento de benefícios e encargos	-	(23.292)
Transferência de direitos adquiridos	16.189	-
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	7.833.101	7.041.985

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como se segue:

	2009	2008
Títulos de dívida pública	3.757.037	3.365.073
Acções	1.685.449	1.187.005
Unidades de participação	99.629	73.237
Outros	2.290.986	2.416.670
Activos líquidos em balanço	7.833.101	7.041.985

A evolução dos custos de serviços passados diferidos nos exercícios de 2009 e 2008 pode ser analisada como se segue:

	2009	2008
Saldo em 1 de Janeiro	2.983.008	3.334.364
Amortização	(351.356)	(351.356)
Saldo em 31 de Dezembro	2.631.652	2.983.008

Os desvios actuariais reconhecidos em reservas podem ser analisados como se segue:

	2009	2008
Desvios actuariais acumulados em reservas em 1 de Janeiro	(98.902)	93.949
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:		
Responsabilidades	226.578	972.442
Do fundo	422.828	(1.165.293)
	649.406	(192.851)
Desvios actuariais acumulados em reservas em 31 de Dezembro	550.504	(98.902)

Os custos do exercício podem ser decompostos como se segue:

	2009	2008
Custo do serviço corrente	(650.653)	(720.178)
Custo dos juros	(323.959)	(321.654)
Rendimento esperado do fundo	352.099	358.430
Amortização do exercício	(351.356)	(351.356)
Custo do exercício	(973.869)	(1.034.758)

Em 31 de Dezembro de 2009, o Banco reconheceu como custo o montante de 171.888 euros (31 de Dezembro de 2008: 93.950 euros) relativo ao Plano de Contribuição Definida.

A evolução dos activos líquidos em balanço pode ser analisada como se segue:

	2009	2008
Activos líquidos em balanço em 1 de Janeiro	3.545.814	4.069.881
Custo do exercício	(973.869)	(1.034.758)
Ganhos / (Perdas) actuariais em reservas	649.406	(192.851)
Contribuições efectuadas no ano	-	703.542
Activos líquidos em balanço em 31 de Dezembro	3.221.351	3.545.814

A evolução das responsabilidades e saldo do fundo nos últimos 5 anos bem como os (ganhos) / perdas de experiência obtidos é como se segue:

	2009	2008	2007	2006	2005
Responsabilidades	(7.243.402)	(6.479.179)	(6.433.081)	(5.934.306)	(4.917.825)
Saldo dos fundos	7.833.101	7.041.985	7.168.598	5.133.998	880.750
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	589.699	562.806	735.517	(800.308)	(4.037.075)
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	(9.276)	(423.796)	3.316	65.795	-
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	(422.828)	(1.165.293)	308.124	67.878	-

Plano de remunerações com acções

As principais características de cada plano são apresentadas como se segue:

Plano	Data expectável de fim do plano	Número de opções à data de início do plano	Preço de exercício	Número de opções em 31/12/09
1999	Mai-2012	4.000.000	1,00	23.450
2005	Nov-2018	9.000.000	1,15	7.934.000
2007	Mar-2020	1.824.000	1,26	1.090.060
2007	Mar-2020	66.800	1,34	50.696
2007	Mar-2020	15.600	1,35	12.036
2008	Jan-2018	7.425.000	1,36	610.000
2008	Mar-2021	9.000	1,36	9.000
2008	Mar-2021	55.000	1,35	55.000
2008	Mar-2019	100.000	1,15	100.000

NOTA 13 GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	2009	2008
Rendas e alugueres	(893.855)	(897.843)
Fornecimentos	(872.699)	(599.798)
Comunicações	(532.608)	(460.024)
Deslocações, estadas e representação	(347.523)	(310.844)
Publicidade e edição de publicações	(388.975)	(288.607)
Serviços especializados		
Informática	(565.674)	(697.812)
Informações	(320.870)	(364.883)
Outros serviços especializados	(436.248)	(340.304)
Avenças e honorários	(231.711)	(92.364)
Bancos de dados	(45.620)	(48.037)
Segurança e vigilância	(52.329)	(22.635)
Mão de obra eventual	(13.599)	(19.016)
Outros	(794.075)	(219.485)
	(5.495.786)	(4.361.652)

Os honorários do exercício de 2009 e 2008 relativos à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas detalham-se como se segue:

	2009	2008
Serviços de Auditoria e Revisão legal de contas	55.500	45.000
Outros serviços de garantia de fiabilidade decorrentes da função do Revisor Oficial de Contas	37.000	51.500
	92.500	96.500

NOTA 14 RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado líquido pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco.

	2009	2008
Resultado líquido	12.329.102	6.425.930
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas	80.718.750	80.718.750
Número médio ponderado de acções próprias em carteira	(1.575)	(216.643)
Número médio de acções ordinárias em circulação	80.717.175	80.502.107
Resultado por acção básico (em euros)	0,15	0,08

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos por não existirem acções ordinárias diluidoras em 31 de Dezembro de 2009 e 2008.

NOTA 15 CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Caixa	1.410.649	710.828
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	3.412.031	1.922.563
	4.822.680	2.633.391

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

NOTA 16 DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	61.558.064	87.987.023
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	11.545.402	8.533.205
	73.103.466	96.520.228

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, ascendeu a 0,75% (31 de Dezembro de 2008: 3,49%).

NOTA 17 ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	552.977	28.020
Acções	8.598.631	2.151.523
Outros títulos de rendimento variável	1.379.336	3.993.036
	10.530.944	6.172.579
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	339.667	1.742.095
	10.870.611	7.914.674
Passivos financeiros detidos para negociação		
Vendas a descoberto	-	2.981.649
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	1.885.328	2.364.943
	1.885.328	5.346.592

Conforme política contabilística descrita na nota 2.5, os Títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo, independentemente da sua maturidade.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação - Títulos tem a seguinte composição no que se refere a títulos cotados e não cotados:

	2009			2008		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	552.977	-	552.977	28.020	-	28.020
Acções	8.598.631	-	8.598.631	2.151.523	-	2.151.523
Outros títulos de rendimento variável	1.379.336	-	1.379.336	3.993.036	-	3.993.036
	10.530.944	-	10.530.944	6.172.579	-	6.172.579

A rubrica Instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é analisada de seguida:

	2009			2008		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Activo	Passivo		Activo	Passivo
Derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio						
<i>Currency Options</i>	7.636.823	187.419	192.694	6.375.848	112.848	148.195
	7.636.823	187.419	192.694	6.375.848	112.848	148.195
Contratos sobre taxas de juro						
<i>Interest Rate Swaps</i>	5.000.000	-	52.713	5.000.000	36.786	-
	5.000.000	-	52.713	5.000.000	36.786	-
Contratos sobre acções/índices						
<i>Equity / Index Swaps</i>	17.966.735	116.946	1.262.522	67.209.788	1.192.159	386.136
<i>Equity / Index Options</i>	27.132.824	35.302	377.399	45.879.897	400.302	1.830.612
	45.099.559	152.248	1.639.921	113.089.685	1.592.461	2.216.748
	57.738.182	339.667	1.885.328	124.465.533	1.742.095	2.364.943

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o escalonamento dos Activos financeiros detidos para negociação - Títulos por prazos de maturidade, é como se segue:

	2009	2008
Títulos		
De 1 a 5 anos	552.977	28.020
Duração indeterminada	9.977.967	6.144.559
	10.530.944	6.172.579

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o escalonamento dos Instrumentos financeiros derivados por prazos de maturidade, é como se segue:

	2009		2008	
	Nocional	Justo valor	Nocional	Justo valor
Instrumentos financeiros derivados				
Até 3 meses	7.134.016	(26.534)	-	-
De 3 meses a 1 ano	38.860.246	(829.002)	90.251.765	(959.071)
De 1 a 5 anos	9.357.992	(686.209)	31.761.484	340.092
Duração indeterminada	2.385.925	(3.916)	2.452.284	(3.869)
	57.738.182	(1.545.661)	124.465.533	(622.848)

NOTA 18 ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Custo (1)	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	123.316.596	127.272	(1.653.164)	-	121.790.704
De outros emissores	148.443.812	2.201.815	(1.383.415)	-	149.262.212
Acções	29.540.718	-	(195.687)	(2.580.304)	26.764.727
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	301.301.126	2.329.087	(3.232.266)	(2.580.304)	297.817.643
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	9.096.874	204.763	-	-	9.301.637
De outros emissores	8.205.168	13.701	(101.262)	-	8.117.607
Acções	61.731.011	-	(10.866.960)	(1.065.735)	49.798.316
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	79.033.053	218.464	(10.968.222)	(1.065.735)	67.217.560

(1) custo amortizado para títulos de dívida e custo de aquisição no que se refere às acções.

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, ascendeu a 3,5% (31 de Dezembro de 2008: 4,05%).

De acordo com a política contabilística descrita na nota 2.5., o Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na nota 3.1..

A 31 de Dezembro de 2009, as menos valias das principais exposições em activos financeiros disponíveis para venda encontravam-se registadas nas reservas de justo valor, uma vez que não cumpriam os critérios de julgamento para reconhecimento de imparidade, nomeadamente não apresentavam desvalorizações

superiores a 30% face ao valor de aquisição, nem se verificavam valores de mercado inferiores ao valor de aquisição por um período superior a doze meses.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Grupo encontram-se analisados na nota 34.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica Activos financeiros disponíveis para venda tem a seguinte composição no que se refere a títulos cotados e não cotados:

	2009			2008		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	121.790.704	-	121.790.704	9.301.637	-	9.301.637
De outros emissores	130.748.814	18.513.398	149.262.212	8.117.607	-	8.117.607
Acções	26.764.397	330	26.764.727	37.246.289	12.552.027	49.798.316
	279.303.915	18.513.728	297.817.643	54.665.533	12.552.027	67.217.560

No decorrer do exercício de 2008 o Banco celebrou um contrato com o grupo TAP, mediante o qual foi mandatado para adquirir uma participação de 19,9% na SPdH – Serviços Portugueses de *Handling*, SA pelo valor de 12.551.697 euros. Nesse mesmo contrato, o Grupo TAP obrigou-se a adquirir esta participação, tendo pago de imediato e antecipadamente ao Banco a totalidade do preço de aquisição da participação. Estes títulos encontravam-se registados na rubrica Acções e foram alienados à TAP em 2009.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o escalonamento dos Activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como se segue:

	2009	2008
Até 3 meses	18.513.398	-
De 3 meses a 1 ano	5.093.432	722.601
De 1 a 5 anos	80.822.276	16.696.643
Mais de 5 anos	166.623.810	-
Duração indeterminada	26.764.727	49.798.316
	297.817.643	67.217.560

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

	2009	2008
Saldo inicial	1.065.735	170
Dotações	2.580.134	1.065.565
Utilizações	(1.065.565)	-
Saldo final	2.580.304	1.065.735

No decorrer do exercício de 2008 o Banco procedeu à transferência de títulos da carteira de Activos disponíveis para venda para Investimentos detidos até à maturidade, no montante de 111.592.641 (nota 21), de acordo com a alteração ao IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração emitido em Outubro de 2008 e adoptado pela União Europeia nesse ano.

A 31 de Dezembro de 2009, os montantes que seriam reconhecidos no ano se a reclassificação não tivesse sido efectuada são como se segue:

	2009
Alteração líquida na Reserva de justo valor	6.142.027
Efeito fiscal	(1.627.637)
	4.514.390

NOTA 19 APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos	65.097.764	141.201.238
Empréstimos	40.976	19.582
	65.138.740	141.220.820
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	4.164.943	15.458.821
Operações de compra com acordo de revenda	-	5.820.220
	4.164.943	21.279.041
	69.303.683	162.499.861

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, ascendeu a 2,61% (31 de Dezembro de 2008: 4,73%).

Os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito apresentavam a seguinte estrutura:

	2009	2008
Até 3 meses	69.262.726	132.009.990
De 3 meses a 1 ano	-	30.470.289
De 1 a 5 anos	40.957	19.582
	69.303.683	162.499.861

NOTA 20 CRÉDITO A CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	9.824.275	7.469.371
Créditos em conta corrente	10.373.501	2.959.499
Locação financeira	799.396	704.389
Descobertos	28.753	535.625
Outro crédito especializado	42.971	19.515
A particulares		
Créditos em conta corrente	27.670.259	10.081.358
Habitação	4.741.505	4.348.023
Locação financeira	1.281.587	1.266.183
Descobertos	118.048	327.691
Empréstimos	-	55.131
Outro crédito especializado	1.308.664	1.433.600
	56.188.959	29.200.385
Crédito ao exterior		
A empresas		
Descobertos	2.390	502
Créditos em conta corrente	-	500
A particulares		
Créditos em conta corrente	567.634	97.244
Descobertos	2.604	2.099
	572.628	100.345
Crédito e juros vencidos		
Há mais de 90 dias	129.345	113.761
	129.345	113.761
	56.890.932	29.414.491
Provisões para imparidade do crédito	(177.657)	(181.683)
	56.713.275	29.232.808

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, ascendeu a 4,87% (31 de Dezembro de 2008: 6,9%).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 a rubrica Crédito em conta corrente reflecte o crédito concedido ao abrigo da "conta margem", o qual tem subjacente um colateral de depósitos ou títulos domiciliados no Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2009, a carteira de crédito do Grupo inclui crédito concedido a membros do Conselho de Administração no montante de 424.161 euros decorrente da política de pessoal, ao abrigo do nº 4 do art. 85º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (31 de Dezembro de 2008: 983.318 euros).

Os prazos residuais do crédito a clientes, incluindo o crédito e juros vencidos, apresentavam a seguinte estrutura:

	2009	2008
Até 3 meses	38.861.296	20.774.230
De 3 meses a 1 ano	1.557.874	46.723
De 1 a 5 anos	10.586.402	3.351.208
Mais de 5 anos	5.756.015	5.128.569
Duração indeterminada	129.345	113.761
	56.890.932	29.414.491

Os movimentos ocorridos nas provisões para imparidade do crédito são apresentados como se segue:

	2009	2008
Saldo inicial	181.683	170.374
Dotações	23.142	30.199
Utilizações	-	(18.890)
Transferências	(27.168)	-
Saldo final	177.657	181.683

A distribuição do Crédito a clientes por tipo de taxa pode ser apresentada como se segue:

	2009	2008
Taxa variável	55.798.634	28.338.346
Taxa fixa	1.092.298	1.076.175
	56.890.932	29.414.491

Os prazos residuais do capital em locação, apresentavam a seguinte estrutura:

	2009	2008
Rendas e valores residuais vincendos		
Até 3 meses	6.198	1.035
De 3 meses a 1 ano	26.998	11.572
De 1 a 5 anos	1.928.378	1.805.458
Mais de 5 anos	289.006	408.844
	2.250.580	2.226.909
Juros vincendos		
Até 3 meses	12	6
De 3 meses a 1 ano	239	201
De 1 a 5 anos	134.573	188.795
Mais de 5 anos	34.773	67.335
	169.597	256.337
Capital vincendo		
Até 3 meses	6.186	1.029
De 3 meses a 1 ano	26.759	11.371
De 1 a 5 anos	1.793.805	1.616.663
Mais de 5 anos	254.233	341.509
	2.080.983	1.970.572

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o detalhe da imparidade apresenta-se como segue:

2009							
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfolio		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a empresas	183.803	16.153	23.867.134	8.663	24.050.937	24.816	24.026.121
Crédito a particulares	406.942	116.942	32.433.053	35.899	32.839.995	152.841	32.687.154
Total	590.745	133.095	56.300.187	44.562	56.890.932	177.657	56.713.275

2008							
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfolio		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a empresas	180.754	12.844	11.776.174	11.492	11.956.928	24.336	11.932.592
Crédito a particulares	537.407	92.147	16.920.156	65.200	17.457.563	157.347	17.300.216
Total	718.161	104.991	28.696.330	76.692	29.414.491	181.683	29.232.808

NOTA 21 INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Reserva de justo valor		Valor balanço
	Positiva	Negativa	
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De outros emissores	12.006	(2.819.653)	141.753.449
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	12.006	(2.819.653)	141.753.449
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De outros emissores	19.497	(4.783.600)	134.538.441
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	19.497	(4.783.600)	134.538.441

O escalonamento dos Investimentos detidos até à maturidade por prazos de vencimento é apresentado como se segue:

	2009	2008
Até 3 meses	6.194.210	-
De 3 meses a 1 ano	17.181.435	5.789.405
De 1 a 5 anos	85.285.209	111.862.493
Mais de 5 anos	33.092.595	16.886.543
	141.753.449	134.538.441

O justo valor da carteira de Investimentos detidos até à maturidade encontra-se apresentado na nota 36.

No decorrer do exercício de 2008 o Banco procedeu à transferência de títulos da carteira de Activos financeiros disponíveis para venda para Investimentos detidos até à maturidade, conforme mapa que se segue:

	Valor de aquisição	Valor de balanço	À data de transferência		Cash flows futuros	Taxa efectiva	Valor de mercado Dez 2008	Reserva de justo valor a amortizar Dez 2008	Impacto em resultados
			Reserva de justo valor Positiva	Negativa					
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo									
De outros emissores	119.020.655	114.592.641	22.622	5.496.581	129.914.003	7%	108.165.482	5.337.168	(136.791)

O Banco avalia regularmente a existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de Investimentos detidos até à maturidade, considerando não existirem eventos com impacto no montante expectável dos fluxos de caixa futuros.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Grupo encontram-se analisados na nota 34.

NOTA 22 ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2009 o valor apresentado refere-se a um imóvel recebido em dação, resultante de um processo em contencioso.

NOTA 23 ACTIVOS TANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Imóveis		
Beneficiações em imóveis	2.231.809	2.219.741
De serviço próprio	14.281.243	1.148.353
	16.513.052	3.368.094
Equipamento		
Equipamento informático	4.191.222	3.954.593
Mobiliário e material	1.343.291	529.988
Instalações e interiores	1.007.040	308.497
Equipamento de segurança	1.179.897	103.402
Máquinas e ferramentas	102.311	91.836
Outros equipamentos	206.250	-
Material de transporte	3.514	-
	8.033.525	4.988.316
Imobilizado em curso		
Imóveis de serviço próprio	829	8.520.414
	829	8.520.414
	24.547.406	16.876.824
Depreciação acumulada	(6.008.867)	(5.129.497)
	18.538.539	11.747.327

Em 2008 a rubrica Imobilizado em curso respeitava, essencialmente, ao edifício da sede em construção nesta data.

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 1 de Janeiro de 2008	2.275.885	4.664.824	5.470.185	12.410.894
Adições	110.907	323.492	4.031.531	4.465.930
Transferências	981.302	-	(981.302)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	3.368.094	4.988.316	8.520.414	16.876.824
Adições	606.547	797.986	6.349.440	7.753.973
Transferências	12.538.411	2.247.223	(14.869.025)	(83.391)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	16.513.052	8.033.525	829	24.547.406
Depreciações				
Saldo em 1 de Janeiro de 2008	826.853	3.643.332	-	4.470.185
Amortizações do exercício	259.011	400.301	-	659.312
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	1.085.864	4.043.633	-	5.129.497
Amortizações do exercício	385.885	493.485	-	879.370
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	1.471.749	4.537.118	-	6.008.867
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2009	15.041.303	3.496.407	829	18.538.539
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2008	2.282.230	944.683	8.520.414	11.747.327

NOTA 24 ACTIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	6.147.017	5.618.419
Outras imobilizações	586.747	586.747
	6.733.764	6.205.166
Imobilizações em curso	-	27.560
	6.733.764	6.232.726
Amortização acumulada	(6.129.588)	(5.760.484)
	604.176	472.242

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Total
Custo de aquisição			
Saldo em 1 de Janeiro de 2008	5.501.859	614.307	6.116.166
Adquiridas a terceiros	116.560	-	116.560
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	5.618.419	614.307	6.232.726
Adquiridas a terceiros	505.648	-	505.648
Transferências	22.950	(27.560)	(4.610)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	6.147.017	586.747	6.733.764
Amortizações			
Saldo em 1 de Janeiro de 2008	4.691.142	586.747	5.277.889
Amortizações do exercício	482.595	-	482.595
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	5.173.737	586.747	5.760.484
Amortizações do exercício	369.104	-	369.104
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	5.542.841	586.747	6.129.588
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2009	604.176	-	604.176
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2008	444.682	27.560	472.242

NOTA 25 INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

2009					
	N.º de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (euros)	Custo da participação	Valor de balanço
BiG Capital - SGPS, SA	5.562.138	34,76%	5.562.138	5.562.138	4.794.425

2008					
	N.º de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (euros)	Custo da participação	Valor de balanço
BiG Capital - SGPS, SA	6.562.138	41,01%	6.562.138	6.562.138	5.614.917

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os detalhes da BiG Capital, são apresentados como se segue:

2009			2008		
	Total do activo	Total do capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do activo	Total do capital próprio
BiG capital - SGPS, SA	15.669.488	13.665.735	(2.226.770)	15.937.806	13.685.186
					(811.982)

NOTA 26 OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Aplicações - Contas caução	583.095	1.955.967
Devedores por operações sobre futuros e opções	1.641.046	1.078.501
Devedores e outras aplicações	61.599	425.491
Sector público administrativo	120.589	120.589
Devedores diversos	888.011	409.582
	3.294.340	3.990.130
Provisão para perdas por imparidade para outros activos	(690.168)	(265.739)
	2.604.172	3.724.391
Rendimentos a receber	332.444	769.205
Despesas com custo diferido	258.815	771.409
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	17.733.669	34.847.598
Activos líquidos relativos ao plano de pensões (nota 12)	589.699	562.806
Outras operações a regularizar	317.087	288.792
	18.640.455	35.699.196
Pensões de reforma - custos com serviços passados diferidos (nota 12)	2.631.652	2.983.008
	24.467.538	43.947.209

As operações de venda e de compra de títulos, cuja liquidação financeira ocorreu posteriormente à data do balanço, encontram-se registadas na rubrica Operações sobre valores mobiliários a regularizar.

Os movimentos ocorridos em Provisões para perdas por imparidade para outros activos são apresentados como se segue:

	2009	2008
Saldo inicial	265.739	126.766
Dotações	568.016	146.791
Utilizações	(70.270)	(7.818)
Reversões	(55.863)	-
Cambial	(17.454)	-
Saldo final	690.168	265.739

NOTA 27 RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica, no montante de 230.783.194 euros (31 de Dezembro de 2008: 84.011.667 euros), respeita a recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais, integralmente colateralizados por títulos das carteiras de Activos financeiros disponíveis para venda e Investimentos detidos até à maturidade. O prazo de vencimento destes recursos em 31 de Dezembro de 2009 é de 3 meses a 1 ano e em 2008 é inferior a uma semana.

O valor dos títulos dados em garantia ascende a 273.151.284 euros (31 de Dezembro de 2008: 87.336.914 euros, ver nota 34).

NOTA 28 RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
No país		
Depósitos	166.631	224.985
	166.631	224.985
No estrangeiro		
Depósitos	5.688.095	2.185.399
Recursos a muito curto prazo	2.331.666	195.000
Outros recursos	1.373.635	7.183.160
	9.393.396	9.563.559
	9.560.027	9.788.544

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, ascendeu a 0,3% (31 de Dezembro de 2008: 4,25%).

Os prazos residuais dos Recursos de outras instituições de crédito, apresentavam a seguinte estrutura:

	2009	2008
Até 3 meses	9.560.027	8.426.138
De 1 a 5 anos	-	1.362.406
	9.560.027	9.788.544

NOTA 29 RECURSOS DE CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Depósitos à ordem	175.707.948	127.782.004
Depósitos a prazo	109.993.780	135.769.083
Outros	19.283.279	32.938.677
	304.985.007	296.489.764

Os prazos residuais dos Recursos a clientes, apresentavam a seguinte estrutura:

	2009	2008
Até 3 meses	266.333.883	254.568.459
De 3 meses a 1 ano	32.433.487	39.279.197
De 1 a 5 anos	6.217.637	2.642.108
	304.985.007	296.489.764

NOTA 30 PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Outras provisões
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	162.021
Reposições	(1.795)
Utilizações	(10.226)
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	150.000
Dotações	12.480
Transferências	27.168
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	189.648

NOTA 31 IMPOSTOS

O Banco e as suas Subsidiárias estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente derrama. O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2009 e 2008 foi apurado pelo Banco e as suas Subsidiárias com base numa taxa nominal de imposto e derrama de 26,5%, de acordo com a Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro. O cálculo do imposto diferido de 2009 e 2008 foi apurado com base na taxa de 26,5%, taxa que se encontrava substancialmente aprovada à data do balanço, como resultado da aprovação da lei das finanças locais que alterou a forma de cálculo da derrama bem como a respectiva taxa a aplicar.

As declarações de autoliquidação, do Banco e das suas Subsidiárias ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2009 e 2008 podem ser analisados como seguem:

	2009	2008
Prejuízos fiscais reportáveis	-	827.911
Provisões	424.277	345.539
Activos financeiros detidos para negociação	(17.284)	(34.567)
Activos financeiros disponíveis para venda	(192.903)	(1.369.377)
Outros	203.365	71.898
Imposto diferido activo / (passivo) líquido	417.455	(158.596)
Movimento do imposto no ano	576.051	(570.521)

O movimento do imposto diferido em 2009 e 2008 explica-se de seguida:

	2009			2008		
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Total	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Total
Prejuízos fiscais reportáveis	-	(827.911)	(827.911)	-	827.911	827.911
Provisões	78.738	-	78.738	90.962	-	90.962
Activos financeiros detidos para negociação	17.283	-	17.283	17.284	-	17.284
Activos financeiros disponíveis para venda	9.568	1.166.906	1.176.474	9.569	(1.435.695)	(1.426.126)
Outros	131.467	-	131.467	(80.552)	-	(80.552)
	237.056	338.995	576.051	37.263	(607.784)	(570.521)

O imposto sobre o rendimento reportado em resultados e reservas, explica-se como se segue:

	2009	2008
Reconhecido em reservas		
Imposto corrente	(2.014.208)	2.429.650
Imposto diferido	338.995	(607.784)
	(1.675.213)	1.821.866
Reconhecido em resultados		
Imposto corrente		
Do exercício	(2.729.181)	(2.507.846)
De exercícios anteriores	5.895	54.674
	(2.723.286)	(2.453.172)
Imposto diferido	237.056	37.263
	(2.486.230)	(2.415.909)
	(4.161.443)	(594.043)

A reconciliação da taxa de imposto para os exercícios de 2009 e 2008 pode ser analisada como se segue:

	2009		2008	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de impostos		14.815.332		8.841.839
Imposto apurado com base na taxa de imposto	26,50%	3.926.063	26,50%	2.343.087
Fundo de pensões	0,00%	-	3,15%	278.638
Dividendos não tributáveis	-9,85%	(1.459.719)	-1,35%	(119.090)
Correcções nos casos de crédito de imposto	0,09%	13.168	0,00%	-
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais	4,24%	628.764	0,64%	56.186
Benefícios fiscais	-0,33%	(49.197)	-0,49%	(43.706)
Valias contabilísticas e fiscais	-3,86%	(571.169)	0,00%	-
Tributação autónoma e dupla tributação internacional	0,18%	27.407	-0,86%	(75.350)
Outros	-0,20%	(29.087)	-0,27%	(23.856)
	16,78%	2.486.230	27,32%	2.415.909

NOTA 32 OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Credores e outros recursos		
Por operações de futuros e opções	1.660.020	2.224.816
Recursos diversos	828.750	835.000
Sector público administrativo	1.346.440	731.337
Credores por operações sobre valores mobiliários	3.207	3.839
Credores por fornecimento de bens	29.560	119
Outros credores	1.521	50
	3.869.498	3.795.161
Custos a pagar		
Encargos com o pessoal	1.339.302	3.345.100
Outros encargos a pagar	1.392.749	929.803
	2.732.051	4.274.903
Receitas com rendimento diferido	469.384	742.339
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	16.938.169	37.070.298
Outras operações a regularizar	510.731	13.871.136
	17.448.900	50.941.434
	24.519.833	59.753.837

As operações de venda e de compra de títulos, cuja liquidação financeira ocorreu posteriormente à data do balanço, encontram-se registadas na rubrica Operações sobre valores mobiliários a regularizar.

NOTA 33 CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO, ACÇÕES PRÓPRIAS E RESERVAS

Capital

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o capital do Grupo encontra-se representado por 87.570.000 acções, com o valor nominal de 1 euro cada, integralmente subscrito e realizado.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a estrutura accionista do Grupo é a seguinte:

	2009	2008
António da Silva Rodrigues	12,34%	12,34%
Adger – SGPS, S.A.	10,98%	10,98%
Carlos Adolfo Coelho Figueiredo Rodrigues	8,44%	8,44%
WWC World Wide Capital - SPGS, SA	8,00%	4,99%
JRI – SGPS, S.A.	5,17%	5,17%
MSF – SGPS, S.A.	5,00%	5,00%
Edimo, Sociedade Internacional de Gestão SGPS, Unipessoal Lda	4,99%	0,00%
Carlos Pompeu Ramalhão Fortunato	4,69%	4,69%
Nicholas Leo Racich	4,54%	4,54%
José António de Melo Pinto Ribeiro	3,32%	3,32%
Alfredo Milne e Carmo	2,11%	2,11%
Manuel Domingos Vicente	0,00%	4,99%
Outros	30,41%	33,43%
	100,00%	100,00%

Durante o exercício de 2008 o Banco procedeu ao aumento de capital de 75.082.920 euros para 87.570.000 euros mediante a emissão de 12.487.080 acções ordinárias nominativas com valor nominal de 1 euro cada, para fazer face ao exercício de opções de subscrição de acções.

Prémios de emissão

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os prémios de emissão no montante de 8.886.393 euros referem-se aos prémios pagos pelos accionistas nos aumentos de capital realizados.

Acções próprias

O movimento ocorrido nas acções próprias é como segue:

	2009		2008	
	Nº de acções	Valor	Nº de acções	Valor
Acções próprias				
Saldo no início do ano	1.575	2.326	363.893	537.394
Alienações	-	-	(362.318)	(535.068)
Saldo no final do ano	1.575	2.326	1.575	2.326
Empréstimos para aquisição acções próprias				
Saldo no início do ano	1.818.808	2.113.948	39.718	51.634
Movimento	(1.453.663)	(1.683.013)	1.779.090	2.062.314
Saldo no final do ano	365.175	430.935	1.818.808	2.113.948
Saldo final	366.750	433.261	1.820.383	2.116.274

Reserva legal

De acordo com o disposto no art. 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/91, de 31 de Dezembro e alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 25 de Setembro, o Grupo deverá destinar uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

Reserva de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda deduzidas da imparidade reconhecida em resultados. O valor desta rubrica é apresentado líquido de impostos diferidos e impostos correntes.

A reserva de justo valor para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é analisada da seguinte forma:

	2009	2008
Custo dos activos financeiros disponíveis para venda (1)	301.301.126	79.033.053
Perdas por imparidade	(2.580.304)	(1.065.735)
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	297.817.643	67.217.560
Perdas potenciais reconhecidas na reserva de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	(903.179)	(10.749.758)
Perdas potenciais reconhecidas na reserva de justo valor de investimentos detidos até à maturidade	(2.807.647)	(4.764.103)
Reserva de justo valor de associadas	43.693	(853.746)
Impostos diferidos	(183.335)	(522.330)
Impostos correntes	933.397	2.947.605
	(2.917.071)	(13.942.332)

(1) custo amortizado para títulos de dívida e custo de aquisição no que se refere às acções.

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos, para os exercícios de 2009 e 2008 é analisado da seguinte forma:

	2009	2008
Saldo em 1 de Janeiro	(13.942.332)	(2.347.115)
Variação de justo valor	11.803.035	(12.833.091)
Reserva de justo valor de associadas excluídas de consolidação	897.439	(583.992)
Impostos correntes reconhecidos no exercício em reservas	(2.014.208)	2.429.650
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas	338.995	(607.784)
	11.025.261	(11.595.217)
Saldo em 31 de Dezembro	(2.917.071)	(13.942.332)

NOTA 34 CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Activos dados em garantia	286.195.514	100.862.104
Garantias e avals	1.405.739	1.504.541
	287.601.253	102.366.645
Garantias recebidas		
Garantias pessoais		
Garantias e avals	1.520.010	258.455
Outras	1.068.351	995.130
Garantias reais		
Títulos	72.460.650	19.255.887
Créditos	12.051.039	18.576.323
Valores imobiliários	12.691.774	11.829.843
	99.791.824	50.915.638
Compromissos perante terceiros		
Compromissos irrevogáveis		
Operações a prazo	-	78.895
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnizações aos Investidores	948.433	1.257.268
Compromissos revogáveis		
Facilidades de descoberto em conta	106.534.554	82.165.386
	107.491.987	83.501.549
Responsabilidades por prestação de serviços		
Por depósito e guarda de valores	847.384.919	664.700.434
Por valores administrados pela instituição	35.911.680	33.754.744
Por cobrança de valores	19.077	10.145
	883.315.676	698.465.323

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo da rubrica Activos dados em garantia inclui:

- títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 7.345.730 euros (31 de Dezembro de 2008: 7.000.000 euros), estes títulos estão classificados em balanço na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda.
- títulos dados em garantia ao Sistema de Indemnização ao Investidor no montante de 1.093.500 euros (31 de Dezembro de 2008: 700.000 euros), estes títulos estão classificados em balanço na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda.
- títulos dados em garantia ao Sistema Europeu de Bancos Centrais no montante de 273.151.284 euros (31 de Dezembro de 2008: 87.336.914 euros), estes títulos estão classificados em balanço na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda e Investimentos detidos até à maturidade.
- títulos dados em garantia à LCH.Clearnet no montante de 4.605.000 euros (31 de Dezembro de 2008: 5.825.190 euros), estes títulos estão classificados em balanço na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo da rubrica Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores corresponde à obrigação irrevogável que o Banco assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de accionamento, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

NOTA 35 TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Nos exercícios findos em 2009 e 2008, o montante global dos activos, passivos, proveitos e custos relativos a transacções efectuadas com entidades relacionadas foram os seguintes:

	2009				2008			
	Activo	Passivo	Custos	Proveitos	Activo	Passivo	Custos	Proveitos
Empresas associadas								
BiG Capital, SGPS, SA	1.974.217	1.010.251	(97.929)	217.719	(1.423)	1.953.343	(206.935)	140.125

NOTA 36 JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o justo valor dos activos e passivos financeiros é apresentado da seguinte forma:

	Valores de cotação de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Outros ao custo amortizado	Total valor de balanço	Justo valor
31 de Dezembro de 2009						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	4.822.680	4.822.680	4.822.680
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	73.103.466	73.103.466	73.103.466
Activos financeiros detidos para negociação	10.530.944	339.667	-	-	10.870.611	10.870.611
Activos financeiros disponíveis para venda	279.303.915	-	330	18.513.398	297.817.643	297.817.643
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	69.303.683	69.303.683	69.303.683
Crédito a clientes	-	-	-	56.713.275	56.713.275	56.713.275
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	141.753.449	141.753.449	146.533.402
Activos financeiros	289.834.859	339.667	330	364.209.951	654.384.807	659.164.760
Recursos de bancos centrais	-	-	-	230.783.194	230.783.194	230.783.194
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.885.328	-	-	1.885.328	1.885.328
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	9.560.027	9.560.027	9.560.027
Recursos de clientes	-	-	-	304.985.007	304.985.007	304.985.007
	-	1.885.328	-	545.328.228	547.213.556	547.213.556
31 de Dezembro de 2008						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	2.633.391	2.633.391	2.633.391
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	96.520.228	96.520.228	96.520.228
Activos financeiros detidos para negociação	6.172.579	1.742.095	-	-	7.914.674	7.914.674
Activos financeiros disponíveis para venda	54.665.533	-	-	12.552.027	67.217.560	67.217.560
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	162.499.861	162.499.861	162.499.861
Crédito a clientes	-	-	-	29.232.808	29.232.808	29.232.808
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	134.538.441	134.538.441	126.732.530
Activos financeiros	60.838.112	1.742.095	-	437.976.756	500.556.963	492.751.052
Recursos de bancos centrais	-	-	-	84.011.667	84.011.667	84.011.667
Passivos financeiros detidos para negociação	2.981.649	2.364.943	-	-	5.346.592	5.346.592
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	9.788.544	9.788.544	9.788.544
Recursos de clientes	-	-	-	296.489.764	296.489.764	296.489.764
	2.981.649	2.364.943	-	390.289.975	395.636.567	395.636.567

Os Activos e Passivos ao justo valor do Grupo BiG, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transacções para estes activos/passivos negociados em mercados líquidos.

Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado – consiste na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, o Grupo utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.

Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Durante o exercício de 2009 não foram efectuadas transferências entre os diferentes níveis de valorização dos activos e passivos.

De seguida são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, disponibilidades em outras instituições de crédito e aplicações em instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Activos e passivos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas pelos principais operadores financeiros.

Derivados de negociação

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados utiliza-se o respectivo preço de mercado. No que respeita aos derivados *over the counter* aplicam-se os modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado, nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, bem como as respectivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação divulgada pela *Bloomberg*, nomeadamente as resultantes das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de juro de curto prazo são obtidos no *Euro Money Market*.

Os principais parâmetros utilizados, nos modelos de valorização foram os seguintes:

As curvas das taxas de juro das principais moedas, para os anos 2009 e 2008, podem ser analisadas como segue:

(valores em %)	2009		2008	
	EUR	USD	EUR	USD
<i>Overnight</i>	0,290	0,200	2,050	0,000
1 mês	0,453	0,231	2,603	0,436
3 meses	0,700	0,251	2,892	1,425
6 meses	0,994	0,430	2,971	1,750
9 meses	1,127	0,713	3,018	1,898
1 ano	1,248	0,984	3,049	2,004
3 anos	2,248	2,056	2,955	1,749
5 anos	2,810	2,981	3,250	2,133
7 anos	3,216	3,537	3,479	2,310
10 anos	3,583	3,971	3,470	2,563
15 anos	3,963	4,360	3,923	2,733
20 anos	4,062	4,467	3,883	2,743
25 anos	4,022	4,500	3,698	2,706
30 anos	3,944	4,537	3,568	2,707

As volatilidades a 90 dias dos instrumentos de taxas de juro, calculadas sobre os preços dos instrumentos de dívida pública para os prazos mais líquidos (futuros de obrigações), nos anos 2009 e 2008, podem ser analisadas como se segue:

(valores em %)	2009		2008	
	EUR	USD	EUR	USD
3 anos	2,90	3,62	54,21	129,93
5 anos	3,79	3,77	2,90	3,69
7 anos	4,21	5,91	6,10	8,18
10 anos	5,70	7,00	8,52	13,24

A evolução das taxas de câmbio das principais moedas, para os anos 2009 e 2008, e respectivas volatilidades históricas utilizadas na valorização dos derivados cambiais, pode ser analisada como segue:

	2009	2008	Volatilidades		
			3 meses	6 meses	1 ano
EUR/USD	1,441	1,3971	8,213	10,093	14,453
EUR/GBP	0,888	0,955	9,260	9,343	13,192
EUR/JPY	133,160	126,700	11,972	13,674	21,269
EUR/CHF	1,484	1,493	2,459	3,714	6,256

A evolução dos principais índices de acções, para os anos 2009 e 2008, e respectivas volatilidades utilizadas na valorização dos derivados sobre acções e índices de acções, pode ser analisada como segue:

	Cotação			Volatilidade histórica		Volatilidade implícita	
	2009	2008	Variação	1 mês	3 meses	Call	Put
<i>PSI20</i>	8.463,85	6.341,34	33,5	15,36	16,57	18,05	18,05
<i>Eurostoxx</i>	2.964,96	2.447,62	21,1	20,46	20,64	21,67	21,89
<i>DAX</i>	5.957,43	4.810,20	23,8	20,27	20,90	21,10	21,14
<i>S&P</i>	1.115,10	903,25	23,5	12,36	16,09	18,16	18,16
<i>Nasdaq 100</i>	1.860,31	1.211,65	53,5	14,16	16,25	19,34	19,34
<i>Dow Jones Ind.</i>	10.428,00	8.776,39	18,8	11,33	14,16	16,05	16,05

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares. Considerando que a carteira do Banco é composta essencialmente por créditos de curto prazo e créditos recentemente originados, considera-se o valor de balanço como uma estimativa razoável do justo valor do crédito a clientes.

Recursos de outras instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais praticadas para instrumentos com características similares. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

NOTA 37 GESTÃO DE RISCO DE ACTIVIDADE

Enquadramento

O Banco procura gerir diariamente os riscos inerentes ao negócio bancário, designadamente riscos de mercado, de liquidez, de crédito, operacionais, tecnológicos, de *compliance* e reputacionais. Informação adicional sobre este tema encontra-se disponível no Relatório do Conselho de Administração 2009.

Pelo facto destes riscos estarem, por norma, relacionados, o Banco estruturou um sistema de controlo interno que, mediante procedimentos, políticas e outros instrumentos de controlo, procura gerir todos os riscos de forma abrangente e integrada. Estes procedimentos e políticas são concebidos, genericamente, para garantir um processamento eficaz, a existência de sistemas robustos, a tomada de risco apropriada, o reporte independente e um comportamento responsável, bem como o respeito pela aderência a orientações regulamentares, legais e prudenciais.

Na gestão da sua exposição ao risco, o Banco guia-se pelos seguintes princípios básicos:

- Revisão regular das políticas e procedimentos pela Administração
- Estabelecimento formal de responsabilidades pela gestão de risco no Banco
- Processo de vigilância independente das unidades de negócio
- Políticas e procedimentos destinados a assegurar uma apropriada diversificação das categorias de riscos
- Manutenção de um sistema apropriado de reporte interno
- Avaliação e medição disciplinada dos riscos, incluindo medidas estatísticas e qualitativas
- Formação em identificação de riscos nas diversas unidades de negócio

Medição de risco

O Banco utiliza uma série de metodologias diferentes para medir e controlar aos diferentes tipos de exposição ao risco, que são analisadas em conjunto com informações sobre o risco específico de contraparte ou de país, designadamente:

- *Value at Risk (VaR)*
- Limites por contraparte, família, classe de activos ou portfolio
- Limites de concentração
- *Basis Point Values*
- Medidas não estatísticas, tais como testes de *stress (Economic Value e de Earnings at Risk)* e análises de sensibilidade a parâmetros de risco de produtos derivados (*greeks*)
- *Back testing*

A gestão do risco é um processo evolutivo e é um dos focos diários da atenção da Administração, especialmente porque uma qualquer metodologia isolada é habitualmente insuficiente para proporcionar uma visão completa das nossas exposições. Enquanto política, procuramos quantificar as potenciais perdas associadas com todos os aspectos do nosso negócio, de modo a termos uma estimativa prévia razoável dos potenciais danos em caso de eventos inesperados. Estes podem ir desde as que são possíveis com base em dados históricos recentes, até aos que consideramos altamente improváveis, mas que ainda assim podem ser estimados com base na assunção de certos cenários extremos.

Uma avaliação de risco de mercado envolve uma revisão, diária, de todas as medidas acima mencionadas. O risco de crédito geralmente concentra o seu foco em exposições nominais e fraccionadas, concentrações por mutuário ou grupo, sector ou geografia e *stress testing*. A gestão dos riscos de liquidez, taxa de juro e cambial combinam um conjunto de metodologias, entre as quais se incluem *basis point values* e análises de cenário. As exposições a derivados são medidas com análises de sensibilidade de exposições medidas em *basis points*. Uma avaliação dos riscos mais subjectivos aos quais o banco pode estar exposto, tais como o risco reputacional e o risco de correlação, dependem de análises de cenário de modo a atingir estimativas quantitativas.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa a possível perda no valor dos instrumentos financeiros como resultado de alterações nas condições de mercado.

Em termos de mercados financeiros, os riscos chave a gerir estão relacionados com:

- Risco de Liquidez: resultante da gestão da tesouraria e nas diferenças de maturidade dos activos e passivos.
- Risco taxa de juro: resultantes de mudanças no nível, declive e curvatura da curva de taxas de juro, volatilidade de taxas de juro e duração das margens de crédito.
- Risco de preço de valores mobiliários e matérias-primas: resultantes de exposições a mudanças nos preços dos activos subjacentes e volatilidade.
- Risco taxa de câmbio: resultante de exposições a mudanças nos preços à vista, em momento futuro, e volatilidade.
- Risco de derivados: resultante da gestão da nossa exposição a mudanças de preços dos activos subjacentes utilizados para cobrir posições e produtos de Clientes.

VaR

Ao nível das linhas individuais de produtos e carteiras de clientes, medidas estatísticas tais como o *VaR* são combinadas com medidas não estatísticas, incluindo testes de esforço, *back testing* e *earnings at risk advisories* para assegurar controlos adequados sobre resultados esperados por tipo de risco em todas as condições de mercado. O Banco calcula o *VaR* usando o horizonte temporal a um mês (22 dias úteis) e um nível de confiança de 99%. Isto significa que o Banco deveria esperar incorrer em perdas superiores às estimativas do *VaR* apenas uma vez em cada 100 dias de exposição ao mercado, ou aproximadamente 2,5 vezes por ano. Uma vez que o *VaR* é uma abordagem teórica baseada em dados históricos, o modelo tem limitações e pode não produzir sempre previsões exactas sobre o risco de mercado futuro. As mudanças de *VaR* entre períodos de reporte, por exemplo, são genericamente devidas a mudanças nos níveis de exposição, volatilidade e correlação entre valores mobiliários.

O *VaR* para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, encontra-se apresentado conforme segue:

	2009				2008			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	8.100	19.532	89.886	1.065	3.026	30.817	101.357	1.311
Risco taxa de juro	-	66.479	360.204	-	72.691	230.074	701.930	4.299
Acções	25.649	69.934	254.750	2.651	99.859	220.311	617.467	29.332
Opções	67.106	95.070	404.006	9.247	77.026	286.448	2.080.265	20.420
Efeito da diversificação	53%	59%			41%	39%		
	47.865	101.868	734.183	38.384	148.067	468.411	2.702.945	18.271

Stress Testing

Estes testes são complementares aos limites de *VaR* e são uma ferramenta essencial para gerir o risco de mercado. Ao utilizar o *stress testing* económico, o Banco procura estimar as perdas potenciais associadas com um determinado instrumento, livro ou carteira, em diferentes cenários. Os *stress tests* de proveitos em risco proporcionam à Administração uma estimativa da variação potencial no valor de uma dada posição, quer corrente quer contemplado, em resultado de vários cenários utilizados para tomar decisões relativas a assumir, aumentar ou reduzir posições. Numa base diária, desenvolvemos testes nas carteiras detidas pelo Banco assumindo certos eventos históricos de mercado ou outros cenários para simular a nossa exposição e, em certos casos, as exposições dos nossos Clientes a potenciais perdas. Quando os dados históricos não se encontram disponíveis, poderão ser utilizados activos subjacentes de classes de activos idênticas e com um nível elevado de correlação.

Actualmente, o Banco utiliza 16 cenários diferentes para desenvolver *stress tests* diários às várias posições de *trading* e investimento, que são apresentados e discutidos no Relatório do Conselho de Administração.

Risco de Liquidez

A estratégia do Banco assume como um dos seus pressupostos uma reduzida exposição ao risco de liquidez. Os princípios base desta estratégia são (i) obter disponibilidade de liquidez em momento anterior à aquisição/constituição de qualquer activo, (ii) garantir que grande parte do Balanço do Banco pode ser convertido em liquidez no curto prazo e (iii) assumir uma completa independência face ao mercado interbancário em termos de financiamentos.

A gestão dos recursos imediatos do Banco é desenvolvida de forma a minimizar o risco de um aumento das actividades de crédito que possam implicar um decréscimo na liquidez, isto é, um ritmo de crescimento no crédito superior ao dos recursos.

As exposições por maturidade dos activos e passivos do Balanço do Banco encontram-se assim distribuídos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009:

2009							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4.822.680	-	-	-	-	-	4.822.680
Disponibilidades em outras instituições de crédito	73.103.466	-	-	-	-	-	73.103.466
Activos financeiros detidos para negociação	-	57.459	208.788	586.171	-	10.018.193	10.870.611
Activos financeiros disponíveis para venda	-	18.513.398	11.746.362	94.962.047	145.831.109	26.764.727	297.817.643
Aplicações em instituições de crédito	-	69.262.707	-	40.976	-	-	69.303.683
Crédito a clientes	-	46.361.296	1.557.874	3.086.402	5.756.015	129.345	56.890.932
Investimentos detidos até à maturidade	-	6.194.210	22.816.215	93.139.118	19.603.906	-	141.753.449
	77.926.146	140.389.070	36.329.239	191.814.714	171.191.030	36.912.265	654.562.464
Passivo							
Recursos de bancos centrais	-	-	230.783.194	-	-	-	230.783.194
Passivos financeiros detidos para negociação	-	83.994	1.037.790	719.401	-	44.143	1.885.328
Recursos de outras instituições de crédito	-	9.560.027	-	-	-	-	9.560.027
Recursos de clientes	175.707.175	90.626.708	32.433.487	6.217.637	-	-	304.985.007
	175.707.175	100.270.729	264.254.471	6.937.038	-	44.143	547.213.556

2008							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.633.391	-	-	-	-	-	2.633.391
Disponibilidades em outras instituições de crédito	96.520.228	-	-	-	-	-	96.520.228
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	1.248.219	481.171	-	6.185.284	7.914.674
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	722.601	16.696.643	-	49.798.316	67.217.560
Aplicações em instituições de crédito	-	132.009.990	30.470.289	19.582	-	-	162.499.861
Crédito a clientes	-	20.774.230	46.723	3.351.208	5.128.569	113.761	29.414.491
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	5.789.405	111.862.493	16.886.543	-	134.538.441
	99.153.619	152.784.220	38.277.237	132.411.097	22.015.112	56.097.361	500.738.646
Passivo							
Recursos de bancos centrais	-	84.011.667	-	-	-	-	84.011.667
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	2.207.290	113.058	-	3.026.244	5.346.592
Recursos de outras instituições de crédito	-	8.426.138	-	1.362.406	-	-	9.788.544
Recursos de clientes	127.879.845	126.688.614	39.279.197	2.642.108	-	-	296.489.764
	127.879.845	219.126.419	41.486.487	4.117.572	-	3.026.244	395.636.567

Risco de Taxa de Juro

Enquadrados nos indicadores não estatísticos *Basis Point Values* a sensibilidade ao risco de taxa de juro para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, encontra-se apresentada conforme segue:

	2009				2008			
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50 pb	Diminuição depois de 1 ano de 50 pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50 pb	Diminuição depois de 1 ano de 50 pb
Em 31 de Dezembro	(9.252.305)	7.601.206	(4.626.153)	3.800.603	(679.707)	672.910	(300.826)	294.809
Em 30 de Junho	(1.111.335)	1.081.902	(555.668)	540.951	(204.128)	202.087	(313.893)	307.615

Notas

Risco de *Re-pricing* dos Activos

Enquadrados nos indicadores não estatísticos *earnings at risk*, os escalões de *repricing* para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, encontram-se apresentados conforme segue:

2009						
	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4.822.680	4.822.680	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	73.103.466	73.103.466	-	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	10.870.611	10.018.193	57.459	208.788	586.171	-
Activos financeiros disponíveis para venda	297.817.643	26.764.727	18.513.398	5.093.432	80.822.810	166.623.276
Aplicações em instituições de crédito	69.303.683	-	69.262.726	-	40.957	-
Crédito a clientes	56.890.932	129.345	38.861.296	1.557.874	10.586.402	5.756.015
Investimentos detidos até à maturidade	141.753.449	141.753.449	-	-	-	-
Total	654.562.464	256.591.860	126.694.879	6.860.094	92.036.340	172.379.291
Recursos de bancos centrais	230.783.194	175.760.278	-	55.022.916	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	9.560.027	-	9.560.027	-	-	-
Recursos de clientes	304.985.007	-	266.333.883	32.433.487	6.217.637	-
Total	545.328.228	175.760.278	275.893.910	87.456.403	6.217.637	-
GAP (Activos - Passivos)	109.234.236	80.831.582	(149.199.031)	(80.596.309)	85.818.703	172.379.291

2008						
	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.633.391	2.633.391	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	96.520.228	96.520.228	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para negociação	7.914.674	6.144.559	-	1.248.219	481.170	40.726
Activos financeiros disponíveis para venda	67.217.560	49.798.316	-	722.601	16.696.643	-
Aplicações em instituições de crédito	162.499.861	-	132.009.990	30.470.289	19.582	-
Crédito a clientes	29.414.491	113.761	20.774.230	46.723	3.351.208	5.128.569
Investimentos detidos até à maturidade	134.538.441	134.538.441	-	-	-	-
Total	500.738.646	289.748.696	152.784.220	32.487.832	20.548.603	5.169.295
Recursos de bancos centrais	84.011.667	84.011.667	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	9.788.544	-	8.426.138	-	1.362.406	-
Recursos de clientes	296.489.764	127.879.845	126.688.614	39.279.197	2.642.108	-
Total	390.289.975	211.891.512	135.114.752	39.279.197	4.004.514	-
GAP (Activos - Passivos)	110.448.671	77.857.184	17.669.468	(6.791.365)	16.544.089	5.169.295

A gestão de VaR para a carteira de acções foi, em linha com o observado com outras áreas de negócio, dentro dos limites estabelecidos para 2009. O risco alocado a este tipo de valores mobiliários foi bastante baixo durante o ano, em parte por causa de poucas oportunidades para investimento, contra outras classes de activos e também por causa do baixo nível de negócio relacionado com Clientes requerendo técnicas de cobertura (*hedging*).

Risco Cambial

Os mercados cambiais apresentaram níveis elevados de volatilidade no exercício, em consequência da incerteza nos vários blocos económicos. Durante o ano, as expectativas relativas a taxas de juro alteraram-se frequentemente nas principais economias, com impacto directo nas taxas de câmbio. O Banco BiG não especula em mercados cambiais (*FX*) e a utilização relativamente baixa dos limites de *VaR* reflectem a estratégia do Banco de limitar a exposição a moeda estrangeira fundamentalmente aos negócios de Clientes e fluxos associados.

A repartição do balanço por moeda para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, encontra-se apresentada conforme segue:

2008						
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Yenes Japoneses	Outras Moedas Estrangeiras	Valor Total
Activo por moeda						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4.800.481	19.235	2.961	-	3	4.822.680
Disponibilidades em outras instituições de crédito	70.421.731	2.230.301	180.146	47.770	123.518	73.103.466
Activos financeiros detidos para negociação	9.805.887	1.055.821	8.903	-	-	10.870.611
Activos financeiros disponíveis para venda	282.447.708	15.369.935	-	-	-	297.817.643
Aplicações em instituições de crédito	65.138.740	4.164.943	-	-	-	69.303.683
Crédito a clientes	56.713.275	-	-	-	-	56.713.275
Investimentos detidos até à maturidade	135.861.254	3.872.398	2.019.797	-	-	141.753.449
Activos não correntes detidos para venda	143.000	-	-	-	-	143.000
Activos tangíveis	18.538.539	-	-	-	-	18.538.539
Activos intangíveis	604.176	-	-	-	-	604.176
Investimentos em subsidiárias e associadas	4.794.425	-	-	-	-	4.794.425
Activos por impostos diferidos	417.455	-	-	-	-	417.455
Outros activos	17.772.621	6.522.898	141.352	22.806	7.861	24.467.538
Total do activo	667.459.292	33.335.531	2.353.159	70.576	131.382	703.349.940
Passivo por moeda						
Recursos de bancos centrais	230.783.194	-	-	-	-	230.783.194
Passivos financeiros detidos para negociação	1.788.391	86.243	10.694	-	-	1.885.328
Recursos de outras instituições de crédito	5.567.820	3.990.270	-	-	1.937	9.560.027
Recursos de clientes	288.907.389	16.071.139	6.458	-	21	304.985.007
Provisões	189.648	-	-	-	-	189.648
Passivos por impostos correntes	2.741.184	-	-	-	-	2.741.184
Outros passivos	17.282.702	7.106.602	128.009	1.635	885	24.519.833
Total de passivo	547.260.328	27.254.254	145.161	1.635	2.843	574.664.221
Activo - Passivo líquido por moeda	120.198.964	6.081.277	2.207.998	68.941	128.539	128.685.719
Total de Capital Próprio	129.094.074	(186.524)	(221.831)	-	-	128.685.719
Exposição Líquida	(8.895.110)	6.267.801	2.429.829	68.941	128.539	-

2008						
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Yenes Japoneses	Outras Moedas Estrangeiras	Valor Total
Activo por moeda						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.619.642	8.773	4.976	-	-	2.633.391
Disponibilidades em outras instituições de crédito	90.395.281	5.103.859	699.797	69.541	251.750	96.520.228
Activos financeiros detidos para negociação	7.873.949	32.424	8.301	-	-	7.914.674
Activos financeiros disponíveis para venda	65.597.211	1.620.349	-	-	-	67.217.560
Aplicações em instituições de crédito	141.220.819	21.279.042	-	-	-	162.499.861
Crédito a clientes	28.678.831	553.917	-	60	-	29.232.808
Investimentos detidos até à maturidade	132.137.474	1.039.790	1.361.177	-	-	134.538.441
Activos tangíveis	11.747.327	-	-	-	-	11.747.327
Activos intangíveis	472.242	-	-	-	-	472.242
Investimentos em subsidiárias e associadas	5.614.917	-	-	-	-	5.614.917
Activos por impostos correntes	729.722	-	-	-	-	729.722
Outros activos	40.119.286	3.778.604	28.444	19.299	1.576	43.947.209
Total do activo	527.206.701	33.416.758	2.102.695	88.900	253.326	563.068.380
Passivo por moeda						
Recursos de bancos centrais	84.011.667	-	-	-	-	84.011.667
Passivos financeiros detidos para negociação	5.270.479	66.142	9.971	-	-	5.346.592
Recursos de outras instituições de crédito	557.984	9.227.757	-	24	2.779	9.788.544
Recursos de clientes	283.478.262	13.004.448	7.033	-	21	296.489.764
Provisões	150.000	-	-	-	-	150.000
Passivos por impostos diferidos	158.596	-	-	-	-	158.596
Outros passivos	53.909.033	5.417.066	360.975	66.763	-	59.753.837
Total de passivo	427.536.021	27.715.413	377.979	66.787	2.800	455.699.000
Activo - Passivo líquido por moeda	99.670.680	5.701.345	1.724.716	22.113	250.526	107.369.380
Total de Capital Próprio	108.211.750	(621.420)	(220.950)	-	-	107.369.380
Exposição Líquida	(8.541.070)	6.322.765	1.945.666	22.113	250.526	-

Risco de derivados

A quantificação do risco do livro de produtos derivados do Banco depende de várias variáveis relacionadas com o mercado, incluindo o preço de um activo subjacente, volatilidade, taxas de juro e tempo até à maturidade. O Banco quantifica as suas exposições a estas variáveis executando análises de sensibilidade conhecidas como “gregos” que são termos matemáticos definidos abaixo. Os gráficos abaixo resumem a evolução destas exposições durante o ano. Em termos gerais, a volatilidade implícita medida pelos principais índices de referência (*V2K Index* e *VIX Index* na Europa e nos E.U.A. respectivamente) caíram gradualmente durante 2009, depois de começarem o ano a níveis historicamente elevados, o que reflectiu tendências que vinham do ano anterior. Com a recuperação nos mercados accionistas, o regresso das estratégias de *carry trade* e a relativa normalização dos mercados de crédito.

2009				
	<i>Rho</i>	<i>Vega</i>	<i>Delta</i>	<i>Theta</i>
Min	(115.727)	(20.267)	238.007	(19.261)
Max	9.530	41.773	457.197	13.992
Average	(62.212)	8.998	376.140	(875)
Standard Deviation	24.228	13.937	44.460	3.964

2008				
	<i>Rho</i>	<i>Vega</i>	<i>Delta</i>	<i>Theta</i>
Min	(70.632)	(120.657)	(274.934)	(177.263)
Max	33.435	147.117	864.691	65.701
Average	(18.466)	12.861	349.056	(2.641)
Standard Deviation	21.975	48.161	155.303	19.372

Rho Sensibilidade da taxa de juro
Vega Sensibilidade da volatilidade
Delta Sensibilidade do subjacente
Theta Sensibilidade ao tempo

Limites e Reporte

Os limites à actividade de *trading* são essenciais ao processo, existindo limites aprovados por classe de produto, teor e por operador de mercado e podem ser calculados através de uma combinação de medidas não estatísticas, incluindo *BPV's* (*Basis Point Value*), e medidas estatísticas, tais como o *VaR* (*Value at Risk*), analisadas anteriormente. Diariamente, é preparado um reporte à Administração com todos os indicadores e posições relevantes, com base nas medidas estatísticas e não estatísticas estabelecidas.

Risco de Crédito

O Risco de Crédito representa o risco de perda em consequência de incumprimento por parte de um devedor ou contraparte.

O Banco está exposto a risco de crédito em várias das suas actividades. Estas incluem necessariamente exposição directa a clientes que contraíam empréstimos, exposição directa a risco de crédito associado a valores mobiliários emitidos por entidades terceiras e detidos para investimento ou como activos de negociação do Banco, e o risco de mercado ou de liquidação associado às actividades de *trading* dos clientes.

O risco de crédito que deriva dos riscos associados à negociação com contrapartes profissionais, assim como com emitentes de títulos cotados é avaliado em conjunto com procedimentos para a gestão do Risco de Mercado, conforme acima descrito no ponto Risco de Mercado.

No âmbito do processo de análise e aprovação, o Banco considera e analisa a sua exposição tanto ao nível das transacções individuais, ao nível da exposição máxima do cliente e, separadamente, ao nível das respectivas carteiras, para assegurar um controlo adequado sobre concentrações de riscos em cada sector ou indústria. Como política, todas as exposições são avaliadas e aprovadas, quer respeitem a operações dentro ou fora de balanço. Consequentemente, as funções de risco de mercado coincidem muitas vezes com as análises de risco de crédito. No decorrer da actividade corrente do Banco, os sistemas integrados de controlo das exposições são um elemento essencial do processo de gestão do risco de crédito.

O processo de gestão do Risco de Crédito tem início no Conselho de Administração, que aprova as políticas e directivas gerais para risco de crédito. O Conselho delega, no *Chief Credit Officer* e noutros membros do Comité de Risco de Crédito e pessoal de apoio, a implementação diária destas políticas e responsabilidades, que incluem:

- Análise e controlo do risco da contraparte
- Definição de directivas quantitativas e qualitativas para análise de crédito
- Controlo e acompanhamento da posição do cliente, “família” de riscos e grandes riscos
- Documentação, sistemas de controlo e preenchimento
- Gestão e controlo das políticas e sistemas de risco
- Manutenção de uma matriz de pontuação e aprovação de crédito
- Integridade do processo de aprovação de crédito
- Estrita aderência a normas e princípios regulamentares
- Aplicação de preços apropriados aos riscos tomados

A exposição ao risco de crédito do BiG pode incluir a concessão de crédito a clientes, investimentos em obrigações de empresas, riscos interbancários de valor total e valor de substituição, riscos de liquidação de determinados títulos, valores a receber ao abrigo de contratos de derivados e de moeda estrangeira, e compromissos assumidos ao abrigo de garantias ou de programas de papel comercial

A repartição por sectores de actividade para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, encontra-se apresentada conforme segue:

2009						
	Crédito a clientes		Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Investimentos detidos até à maturidade	Garantias e avals prestados
	Valor bruto	Provisão	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	37.428	-	-	-	-	-
Indústrias extractivas	-	-	1.806.866	-	-	-
Indústrias alimentares, bebidas e tabaco	25.401	1.315	-	4.500.000	8.285.194	60.000
Papel, gráficas e editoriais	-	-	-	-	7.973.475	-
Fabricação de produtos químicos	-	-	613.305	-	3.143.055	-
Fabricação de máquinas e equipamentos	2.149.644	-	-	-	-	-
Máquinas e material de transporte	-	-	-	-	11.160.485	-
Electricidade, água e gás	-	-	2.906.465	19.452.905	6.253.211	-
Construção	309.370	10.946	-	-	4.736.658	-
Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos	1.628.776	-	-	41.832	11.132.364	-
Transportes e comunicações	7.597.689	-	1.906.470	21.788.066	22.581.240	-
Actividade financeira	56.796	-	3.053.915	120.388.629	62.361.736	722.000
Actividades imobiliárias	4.615.776	-	-	-	-	-
Outras empresas de serviços	7.045.251	405	506.778	4.002.927	4.126.031	27.168
Administração e serviços públicos	-	-	-	127.643.284	-	-
Actividades de saúde humana e apoio social	105.170	-	-	-	-	-
Crédito à habitação	4.741.505	-	-	-	-	-
Crédito a particulares	28.492.536	164.879	77.812	-	-	596.571
Outros	85.590	112	-	-	-	-
	56.890.932	177.657	10.870.611	297.817.643	141.753.449	1.405.739

2008						
	Crédito a clientes		Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Investimentos detidos até à maturidade	Garantias e avals prestados
	Valor bruto	Provisão	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	9.492	-	219	-	-	-
Indústrias extractivas	-	-	265.667	-	4.883.460	-
Indústrias alimentares, bebidas e tabaco	8.842	736	15	-	8.147.630	60.000
Papel, gráficas e editoriais	-	-	86.331	1.833.591	6.066.388	-
Fabricação de produtos químicos	-	-	-	2.078.200	5.155.263	-
Fabricação de máquinas e equipamentos	79.108	-	-	-	-	-
Máquinas e material de transporte	-	-	-	1.215.000	11.965.111	-
Electricidade, água e gás	-	-	1.668.895	15.135.791	6.262.556	-
Construção	337.637	8.261	66	1.169.996	1.832.643	-
Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos	17.706	-	11	519.915	16.240.572	-
Transportes e comunicações	-	-	51.295	12.868.827	9.714.870	-
Actividade financeira	107	-	4.903.512	15.529.839	52.343.226	744.500
Actividades imobiliárias	4.216.507	-	6	-	-	-
Outras empresas de serviços	6.609.128	97	122.598	7.564.764	11.926.722	-
Administração e serviços públicos	-	-	-	9.301.637	-	-
Actividades de saúde humana e apoio social	-	-	6	-	-	-
Crédito à habitação	4.348.023	-	-	-	-	-
Crédito a particulares	13.711.848	-	816.053	-	-	700.041
Outros	76.093	172.589	-	-	-	-
	29.414.491	181.683	7.914.674	67.217.560	134.538.441	1.504.541

A repartição geográfica para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, encontra-se assim distribuída:

	2009	2008
Portugal	58%	69%
Outros UE	34%	22%
Estados Unidos	5%	8%
Resto do mundo	3%	1%
Saldo no fim do exercício	100%	100%

Risco Operacional

O risco operacional inerente ao negócio do Banco pode surgir em resultado de procedimentos ou sistemas inadequados, riscos humanos ou eventos exteriores.

O Banco, dada a natureza do seu negócio, tem exposição a perdas potenciais ou risco reputacional, como resultado de erros humanos, avarias de sistemas, falhas de processamento, interrupções de actividade inesperadas ou falhas por parte de terceiros em termos de fornecimentos ou execução de serviços.

Para monitorizar os riscos e o efectivo cumprimento dos procedimentos em todo o Banco, existe uma estrutura de controlo que supervisiona a adequação dos procedimentos, sistemas e recursos humanos com o intuito de assegurar o normal desenvolvimento da actividade em quaisquer circunstâncias.

O objectivo da estrutura mencionada é assegurar a aderência do Banco aos procedimentos e limites estabelecidos, de forma a que o custo inerente aos erros operacionais possa ser mantido em níveis controlados, face ao capital do Banco e à sua estratégia. A par desta estrutura, é cultivada no Banco uma cultura de detecção e mitigação de risco, que incentiva uma resolução proactiva de problemas baseada na identificação antecipada dos mesmos.

O Banco tem em curso um projecto de reformulação do Sistema de Medição e Gestão do Risco Operacional, em linha com as indicações do Acordo de Basileia, e com o objectivo de criar as condições necessárias para uma eventual implementação de métodos de medição avançados, uma vez que actualmente, o Banco calcula os requisitos de capital para a cobertura do risco operacional com base no método do Indicador Básico.

Gestão de capital e rácio de solvabilidade

Os fundos próprios para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, encontram-se apresentados conforme segue:

	2009	2008
A - Fundos Próprios		
Capital ordinário realizado, prémios de emissão e acções próprias	96.023.132	94.340.120
Resultados e reservas formadas por resultados não distribuídos	23.250.556	20.545.663
Contribuições para fundos de pensões ainda não revelados como custo	(2.631.652)	(2.983.008)
Diferenças de reavaliação de outros activos disponíveis para venda	(195.687)	(11.720.707)
Activos intangíveis	(604.176)	(472.242)
Fundos Próprios para determinação do Rácio Core Tier I	(A1) 115.842.173	99.709.826
Deduções aos fundos próprios totais	(9.391.144)	(5.166.795)
Fundos Próprios de Base (TIER I)	(A2) 106.451.029	94.543.031
Fundos Próprios Elegíveis	(A3) 106.451.029	94.543.031
B - Activos de Risco Equivalentes		
Calculados de Acordo com o Aviso 5/2007 (Riscos de carteira bancária)	257.551.175	249.223.425
Calculados de Acordo com o Aviso 8/2007 (Riscos da carteira de negociação)	6.395.925	3.040.013
Calculados de Acordo com o Aviso 9/2007 (Risco operacional)	60.417.963	52.481.950
Total de Activos de Risco Equivalentes	(B) 324.365.063	304.745.388
C - Rácios de Capital		
Rácio Core Tier 1	(A1/B) 35,7%	32,7%
Rácio Tier 1	(A2/B) 32,8%	31,0%
Rácio de Solvabilidade	(A3/B) 32,8%	31,0%

O movimento de fundos próprios para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, encontra-se apresentado conforme segue:

	2009	2008
Saldo no início do exercício	94.543.031	88.557.268
Capital ordinário realizado, prémios de emissão e acções próprias	1.683.012	14.089.339
Resultados e reservas formadas por resultados não distribuídos	2.704.893	7.310.609
Contribuições para fundos de pensões ainda não revelados como custo	351.356	351.356
Diferenças de reavaliação de outros activos disponíveis para venda	11.525.020	(8.954.350)
Activos intangíveis	(131.934)	366.034
Deduções aos fundos próprios de base	(4.224.349)	(5.166.795)
Fundos Próprios Suplementares	-	(1.971.916)
45% das reservas de reavaliação de justo valor positivo	-	(38.514)
Saldo no fim do exercício	106.451.029	94.543.031

Outros Riscos e a sua medição

Risco Reputacional

Em termos de risco de reputação, entendido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de uma percepção negativa da imagem pública da instituição, fundamentada ou não, junto dos diferentes *stakeholders*, órgãos de imprensa ou pela opinião pública em geral, o BiG idealizou testes de esforço onde admite que a existência de notícias bastante negativas relativas ao Banco, com consequências ao nível do levantamento, parcial ou integral, dos depósitos por parte dos clientes no mesmo dia ou no prazo de uma semana, tendo em atenção aos juros que possam advir destes levantamentos.

Risco de Correlação

Os diferentes tipos de risco, liquidez, reputação crédito, contraparte, concentração mercado, taxa de juro, mercado, etc, encontram-se correlacionados entre si. Essa correlação é sem dúvida mais notória alguns pares de riscos não tendo particular relevância em outros pares de riscos.

Risco de Liquidez versus Risco de Reputação:

O declínio da reputação de uma instituição financeira pode conduzir à falta de confiança dos clientes e dos investidores em geral. Tal situação pode conduzir ao risco de liquidez por parte da instituição no que diz respeito às suas responsabilidades imediatas.

Risco de Liquidez versus Risco de Reputação versus Risco de Mercado:

No caso a) são analisados os riscos de reputação versus risco de liquidez. Porém podemos assumir que existe uma variação anormal dos diferentes instrumentos financeiros no mercado.

Risco de Liquidez versus Risco de Reputação versus Risco de Crédito:

Neste caso vamos admitir, à semelhança da alínea a), cenários onde estejam presentes risco de reputação e risco de liquidez. Adicionalmente podemos ainda considerar um cenário de probabilidade de *default* dos activos, bem como o impacto das movimentações dos *spreads* na avaliação dos mesmos.

a) Risco de Liquidez versus Risco de Reputação versus Risco de Mercado:

(Queda de 50% no índice *Dax* e 33% no índice *SPX*)

- Cenário 1 - 50% dos clientes pretendem fazer o levantamento dos DO's no prazo de um dia.
Liquidez disponível e imediata: 133.032.147 euros.
Responsabilidades: 86.395.053 euros.
Não seria necessário vender activos, contudo, dadas as condições de mercado, o BiG teria uma perda de 7.762.030 euros.
- Cenário 2 - Totalidade dos DO's são levantados no prazo de uma semana
Liquidez disponível no prazo de uma semana: 144.644.440 euros.
Responsabilidades: 172.791.796 euros.
Seria necessário vender activos, num montante total de 28.147.356 euros, contudo, dadas as condições de mercado, o BiG teria uma perda de 7.762.030 euros.
- Cenário 3 - Totalidade dos DO's e DP's são levantados no prazo de uma semana
Liquidez disponível no prazo de uma semana: 144.644.440 euros.
Responsabilidades: 275.714.150 euros.
Seria necessário vender activos, num montante total de 131.069.710 euros, contudo, dadas as condições de mercado, o BiG teria uma perda de 7.762.030 euros.

b) Risco de Liquidez versus Risco de Reputação versus Risco de Crédito:

(*Armagedon Stress Test Debt*)

- Cenário 1 - 50% dos clientes pretendem fazer o levantamento dos DO's no prazo de um dia.
Liquidez disponível e imediata: 133.032.147 euros.
Responsabilidades: 86.395.053 euros.
Não seria necessário vender activos, contudo, dadas as condições de mercado, o BiG teria uma perda de 23.353.429 euros.
- Cenário 2 - Totalidade dos DO's são levantados no prazo de uma semana
Liquidez disponível no prazo de uma semana: 144.644.440 euros.
Responsabilidades: 172.791.796 euros.
Seria necessário vender activos, num montante total de 28.147.356 euros, contudo, dadas as condições de mercado, o BiG teria uma perda de 23.353.429 euros.
- Cenário 3 - Totalidade dos DO's e DP's são levantados no prazo de uma semana
Liquidez disponível no prazo de uma semana: 144.644.440 euros.
Responsabilidades: 275.714.150 euros.
Seria necessário vender activos, num montante total de 131.069.710 euros, contudo, dadas as condições de mercado, o BiG teria uma perda de 23.353.429 euros.

NOTA 38 NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

38.1. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas adoptadas pelo Banco

Na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2009, o Banco adoptou as seguintes normas e interpretações contabilísticas de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2009:

IFRS 2 (alterado) - Pagamento com base em acções: condições de aquisição

O *International Accounting Standards Board (IASB)*, emitiu em Janeiro de 2008 uma alteração ao *IFRS 2* a qual se tornou efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração ao *IFRS 2* (i) permitiu clarificar que as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de *performance*, (ii) introduz o conceito de *non vesting conditions* e (iii) determina que qualquer cancelamento de programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, tem o mesmo tratamento contabilístico.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IFRS 7 (alterado) - Instrumentos financeiros: Divulgações

O *International Accounting Standards Board (IASB)*, emitiu em Março de 2009, o *IFRS 7* (alterado) - Instrumentos financeiros: Divulgações, com data de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração ao *IFRS 7* requer informação adicional nas divulgações sobre (i) a mensuração dos justos valores, estabelecendo nomeadamente que estes devem ser apresentados em três níveis hierárquicos definidos na própria norma e (ii) sobre o risco de liquidez.

Face à natureza destas alterações o impacto nas demonstrações financeiras do Banco foi exclusivamente ao nível das divulgações.

IFRS 8 – Segmentos Operacionais

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em 30 de Novembro de 2006 o *IFRS 8* - Segmentos operacionais, o qual foi adoptado para uso na União Europeia em 21 de Novembro de 2007. Esta norma é de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2009. O *IFRS 8* - Segmentos operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterou o *IAS 34* - Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade deverá efectuar uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, e ainda sobre a forma como os segmentos são construídos.

A adopção desta norma não teve impacto, uma vez que o banco está dispensado de apresentar o reporte por segmentos em base consolidada, de acordo com a nota 2.22. - Reporte por segmentos.

IAS 1 (alterado) - Apresentação das demonstrações financeiras

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em Setembro de 2007, a *IAS 1* (alterado) - Apresentação das demonstrações financeiras com data de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009. O *IAS 1* (alterado) exige que a informação financeira seja agregada na preparação das demonstrações financeiras, em função das suas características de base e introduz a demonstração do rendimento integral. Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios do Banco decorrentes de transacções com accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração do rendimento integral.

Adicionalmente, sempre que a informação comparativa seja reescrita ou reclassificada, nomeadamente na sequência da introdução de novas normas contabilísticas, torna-se necessária a apresentação de um balanço reportado à data de início do período comparativo incluído nas demonstrações financeiras.

As alterações impostas pelo *IAS 1* tiveram apenas efeito ao nível da apresentação das demonstrações financeiras do Banco.

IAS 23 (alterado) - Custos de empréstimos obtidos

O *International Accounting Standards Board (IASB)*, emitiu em Março de 2007, o *IAS 23* (alterado) - Custos de empréstimos obtidos, com data de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009. Esta norma exige que as entidades capitalizem os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo qualificável, como parte integrante do custo de aquisição, construção ou produção desse activo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados foi eliminada. Activos qualificáveis correspondem àqueles que necessitam de um período substancial de tempo para ficarem prontos para o seu uso pretendido ou para venda.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

Alteração ao IAS 32 - Instrumentos financeiros: apresentação – Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em Fevereiro de 2008 uma alteração ao *IAS 32* - Instrumentos financeiros: apresentação – instrumentos financeiros remíveis e obrigações decorrentes de liquidação, a qual é de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração afecta a classificação de instrumentos financeiros remíveis e de obrigações decorrentes de liquidação. De acordo com os requisitos do *IAS 32*, os instrumentos financeiros (i) reembolsáveis em dinheiro ou através da entrega de outros activos financeiros ou (ii) que concedem ao detentor um direito de exigir que o emitente proceda a sua

requisição (instrumentos remíveis), são classificados como passivos financeiros. A alteração efectuada a esta norma e efectiva desde 1 de Janeiro de 2009, implica que alguns instrumentos que qualificavam como passivos financeiros de acordo com o anterior *IAS 32*, passem a ser reconhecidos como instrumentos de capital, caso os mesmos apresentem determinadas características, nomeadamente que: (i) representem um interesse residual último nos activos líquidos de uma entidade, (ii) façam parte de uma classe de instrumentos subordinada a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade e que (iii) todos os instrumentos dessa classe tenham os mesmos termos e condições. O *IASB* alterou ainda o *IAS 1* Apresentação de demonstrações financeiras tendo incluído requisitos adicionais de divulgação relativos a este tipo de instrumentos.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes

O *IFRIC 13 - Programas de fidelização de clientes* foi emitido em Julho de 2007 e entrou em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo por isso apenas relevante para o Banco a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos mesmos como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

A adopção desta norma não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras do Banco.

IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

O *IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis*, entrou em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contracto para a construção de imóveis se encontra no âmbito do *IAS 18 - Reconhecimento de proveitos* ou do *IAS 11 Contratos de construção*, sendo expectável que o *IAS 18* seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

A adopção desta interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, o *IASB* publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas então em vigor. As alterações com efeitos para o Banco em 2009 são como segue:

(a) Alteração ao *IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras*, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

(b) Alteração ao *IAS 16 - Activos fixos tangíveis*, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento e subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessão do arrendamento e a data da sua alienação.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

(c) Alteração ao *IAS 19 - Benefícios dos empregados*, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuadas permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e (iii) a distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

(d) Alteração ao *IAS 20 - Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo*, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com o *IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração* e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com o *IAS 20*.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

(e) Alteração ao *IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos*, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado no *IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração*, eliminando assim a inconsistência existente entre o *IAS 23* e o *IAS 39*.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

(f) Alteração ao *IAS 38 - Activos intangíveis*, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer aquando a entidade tenha o direito ao

acesso aos bens e os serviços sejam recebidos.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

(g) Alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Estas alterações consistiram fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente aos quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação do IFRS 8 - Segmentos operacionais, e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

(h) Alteração ao IAS 40 - Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito do IAS 40 (antes abrangidas pelo IAS 16 - Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

38.2. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas não adoptadas pelo Banco

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Banco ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas seguidamente. O Banco irá adoptar estas normas quando as mesmas forem de aplicação obrigatória.

IFRS 1 (alterado) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e *IAS 27* – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao *IFRS 1* - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao *IAS 27* - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas para exercícios que se iniciam após 1 de Julho de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar os *IFRS* pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (deemed cost) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os *IFRS* ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

O Banco não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (*IASB*), emitiu em Novembro de 2009, o *IFRS 9* - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do *IASB* de substituição do *IAS 39* e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros passam a ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, contenham apenas características básicas de dívida, e a entidade, no modelo de gestão do negócio, detenha esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas os respectivos fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados do exercício. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital, para os quais, as variações de justo valor e as mais ou menos valias realizadas são reconhecidas em reservas. Os ganhos e perdas assim reconhecidos não poderão ser reciclados por resultados do exercício. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital sejam assim tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 39 (Alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu uma alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciam a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os *cash flows* elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços

O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)* emitiu em Julho de 2007, o IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida. A adopção desta interpretação pela União Europeia ocorreu apenas em 2009 sendo por isso a mesma de aplicação obrigatória para o Banco apenas a partir de 1 de Janeiro de 2010.

O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados e contempla apenas as situações onde o concedente (i) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e (ii) controla os interesses residuais das infra-estruturas na maturidade do contrato.

Face à natureza dos contratos abrangidos por esta interpretação não se estima impacto significativo ao nível das demonstrações financeiras do Banco.

IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas

O IFRIC 17 - Distribuições em espécie a accionistas entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor dos activos distribuídos sendo a diferença para o respectivo valor de balanço reconhecida em resultados aquando da distribuição.

O Banco não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O IFRIC 18 - Transferências de activos de clientes entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos;
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

O Banco não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, tal como anteriormente referido, o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas que se encontram em vigor, estando apenas por adoptar pelo Banco a seguinte alteração:

- Alteração à IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo. Esta norma será adoptada prospectivamente pelo Banco em 2010.

NOTA 39 EVENTOS SUBSEQUENTES

Durante o mês de Fevereiro, o Banco alienou um conjunto relevante de activos financeiros no montante total de 66.544.289 euros que estavam contabilizados na carteira de Investimentos detidos até à maturidade desde Julho de 2008. De acordo com o IAS 39, a venda antes da maturidade de quaisquer activos financeiros classificados como Investimentos detidos até à maturidade, obrigou à reclassificação de todos os restantes activos desta carteira para a carteira de Activos financeiros disponíveis para venda.

ORGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente

Diogo Pereira Duarte

Secretário

João Manuel de Jesus Rufino

Conselho de Administração

Presidente e CEO

Carlos Adolfo Coelho Figueiredo Rodrigues

Vice-presidente e COO

Nicholas Leo Racich

Administradores

Mário João Abreu Galhardo Bolota

Diogo Batista Russo Pereira da Cunha

Paulo José Caramelo de Figueiredo

Fiscal Único

Efectivo

KPMG & Associados, SROC, S.A., representado por

Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida

Suplente

Ana Cristina Soares Valente Dourado

CONTACTOS ÚTEIS

Serviços Online

Serviço de Apoio ao Cliente

707 244 707 www.bigonline.pt

213 305 327/9 apoio@bancoBiG.pt

Clientes – Geral

Institucionais e Empresas
Retalho

Mário Bolota
Diogo Cunha

213 305 305 mbolota@bancoBiG.pt
213 305 306 dcunha@bancoBiG.pt

Áreas de Negócio

Mercados

Tesouraria/Taxas de Juro/Obrigações	Ricardo Pinho (head)	213 305 309	rpinho@bancoBiG.pt
Acções	João Vaz Velho	213 305 344	jvazvelho@bancoBiG.pt
Mercado Cambial	Fernando Quadros	213 305 334	fquadros@bancoBiG.pt
Opções/Produtos Estruturados	Sérgio Magalhães	213 305 304	smagalhaes@bancoBiG.pt

Clientes Institucionais e Empresas

Clientes High Net Worth
Clientes Afluentes
Corretagem

Gestão de Activos
Corporate Finance
Research
Crédito Especializado

Diogo Costa	213 305 384	dcosta@bancoBiG.pt
Cláudio Sousa	226 156 700	csousa@bancoBiG.pt
Pedro Cardoso	213 305 553	pcardoso@bancoBiG.pt
Tiago Eusébio	213 305 392	teusebio@bancoBiG.pt
João Cotrim	213 305 547	jcotrim@bancoBiG.pt
Luis Vital	213 305 348	lvital@bancoBiG.pt
Rui Broega	213 305 343	rbroega@bancoBiG.pt
Ana Rita Gil	213 305 318	agil@bancoBiG.pt
João Lampreia	213 305 542	jlampreia@bancoBiG.pt
Miguel Mira	213 305 513	mmira@bancoBiG.pt

Áreas de Suporte

Operações
IT
IT – Sistemas de BackOffice
IT Desenvolvimento
Contabilidade
Auditoria / Controlo
Recursos Humanos
Marketing
Crédito

Paulo Campos	213 305 333	pcampos@bancoBiG.pt
Paulo Figueiredo	213 305 311	pfigueiredo@bancoBiG.pt
Carla Rosa	213 305 322	crosa@bancoBiG.pt
Vitor Luís	213 305 359	vluis@bancoBiG.pt
Dora Moreira	213 305 518	dmoreira@bancoBiG.pt
Francisco Passaradas	213 305 366	fpassaradas@bancoBiG.pt
Paula Moreira	213 305 385	pmoreira@bancoBiG.pt
Alexandre Martins	213 305 555	amartins@bancoBiG.pt
Teresa Raimundo	213 305 314	traimundo@bancoBiG.pt

Sede

Av. 24 de Julho, n.º 74 - 76, 1200 - 869 Lisboa

213 305 300